

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO – CSE
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

LUÍSA CORREIA FILHO

**PRESENÇA CHINESA NA COSTA AFRICANA OCIDENTAL: ANÁLISE
EXPLORATÓRIA SOBRE A ATUAÇÃO DA EMPRESA JIANGZHOU EM
ANGOLA E SEUS REFLEXOS**

Florianópolis
2018

LUÍSA CORREIA FILHO

**PRESENÇA CHINESA NA COSTA AFRICANA OCIDENTAL: ANÁLISE
EXPLORATÓRIA SOBRE A ATUAÇÃO DA EMPRESA JIANGZHOU EM ANGOLA
E SEUS REFLEXOS**

Monografia submetida ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Hoyêdo Nunes Lins

Florianópolis
2018

Ficha de identificação da obra elaborada pela autora,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Filho, Luísa Correia.

Presença chinesa na costa africana ocidental: análise exploratória sobre a atuação da empresa Jiangzhou em Angola e seus reflexos / Luísa Correia Filho ; orientador, Hoyêdo Nunes Lins, 2018.

186 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio Econômico, Graduação em Ciências Econômicas, Florianópolis, 2018.

Inclui referências.

1. Ciências Econômicas. 2. China. 3. Angola. 4. Investimentos. 5. Agricultura. I. Lins, Hoyêdo Nunes. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Ciências Econômicas. III. Título.

LUÍSA CORREIA FILHO

**PRESENÇA CHINESA NA COSTA AFRICANA OCIDENTAL: ANÁLISE
EXPLORATÓRIA SOBRE A ATUAÇÃO DA EMPRESA JIANGZHOU EM ANGOLA
E SEUS REFLEXOS**

A banca examinadora resolver atribuir a nota 10 (dez) à aluna Luísa Correia Filho na disciplina CNM 7107 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Hoyêdo Nunes Lins
Orientador

Prof. Dr. Helton Ricardo Ouriques
Membro da Banca

Prof.^a Dr.^a Patrícia F. Ferreira Arienti
Membro da Banca

Aos meus Pais, Joana Lopes e José Mambo Filho (In memoriam), que desde cedo me ensinaram a trilhar no caminho da busca pelo conhecimento.

AGRADECIMENTOS

Cheguei a um novo início de pista. Primeiramente, agradeço ao Criador pelo dom da vida, e pelas infinitas oportunidades que me proporciona todos os dias ao despertar do sol.

Agradeço aos meus irmãos pelo suporte e apoio constante, especialmente a Lúcia que vezes sem conta não mediu esforços para me auxiliar. À minha amada mãe que com a sua oração, dedicação, e apoio tem tornado possível à realização de ser uma Economista. Aos meus padrinhos, Elísio e Marciana, agradeço pelo apoio e carinho que me têm como vossa filha.

Agradeço ao Professor Hoyêdo Nunes Lins, a quem devo imenso o resultado dessa pesquisa, pela inspiração no pensar “fora da caixa”, e pelo tempo dedicado durante a orientação desse trabalho. Obrigada por despertar em mim o gosto pela pesquisa, o Senhor é a minha referência!

Aos meus professores do Departamento de Economia e Relações Internacionais, pelo conhecimento transmitido ao longo desses quatro anos de formação, de maneira afetuosa agradeço à Professora Carmen Gelinski que numa fase difícil da minha adaptação à UFSC me ofereceu seu abraço, guardarei seu gesto e carinho em meu coração. Seria injusta se não manifestasse aqui a minha gratidão a Direção do Centro Socioeconômico da Universidade Federal de Santa Catarina pelo apoio prestado a realização da pesquisa.

Agradeço imenso a todos que contribuíram para a concretização deste trabalho, em especial as famílias de agricultores e moradores do Sachitemo, que possam sentir-se, ouvidos, e representados nesse trabalho. Gostaria de estender o meu agradecimento aos membros das instituições, governamentais e não governamentais, por me concederem relevantes e importantes entrevistas.

Não posso deixar de agradecer o querido Mamadu Djau, que esteve comigo desde o início desse relatório, sempre me auxiliando, de forma atenciosa, e contribuindo no meu processo de crescimento acadêmico. Mamadu, você é incrível! Ao Lusitâneo e Yeo N'gana, obrigada pela ajuda, abraços em poesia.

Agradeço os amigos, Wilson Lukamba e Luís Salvaterra, que me acolheram no Huambo durante a pesquisa de campo, e ajudaram no contato com a comunidade do Sachitemo. Aos que contribuíram para o suporte bibliográfico: Belarmino Cardoso; Pedro e João Franque; Joaquim Massanga; Ezequiel Bernardo; bem como os técnicos do Instituto de Investigação Agronômica, com quem tive o primeiro contato, principalmente a Eng.^a Mónica que me levou a descoberta da experiência aqui relatada.

Aos meus irmãos escuteiros, do Agrupamento nº 10 da Paróquia do Carmo e do Grupo Escoteiro Desterro, a quem agradeço por me acolherem nessa fraternidade que é, certamente, a grande família. Fortes canhotas. Agradeço o carinho e a amizade da minha irmã, Eliane, que sempre esteve disposta a me auxiliar e compartilhar os anseios.

Obrigada Willy pelo aprendizado durante a convivência. Fica aqui também manifestado o meu profundo agradecimento aos amigos e colegas do curso de Economia que me auxiliaram ao longo desses anos de formação: Elisa; Luís; Eduardo; Tiago; Leandro; Alexandre e Anilde. Mesmo de longe, um abraço para a Euridice e Daniel Miranda.

Por fim, e não menos importante, devo agradecer as amigadas que fiz através da UFSC, inclusive aos meus conterrâneos, bem como os meus companheiros da arte, em especial os membros do Lev'arte, pelas vivências e experiências aqui construída, entre nós, África e Brasil, uma ponte de amizade.

“A China necessita de recursos naturais e Angola quer desenvolvimento.”
José Eduardo dos Santos.

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo analisar a intervenção da China na África, a partir do investimento agrícola sino-angolano, denominado Jiangzhou Agriculture, Lda, localizado no centro geográfico de Angola, no município da Tchicala Cholohanga, cidade do Huambo. O início das relações da China com o continente africano data de 1955, com a realização da conferência de Bandung cujo objetivo constituiu uma nova abordagem em matéria de desenvolvimento para o continente africano. O interesse da China em investir na agricultura angolana é justificado, em grande medida, pela sua insuficiência de recursos naturais, como água e terra, para atender a enorme demanda por alimentos da sua população. O estudo apoia-se em fontes bibliográficas e documentais, envolvendo, também, pesquisa de campo com a realização de entrevistas, com diferentes interlocutores, no sentido de apontar os impactos que derivam da atuação do empreendimento sino-angolano, Jiangzhou, para os agricultores das comunidades do referido município, como a aldeia do Sachitemo, cujos resultados evidenciam sintomas de *land grabbing*. A pesquisa bibliográfica e documental explorou artigos de periódicos, livros e documentos disponibilizados por instituições governamentais, como o Ministério da Agricultura, e Ministério das Relações Exteriores de Angola. A pesquisa de campo envolveu aplicação de uma série de entrevistas, entre questões abertas e fechadas, e diálogos com distintos interlocutores, com a finalidade de aumentar a autenticidade das informações apresentadas no decorrer do trabalho. Conclui-se que os investimentos agrícolas realizados por empresas privadas, nacionais ou estrangeiras, podem e devem ser fiscalizados por instituições governamentais como, no caso angolano, o Instituto Nacional de Cereais do Ministério da Agricultura, no que toca às técnicas de produção, bem como por administrações dos governos provinciais ou centrais quanto à execução das responsabilidades sociais com respeito à população local, que as empresas se propõem a realizar no momento das negociações dos investimentos.

Palavras-chave: China. Angola. Investimentos. Agricultura.

ABSTRACT

The present study aims at analyzing the intervention of China in Africa through the China-Angola agricultural investment called Jiangzhou Agriculture Ltd, implemented in the central part of Angola in Tchicala Cholohanga municipality of the city of Huambo. China's relations with Africa date back to 1955, since the Bandung's conference whose objective was to design a new approach for the development of the African continent. China's interest in investing in Angola's agriculture is mostly justified by the scantiness of China's natural resources, which include water and soil, and the need to meet its people's huge demand of food. This study grounded on bibliographic and documentary sources, also takes into account field searching which covers interviews with different interlocutors. It looks to pinpoint the impacts stemming from the China-Angola project Jiangzhou on the farmers of the above-mentioned municipality and the Sachitemo village, whose results present some *land grabbing* symptoms. Bibliographic and documentary investigations explored papers, books and documents made available by State institutions like the Ministry of Agriculture, and the Angola's Ministry of Foreign Affairs. The field searching consisted in a series of interviews, open and closed questions, and conversations with specific interlocutors with the aim of giving to the information collected during this research, a high level of authenticity. The research concludes that investments in agriculture by private, national or foreign companies can and must have a follow-up by State institutions. Such institutions, in Angola's case, include the National Cereals Institute of the Ministry of Agriculture concerning the production techniques, as well as the commitment of the central or provincial governments in the implementation of the social duties the companies engaged, during the investment talks, to accomplish for local populations.

Keywords: China. Angola. Investments. Agriculture.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa hidrográfico de Angola.....	18
Figura 2- Localização dos municípios e comunas da província do Huambo	21
Figura 3 - Empréstimos do CDB e do China Exim Bank no setor de Energia de 2000 a 2017 (em milhões de USD)	44
Figura 4 -Idade dos Trabalhadores da Jiangzhou Agriculture, Lda	69
Figura 5 -Grau de Escolaridade dos Trabalhadores da Jiangzhou Agriculture, Lda.....	70
Figura 6 -Ilustração da área prevista para construção da escola e do hospital no Sachitemo .	77

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Número de municípios e comunas da província do Huambo.....	20
Quadro 2 - Comparação das expressões discursivas entre o Ocidente e a China.....	39
Quadro 3 - Foco das atividades dos ATCDS em países africanos.	51

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Os 10 principais parceiros comerciais africanos da China em 2015 (em bilhões de USD).....	46
Tabela 2 - Investimentos agrícolas chineses/aquisição de terras por empresas chinesas em Angola (2011 a 2014).....	49
Tabela 3 - Distribuição dos agricultores do Sachitemo conforme as faixas de rendimento declaradas nas entrevistas (setembro de 2018).....	78

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADRA	Ação para o Desenvolvimento Rural e Ambiente
AKZ	Símbolo do Kwanza moeda de Angola
ANGOP	Agência Angola Press
ATDC	Agricultural Technology Demonstration Center
BNA	Banco Nacional de Angola
CAMCE	China CAMC Engineering Co., Ltd
CDB	China Development Bank
CEIEC	China National Electronics Import & Export Corporation
China Exim Bank	China Export & Import Bank
CIF	China International Fund
CITIC	China International Trust Investment Corporation
EUA	Estados Unidos da América
FAO	Food and Agriculture Organization
FNLA	Frente Nacional de Libertação de Angola
FSDEA	Fundo Soberano de Angola
GDP Center	Global Development Policy Center
IDA	Instituto de Desenvolvimento Agrário
INCER	Instituto Nacional de Cereais
MPLA	Movimento Popular de Libertação de Angola
NIF	Número de Identificação Fiscal
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
RDA	República Democrática de Angola
RPA	República Popular de Angola
UNITA	União Nacional para a Independência Total de Angola
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
UTIP	Unidade Técnica de Investimento Privado
ZEE	Zona Económica Especial

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	17
1.1 TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA	17
1.2 OBJETIVOS	24
1.2.1 Objetivo Geral	24
1.2.2 Objetivos Específicos	24
1.3 JUSTIFICATIVA	24
1.4 METODOLOGIA.....	25
1.5 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO	27
2 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA: ANGOLA NO PERÍODO COLONIAL E APÓS A INDEPENDÊNCIA.....	29
2.1 LUTAS DE LIBERTAÇÃO NACIONAL OU GUERRAS DA INDEPENDÊNCIA (1961 – 1974).....	29
2.2 GUERRA CIVIL (1975-2002): OS PROCESSOS DE PAZ E TENTATIVAS DE NEGOCIAÇÃO.....	32
2.3 O ALCANCE DA PAZ E A BUSCA PELO DESENVOLVIMENTO.....	33
3 PROJEÇÃO CHINESA NA ÁFRICA SUBSAARIANA: ANGOLA NA ROTA DAS INVESTIDAS INTERNACIONAIS DA CHINA	35
3.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DAS RELAÇÕES SINO-AFRICANAS E ANGOLANAS....	37
3.2 A “SANTA TRÍADE” DA POLÍTICA EXTERNA CHINESA E A ADOÇÃO DO MODELO ANGOLANO PARA O CONTINENTE.....	41
3.2.1 Financiamento: Assistência ao Desenvolvimento	41
3.2.2 Comércio: O petróleo no centro das relações comerciais entre a China e Angola.....	45
3.3 A POLÍTICA GOING GLOBAL DA CHINA: COOPERAÇÃO TÉCNICA E INVESTIMENTOS NO SETOR AGRÍCOLA	48
4 INTENSIFICAÇÃO DA PRESENÇA CHINESA EM ANGOLA NO PERÍODO CONTEMPORÂNEO: A EXPERIÊNCIA DA JIANGZHOU NO MUNICÍPIO DA TCHICALA CHOLOHANGA E SEUS DESDOBRAMENTOS.....	54
4.1. EXPROPRIAÇÃO DE TERRAS EM ANGOLA: O CONFLITO DE TERRAS ENTRE A EMPRESA JIANGZHOU E AS FAMÍLIAS DE AGRICULTORES DA ALDEIA DO SACHITEMO.....	55

4.1.1 Terras Comunitárias: Atividade Agrícola e os Direitos Consuetudinários das Comunidades Rurais em Causa	59
4.1.2 A Intervenção dos Órgãos Governamentais Locais para Resolver o Conflito de Terras no Sachitemo	62
4.2 CAPTANDO AS VISÕES DAS INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS E NÃO GOVERNAMENTAIS COM RELAÇÃO À PRESENÇA DA JIANGZHOU NA TCHICALA CHOLOHANGA	64
4.3 ESBOÇO DE ANÁLISE SOCIOECONÔMICA: AVALIAÇÃO DOS DADOS OBTIDOS NA PESQUISA DE CAMPO ATRAVÉS DO PERFIL DE EMPREGO E RENDA	68
4.3.1. Depoimentos dos Trabalhadores da Jiangzhou com Relação a Emprego a Renda	70
4.3.2. A questão da Responsabilidade Social da Jiangzhou na Comunidade do Sachitemo	74
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	81
REFERÊNCIAS	84
ANEXOS.....	86
ANEXO A: NATUREZA SOCIAL DA JIANGZHOU AGRICULTURE, LDA.....	86
ANEXO B: CONTRATO APROVADO DO INVESTIMENTO JIANGZHOU AGRICULTURE, LDA.....	87
ANEXO C: ENTREVISTAS.....	94
ANEXO D: TRECHOS DAS REPORTAGENS FEITAS PELA RÁDIO MAIS – HUAMBO.....	180
APÊNDICES.....	182
APÊNDICES A: ESCOLA DA ALDEIA DO SACHITEMO.....	182
APÊNDICE B: POSTO DE SAÚDE DA ALDEIA DO SACHITEMO.....	184

1 INTRODUÇÃO

1.1 TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA

O interesse por questões ligadas ao desenvolvimento, na formação de pesquisadores e profissionais em Economia, sobretudo nos aspectos do desenvolvimento socioeconômico em realidades africanas, conduziu à opção do tema de pesquisa que ganhou a seguinte indicação nesta monografia: “presença chinesa na costa africana ocidental: análise exploratória sobre a atuação da empresa Jiangzhou em Angola e seus reflexos”. Para avançar no assunto, é importante situar o leitor em relação à localização geográfica e a outros aspectos do país.

Localizada na costa ocidental de África, Angola é limitada geograficamente a norte pela República Democrática do Congo (Kinshasa) e pela República do Congo (Brazzaville) através do enclave de Cabinda, a sul pela Namíbia, a leste pela Zâmbia e a oeste pelo Oceano Atlântico, ocupando uma superfície de 1.246.700 km², conforme demonstra abaixo a Figura 1. De acordo com os dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística – INE, (ANGOLA, 2014), através do recenseamento geral da população e habitação, até dezesseis de maio de 2014, a população total de Angola era estimada em 25.789.024 milhões de habitantes (em 2016, nas estatísticas do Banco Mundial a população angolana compreendia cerca de 28.813.463 milhões de habitantes). Com relação à divisão política e administrativa do país, são ao todo 18 províncias (Estados), 162 municípios e 559 comunas.

Figura 1 - Mapa hidrográfico de Angola



Fonte: Fonte: (FAO AQUASTAT, 2005 apud ANGOLA, 2017a).

A grande maioria da população é formada por mulheres, que representam cerca de 52% do total da população, enquanto que 48% é representado por homens. Luanda é a capital e a cidade mais populosa do país, com 6.945.386 milhões de habitantes, representando 27% da população total, seguida das províncias da Huíla, Benguela e Huambo com mais de 2 milhões de habitantes cada uma, sendo 2.497.422 (10%), 2.231.385 (9%) e 2.019.555 (8%), respectivamente. A língua oficial do país é o português, falada por cerca de 71% da população, com maior predominância nas zonas urbanas. Línguas como o Kikongo, Còkwe, Umbundu, Kimbundu, Nanguela e Kwanyama assumem a categoria de línguas nacionais. O Umbundu, dominante na região centro-sul, em Huambo, Bié e Benguela, é a segunda língua mais falada, compreendendo 22,96% da população. A unidade monetária do país é o Kwanza¹.

¹ A taxa de câmbio em relação ao dólar dos EUA é de 307,96.

Angola, tal como outros países da África subsaariana, vem recebendo investimentos chineses, de forma massiva, nos diversos setores da Economia atraindo a atenção do país asiático. Um dos investimentos realizados em Angola, no setor agrícola, refere-se ao empreendimento sino-angolano denominado Jiangzhou Agriculture², Lda, realizada pela empresa chinesa de Desenvolvimento de Tecnologia Agrícola Jiangsu³ Jiangzhou Co. Lda, e a empresa angolana Dajiang⁴ Construction Co. Lda, no centro geográfico do país, na província do Huambo, município da Tchicala Cholohanga. Antes de prosseguir para o objetivo da pesquisa, importa mencionar sobre a localização desse empreendimento no território angolano.

A província do Huambo, designada outrora por Nova Lisboa, está localizada sobre um planalto acima de 1774 metros de altitude, ocupando uma superfície de 35.771 km² do território nacional. Sua população estimada era de 2.019.555 milhões de habitantes, segundo o Censo de 2014, representando cerca de 8% do total da população angolana, tendo a distribuição populacional de 47,7% residindo na zona urbana e 52,3% na zona rural. A população masculina representa cerca de 47% do total da população, enquanto que 52% corresponde à população do sexo feminino.

A província é constituída por onze municípios, nomeadamente, Huambo, Caála, Longonjo, Catchiungo, Bailundo, Ukuma, Tchinnenje, Mungo, Ekunha, Tchicala Cholohanga e Londuimbale. Para além dos 11 municípios, a província do Huambo é constituída por 37 comunas, 341 bairros em áreas urbanas e 2 886 aldeias (bairros em áreas rurais), conforme mostra abaixo o Quadro 1.

² Anexo A.

³ Para mais detalhes vide Anexo B.

⁴ Maiores informações, Anexo B.

Quadro 1 - Número de municípios e comunas da província do Huambo

Província/Municípios	Nº de comunas	Localidades		
		Urbana	Rural	Total
Huambo	37	341	2.866	3.207
Huambo	3	105	241	346
Tchicala Cholohanga	4	7	366	373
Catchiungo	3	16	187	203
Bailundo	5	27	596	623
Caála	4	80	267	347
Ecunha	2	13	160	173
Ukuma	3	21	151	172
Longonjo	4	27	179	206
Mungo	2	20	345	365
Londumbale	5	18	271	289
Tchijenje	2	7	103	110

Fonte: ANGOLA, 2014.

O município da Tchicala Cholohanga localiza-se a 42 quilómetros a leste do município sede da província do Huambo, apresentando uma população estimada em 103.646 habitantes, distribuídos em quatro comunas: Mbave, Samboto, Tchicala e Sambo (comuna onde está situada a fazenda Jiangzhou Agriculture, Lda). O mapa da Figura 2 abaixo exhibe os municípios e algumas comunas da província do Huambo, a seta azul na região do Sambo indica a provável localização da fazenda da empresa Jiangzhou. Infelizmente não se obteve um mapa da aldeia do Sachitemo, adjacente a Jiangzhou, para indicação da localização concreta da fazenda na comuna.

Figura 2- Localização dos municípios e comunas da província do Huambo



Fonte: ANGOLA, 2014.

As comunidades rurais representam cerca de 52% do total da população, e a atividade econômica predominante ao nível da província é a agropecuária, concentrando cerca de 60% da economia provincial. Isso explica a importância do setor para a cidade, e conseqüentemente para o país, atraindo dessa forma investimentos agrícolas, principalmente estrangeiros, pelo seu potencial ligado às condições climáticas, à fertilidade do solo e à densidade, que favorecem o alcance de uma produção elevada.

O município da Tchicala é rico em minerais e tem um potencial hídrico considerável, pois nele nascem importantes rios, como Keve, Kuvango e Cunene (este se encontra na área da fazenda da Jiangzhou), para além dos solos cultiváveis para a agricultura, fatores que permitem a concretização do crescimento do setor agrícola. Dedicam-se esses solos, principalmente, às culturas de milho, feijão, batata-rena e doce, soja, trigo e hortícolas diversas, e à criação de gado bovino, caprino e ovino. O território angolano, conforme visto na figura 1, é coberto por inúmeras bacias hidrográficas, caracterizadas por rios e seus respectivos afluentes, que marcam presença no país de norte a sul e do oeste ao leste.

Essa posição privilegiada de Angola, para a prática de atividades agrárias e energéticas, tem sido pouco explorada pelo governo na medida em que não se tem feito melhor aproveitamento das potencialidades hídricas por nacionais. Mas, por outro lado, esses atributos têm atraído cada vez mais o interesse de investidores estrangeiros, principalmente chineses. As relações sino-angolanas são marcadas maioritariamente por projetos de financiamento e/ou investimentos chineses no setor da construção de infraestruturas, sobretudo no setor energético, mas verifica-se um interesse crescente desses investidores no setor agrícola de Angola. Isso se reflete na prática de “*land grabbing*”⁵, constatada na observação da presença da Jiangzhou na Tchicala.

Jiangzhou Agriculture, Lda: Uma breve nota.

A empresa chinesa de Desenvolvimento de Tecnologia Agrícola de Jiangsu Jiangzhou Co. Lda, voltada às atividades do setor agrícola, anteriormente operava no município de Camacupa, província do Bié, no período de 2013-2015, tendo interrompido o contrato que havia firmado com o governo provincial, pois a fazenda passou a estar sob tutela do Fundo Soberano de Angola (FSDEA), administrado, anteriormente, por José Filomeno dos Santos. A empresa angolana Dajiang Construction Co. Lda, pessoa coletiva de direito angolano, entidade residente cambial, investidora interna, registrada na conservatória do registro comercial de Luanda, com o NIF 5417272418, se dedica, maioritariamente, as atividades ligadas ao setor de construção e engenharia.

⁵ Land grabbing, em português apropriação de terras, refere-se a prática de aquisição de terras em larga escala através da compra ou arrendamento por parte de empresas domésticas e estrangeiras, que restringem o direito aos detentores de terras sob o regime consuetudinário, e geralmente, enfrentam uma ameaça crescente por parte das autoridades governamentais, gerando um impacto negativo sobre as comunidades locais.

A Jiangzhou Agriculture, Lda pode ser considerada como uma empresa ou grupo, quanto à sua estrutura organizacional, com vários segmentos de atuação e bastante diversificada. De fato, a empresa apresenta como objeto social a criação de complexos agrícolas com vistas à exploração e gestão de unidades hoteleiras e restauração, parques temáticos, agrícolas, derivados e afins, a exploração, tratamento de madeiras e seus derivados, estudos de avaliação econômica e de impacto ambiental e a comercialização de recursos madeireiros e outros recursos naturais e atividades afins, a importação, comercialização, distribuição, agenciamento, representação e exportação, de todos e quaisquer produtos agrícolas, turísticos, hoteleiros e afins.

O capital da empresa é de AKZ\$ 1.000.000,00 (o equivalente, atualmente, a 3 mil e 240 dólares estadunidenses), conforme descrito no diário da república de Angola, n.º 239 de catorze de dezembro de 2017, apresentando como sócios Jinlin Zhu e Zhu Xiangjun, responsáveis pela gestão. Importa realçar que a Jiangzhou Agriculture, Lda, é uma *joint-venture*⁶ da investidora chinesa Jiangsu Jiangzhou Co., Lda e da investidora angolana Dajiang Construction Co. Lda, aprovado sob regime contratual, segundo o despacho presidencial n.º 173/17 de 10 de julho, assinado pelo ex-presidente José Eduardo dos Santos, cujo investimento é avaliado no montante de US \$ 12.000.000 (doze milhões de dólares dos Estados Unidos da América). O prazo para a implementação do projeto é de 10 anos, compreendendo o período de 2016 a 2025.

O foco principal deste estudo é a presença da empresa “Jiangzhou Agriculture, Lda” no município da Tchicala Cholohanga. Por meio de pesquisa bibliográfica e documental, e, sobretudo através de pesquisa de campo envolvendo entrevistas, pretende-se examinar alguns impactos e mudanças locais relacionados às atividades da empresa. A questão central a ser examinada refere-se à expropriação de terras, que resultou em conflito entre a empresa e os moradores da aldeia do Sachitemo. Duas perguntas gerais que nortearam a elaboração do estudo são estas:

- Quais as mudanças regionais, principalmente em termos de estrutura produtiva e perfil do emprego, mas também em termos de infraestruturas econômicas e sociais, que a presença Chinesa vem gerando no município Tchicala Cholohanga;

⁶ *Joint venture* é uma expressão em inglês que significa a união de duas ou mais empresas já existentes com o objetivo realizar uma atividade econômica comum, por um determinado período de tempo e visando, dentre outras motivações, o lucro. As empresas que se juntam são independentes juridicamente e no processo de criação da *joint venture* podem definir se criam uma nova empresa.

- O investimento agrícola chinês da Jiangzhou tem gerado benefícios, tendo em conta os objetivos econômicos e sociais a que se propõe no tocante, por exemplo, ao aumento da renda familiar e ao acesso à educação e à capacitação profissional, para os municípios da Tchicala Cholohanga, cujo índice de envelhecimento é o maior à nível da província?

1.2 OBJETIVOS

Os objetivos podem ser divididos em gerais e específicos.

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar a presença chinesa em Angola através do projeto de investimento “Jiangzhou Agriculture, Lda”, destacando suas principais características e implicações no município da Tchicala Cholohanga.

1.2.2 Objetivos Específicos

- a) descrever a trajetória de Angola no período colonial e pós-independência;
- b) apresentar, de forma sistematizada, literatura pertinente sobre a crescente projeção chinesa na África subsaariana, com destaque para Angola;
- c) analisar o desempenho da Jiangzhou no setor agrícola de Angola, bem como as mudanças e os impactos que a empresa vem gerando no município da Tchicala Cholohanga.

1.3 JUSTIFICATIVA

A crescente projeção da China na África, neste início de século, é um tópico atual que tem sido alvo de constantes debates pela comunidade internacional, principalmente estadunidense, pelo fato de que são desconhecidos os reais objetivos internacionais da China, bem como os futuros riscos ou ameaças que poderá representar tal cooperação para as comunidades africanas. A relação sino-angolana, particularmente, ganha novas perspectivas após o período de guerra civil em Angola e o estabelecimento do processo de paz e busca pelo desenvolvimento, naquele país africano caracterizado por uma diversidade de recursos naturais praticamente inexplorados, atraindo investidores chineses nos mais diversos setores da economia, tornando-se Angola no mais importante parceiro econômico e comercial da China em África.

A terra, como já afirmavam os fisiocratas, era considerada fonte de riqueza, mas, para os angolanos, e especialmente para a comunidade da aldeia do Sachitemo, representa um valor histórico e sentimental maior do que o montante de investimentos da empresa Jiangzhou Agriculture, Lda, conforme poderá se observar nos resultados das entrevistas realizadas. A escolha dessa temática de cooperação entre os dois países, no domínio dos investimentos no setor agrícola, é pouco explorada nas academias angolana e brasileira. Assim, busca-se também, com este estudo, contribuir para o enriquecimento da base bibliográfica tanto no Brasil como em Angola, abordando a projeção chinesa numa visão africana escorada na constatação feita no município da Tchicala Cholohanga, cidade do Huambo.

1.4 METODOLOGIA

Uma pesquisa pode ser definida como o procedimento racional e sistemático que objetiva proporcionar respostas aos problemas apontados. Ela desenvolve-se por intermédio dos conhecimentos disponíveis e pela utilização cuidadosa de métodos, técnicas e procedimentos científicos, que permitem o alcance de novos conhecimentos em um campo de estudo (GIL, 2002).

Com respeito ao objetivo geral, Gil (2002) classifica as pesquisas em: exploratórias, descritivas e explicativas. Com relação a esse aspecto, este trabalho pode ser classificado como exploratório e descritivo. É exploratório pelo fato de que a temática sobre a cooperação entre a China e Angola, no domínio dos investimentos no setor agrícola, é pouco explorada nas academias angolanas e brasileiras, e descritiva, pois tem como objetivo descrever fenômenos e estabelecer relações entre variáveis.

O problema de pesquisa será abordado de forma qualitativa. Para análise dos fatos do ponto de vista empírico, ou seja, para confrontar a visão teórica com os dados da realidade, torna-se necessário traçar um modelo conceitual operativo da pesquisa. Esse modelo, conhecido como delineamento, refere-se ao planejamento da pesquisa em sua dimensão mais ampla, tendo como base o procedimento adotado para a coleta de dados.

Quanto ao procedimento técnico, a pesquisa a ser desenvolvida neste trabalho pode ser considerada como bibliográfica e documental, sendo que será feita com base em material elaborado como livros, artigos de publicações periódicas, e por consulta de documentos disponibilizados por instituições governamentais, como o Ministério da Agricultura, e Ministério das Relações Exteriores de Angola, e através de instituições internacionais como a FAO e o Banco Mundial. Houve também a realização de pesquisas de campo, por meio da aplicação de uma série de entrevistas, entre questões abertas e fechadas, e diálogos, com distintos interlocutores.

Em resposta aos objetivos específicos, o primeiro, que visa descrever a trajetória de Angola no período colonial e pós-independência, foi realizado mediante consulta a material bibliográfico, como livros de autores nacionais angolanos e estrangeiros, que abordam questões ligadas à historiografia do país. O segundo objetivo, que se destina a apresentar, de forma sistematizada, literatura pertinente sobre a crescente projeção chinesa na África subsaariana, com destaque para Angola, foi atingido através da consulta a bibliografias e fontes secundárias de dados como relatórios, artigos e dissertações que abordam a temática da presença chinesa em África, e que se consideram relevantes para a pesquisa.

Para a concretização do terceiro e último objetivo, procede-se à análise do desempenho da Jiangzhou Agriculture, Lda no setor agrícola de Angola, bem como as mudanças e os impactos que a empresa vem gerando no município da Tchicala Cholohanga, anotando a questão do conflito de terras entre a empresa e os moradores do Sachitemo. Tendo em conta os objetivos econômicos e sociais do investimento, os dados estimados de renda a serem apresentados foram coletados, na sua maioria, por meio das já referidas entrevistas, aplicadas pela pesquisadora com o fim de aumentar a autenticidade das informações que serão apresentadas no decorrer deste trabalho.

A pesquisadora esteve em Angola, em dois momentos distintos: a primeira em janeiro de 2018 onde realizou um trabalho inicial, como um estudo de campo, através da observação e diálogo manteve um primeiro contato com os trabalhadores nacionais, administrativos e agricultores, no município, com o objetivo de identificar a disponibilidade de informações locais, e pontuais, e também, definir os sujeitos para as entrevistas. No segundo momento, em setembro de 2018, teve a realização das entrevistas conseguida através da disponibilização de recursos para a viagem proporcionada pela Direção do Centro Socioeconômico da Universidade Federal de Santa Catarina.

As entrevistas foram realizadas com cinco (5) grupos de interlocutores, conforme detalhado a seguir: agricultores individuais e residentes na aldeia do Sachitemo, comuna do Sambo – 13 entrevistas; trabalhadores nacionais do empreendimento Jiangzhou – 10 entrevistas; chefe do departamento do Instituto de Desenvolvimento Agrário (IDA) afeto ao Ministério da Agricultura – 1 entrevista; chefe interino do Instituto Nacional de Cereais (INCER), do Ministério da Agricultura – 1 entrevista; e a Diretora da ONG nacional, Ação para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA) – 1 entrevista. Desse conjunto de entrevistas totalizaram-se vinte e seis (26).

Houve também um diálogo com o advogado de defesa da comunidade do Sachitemo (e professor no Instituto Superior Politécnico Humanidades e Tecnologia Ekuikui II), bem como a solicitação de reportagens feitas por uma rádio local. Os depoimentos coletados durante as entrevistas e das reportagens feitas pela Rádio MAIS, foram transcritos tendo em conta a realidade cultural, e linguística, dos entrevistados.

A realização desta pesquisa enfrentou os seguintes obstáculos maiores, representando limitações da abordagem: dificuldade no acesso a dados primários, como relatórios de atividade de instituições governamentais; falta de informação sobre o valor concreto dos hectares de terra perdidos pelos agricultores do Sachitemo, bem como dos valores certos de renda; escassez de recursos financeiros para locomoção nas demais aldeias e comunas do município da Tchicala Cholohanga, o que se traduziu, principalmente, na limitação do universo de entrevistados para contatar possíveis interlocutores como professores e estudantes da Faculdade de Ciências Agrárias, técnicos e pesquisadores do Instituto de Investigação Agronômica, administradores municipais e membros de ONG's internacionais como a *Development Workshop*.

1.5 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

A presente monografia está estruturada em cinco capítulos. O primeiro capítulo exhibe o tema e problema de pesquisa, os objetivos (geral e específico), a justificativa e a metodologia aplicada para o alcance dos resultados do trabalho.

O segundo capítulo apresenta uma contextualização histórica do estudo, considerando a situação de Angola desde o período da luta pela libertação nacional até a independência, bem como o processo de guerra civil e a estabilidade política alcançada em 2002, com a efetivação da paz e a busca pelo desenvolvimento. O terceiro capítulo aborda as principais formas de intervenção da China na África, com ênfase no caso de Angola. O foco dessa

intervenção são os financiamentos para assistência ou ajuda ao desenvolvimento, os fluxos de comércio e os investimentos no setor agrícola.

No quarto capítulo são apresentados os resultados da experiência da Jiangzhou no município da Tchicala, evidenciando o conflito de terras como a principal problemática na região. Também se esboça uma abordagem de cunho socioeconômico dos trabalhadores angolanos da Jiangzhou e dos agricultores moradores da aldeia do Sachitemo. Por último, no quinto capítulo são apresentadas as considerações finais a respeito da presença e atuação da Jiangzhou na Tchicala Cholohanga.

2 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA: ANGOLA NO PERÍODO COLONIAL E APÓS A INDEPENDÊNCIA

Neste capítulo será apresentada uma caracterização de Angola do ponto de vista histórico, através da descrição dos períodos que abrangem as lutas de libertação nacional (1961-1974) e a proclamação da independência (1975); na sequência, serão ainda expostos os aspectos que induziram a guerra civil que perdurou cerca de 27 anos, compreendendo o período de 1975 a 2002, cujo período foi marcado por tentativas de negociações para a paz. E por último, o alcance da paz e a busca pelo desenvolvimento que constitui uma preocupação atual. Os assuntos a serem expostos terão como base pesquisas de historiadores, sociólogos e economistas, entre nacionais, angolanos e estrangeiros.

2.1 LUTAS DE LIBERTAÇÃO NACIONAL OU GUERRAS DA INDEPENDÊNCIA (1961 – 1974)

A Guerra Fria dividiu o mundo em dois grandes blocos de influência, um liderado pelos Estados Unidos da América (EUA), o outro pela então existente União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), que apresentavam divergências em seus sistemas políticos (capitalismo e socialismo), fazendo com que ambos os países líderes procurassem conquistar aliados no Terceiro Mundo. Este fenômeno conduziu ao processo de descolonização da África, que foi conseguido maioritariamente em meados da década de sessenta, sendo que o primeiro país independente da África subsaariana foi Gana, em 1957, com apoio externo.

À URSS interessava a formação de alianças com os movimentos nacionalistas das colônias, para o enfraquecimento dos impérios capitalistas dos EUA, fornecendo material e treino de guerra nas áreas coloniais. A China, por essa altura, alia-se a Moscou na luta contra o colonialismo em África, mas a intensificação das rivalidades entre as duas nações as tornou concorrentes no apoio aos movimentos de libertação que vigoravam em África.

A guerra ultramar ou guerra de libertação de 1961, antecipada por Portugal aos movimentos de libertação das colônias de Angola, Guiné-Bissau e Moçambique, teve o seu início em Angola em quatro de fevereiro do referido ano. Um pequeno grupo de angolanos provenientes das regiões norte e nordeste do país (nas cidades do Zaire, Bengo, Uíge e Kwanza-Norte), atacou a prisão de São Paulo em Luanda, a casa de reclusão militar, uma

patrulha da polícia e a estação de rádio. O processo expandiu-se posteriormente para as demais colônias.

Os três movimentos de libertação de Angola – o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) e a Frente Nacional para a Libertação de Angola (FNLA) – apresentavam diferentes posições políticas. Todavia, naquele momento, todos lutavam por um objetivo comum: a independência de Angola.

O MPLA, liderado por Agostinho Neto, mantinha relações com a URSS, seu aliado natural, e atuava maioritariamente em Luanda. A FNLA, cujo líder foi Holden Roberto, tinha como sua área de ação a região norte do país (Zaire, Uíge e Kwanza-Norte) e recebia apoio dos EUA. Enquanto que a UNITA (também com ligações com os EUA), liderada por Jonas Savimbi, de tendência maoísta, atuava no centro-sul do país, em Huambo e Bié, e contava, principalmente, com o apoio da China (ESTEVEZ, 2008).

De acordo com Wheeler e Pélissier (2009), o ano de 1961 representou o ponto central da história da luta anticolonial protagonizada pelos povos de Angola (região norte e nordeste), nomeadamente, as etnias dos ambundos e bacongos. Apesar do apoio externo obtido através das grandes potências, Angola não conseguiu alcançar a independência através de uma revolta armada em 1961, pelo fato de que os povos do sul e sudeste do país mal se mexeram, talvez por medo, ignorância ou lealdade aos portugueses. Se os dirigentes nacionalistas tivessem encontrado um terreno tão favorável como havia no norte e nordeste, era praticamente certo que os portugueses teriam sido expulsos de Angola, ou, pelo menos, confinados ao longo da costa.

As consequências da revolta de 1961 foram trágicas. A iniciativa foi seguida de inúmeros massacres, infligidos pelos portugueses aos povos ambundos e bacongos, instalando-se a política do medo, que pesou imensamente sobre o futuro de Angola. A deterioração econômica e a falta de confiança no futuro paralisaram o investimento, encerrando setores importantes como o da construção, e restringiram o comércio.

Em termos humanos, a estimativa sugere resultados nada menos que dramáticos. Apesar de desconhecido o número exato de mortos, várias fontes indicam quantidade entre 25 e 50 mil mortos, sendo que a maioria não constituiu um resultado direto da guerra, mas sim vitimada pela doença e a fome que se alastraram pelo país.

A Revolução de 25 de Abril de 1974, também conhecida como Revolução dos Cravos – protagonizada por oficiais militares portugueses, na sua maioria capitães, que haviam cumprido serviço militar em Angola – derruba o regime ditatorial em Lisboa na sequência de um golpe de Estado, levado a cabo em 16 horas, de forma praticamente pacífica. Este evento representou para Portugal o início de um Estado democrático, e exerceu um forte impacto sobre as colônias portuguesas na África, e no futuro de Angola.

O cessar-fogo entre as forças portuguesas e os três movimentos de libertação nacional de Angola foi acordado por etapas. A UNITA assinou em primeiro lugar, em junho de 1974, seguindo-se o MPLA, e, posteriormente, a FNLA, em outubro de 1974. A partir disso prosseguiram as negociações para o alcance de acordo sobre o futuro estatuto político e de governo da antiga colônia. Ao contrário do que acontecia em outras colônias africanas com forças nacionalistas únicas, em Angola a situação era mais complicada, pois havia três movimentos em disputa pelo poder (WHEELER E PÉLISSIER, 2009).

Após meses de negociação intermitentes entre Portugal e os três movimentos de libertação nacional, foi estabelecido o Acordo de Alvor, assinado a 15 de janeiro de 1975, que determinava um governo de transição e fixava a data da independência de Angola para 11 de novembro do mesmo ano. Conforme estabelecia o artigo Iº do acordo de Alvor, o governo português reconhecia os três movimentos como representantes legítimos do povo angolano e, portanto, portadores do direito de defesa da soberania e independência.

Infelizmente, o Acordo de Alvor não conseguiu proporcionar uma transição pacífica da situação colonial para a de um país livre e independente. A razão básica foi a impotência de Portugal para fazer cumprir suas regras, bem como a hostilidade mútua entre os três movimentos e a sede pelo poder.

Dada as divergências entre os três movimentos de libertação, o cenário para a independência do país estava comprometido. Chegado o momento, enquanto em Luanda o MPLA, sob presidência de Agostinho Neto, proclamava diante da África e do mundo a independência da República Popular de Angola (RPA), a FNLA e a UNITA, na província do Huambo (que reconheciam como a capital do país), proclamavam a independência da República Democrática de Angola (RDA). Esta não sobreviveu sequer 24 horas, por não ter sido reconhecida internacionalmente, o que só reforçou, na sequência, o conflito armado.

A posição do MPLA em Luanda favorecia esse movimento, uma vez que as embaixadas estrangeiras se encontravam na capital, dando simbolismo importante à corrida pelo reconhecimento internacional, o que o colocava em um lugar de destaque e vantagem. O Brasil, ainda sob ditadura militar, rapidamente estabeleceu relações diplomáticas com Angola, sendo o primeiro país a reconhecer como legítimo o governo de Agostinho Neto, antes mesmo de qualquer país do bloco comunista.

A independência de Angola não representou o início da paz, e sim a declaração de uma guerra aberta. Cada um dos movimentos voltava a recorrer ao apoio das potências estrangeiras, dando início ao conflito interno que ganhou uma dimensão internacional.

2.2 GUERRA CIVIL (1975-2002): OS PROCESSOS DE PAZ E TENTATIVAS DE NEGOCIAÇÃO

É importante colocar em destaque aspectos centrais da guerra desencadeada em Angola depois de 1975, uma vez que milhares de pessoas foram profundamente marcadas por ela. Os reflexos se manifestaram principalmente na região centro-sul do país, notadamente em Huambo e Bié. Os parágrafos seguintes se apoiam no estudo de Nguluve (2010).

Institucionaliza-se, também, naquele período, a política do medo no país, com o acontecimento de 27 de maio de 1977, quando um grupo do MPLA, encabeçado por Nito Alves⁷, desencadeou golpe de Estado que ficou conhecido como “fracionismo”. Dezenas de milhares de angolanos foram torturados, mandados para campos de concentração e fuzilados sem julgamento nesse período, tido como um dos mais nublados da história angolana.

Durante o prolongado período de guerra civil, onde se entrecruzaram intervenções externas e interesses econômicos, várias tentativas de negociação para a paz se sucederam. A primeira, conforme mencionado acima, disse respeito ao Acordo de Alvor, e ocorreu mesmo antes da proclamação da independência.

Em 1989, o presidente do Zaire (atual Congo-Kinshasa), Mobutu, tomou a iniciativa de convidar Jonas Savimbi⁸ e José Eduardo dos Santos – que liderava o MPLA, após o falecimento de Agostinho Neto em 1979 – para o encontro de cúpula dos chefes de Estados africanos. Desse evento resultou o primeiro aperto de mão entre os dois opositores, que

⁷ Foi ministro da administração interna de Angola desde a independência, até a data em que o presidente Agostinho Neto aboliu o cargo em outubro de 1976. Nito Alves opunha-se a Agostinho Neto nos temas de política externa de não alinhamento, socialismo evolutivo e multirracialismo.

⁸ Líder e fundador do partido da União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA).

assinaram um cessar-fogo em Angola. Importa referir que durante a iniciativa o conflito não havia cessado. Todavia, os EUA não demoraram a se manifestar, e logo fizeram saber que eram contra o plano de paz para Angola, e na esteira disso, o conflito se prolongou até 1991.

Em 31 de maio de 1991, em Lisboa, no Ministério dos Negócios Estrangeiros, na presença do primeiro-ministro português (Cavaco Silva) e do secretário-geral das Nações Unidas (Peres de Cuellar), assina-se o Acordo de Bicesse. São indicadas propostas de mudanças constitucionais que permitiriam a possibilidade de abertura ao multipartidarismo e, portanto, a participação da UNITA na vida política do país. Todavia, apesar da intervenção de órgãos internacionais, o acordo de Bicesse também falha. Após as primeiras eleições de 1992, em que o MPLA sai vitorioso, a UNITA acusa o seu adversário de fraudar os resultados, reacendendo, assim, o conflito.

O período de guerra retomado em 1992 marcou a fase de mais destruição em Angola, desestabilizando infraestruturas econômicas e criando uma situação social bastante precária para as populações, com a destruição completa de cidades como o Huambo e Bié. Em novembro de 1994, em Lusaka, capital da Zâmbia, foi assinado um terceiro acordo para alcance da paz, mas também este não obteve sucesso (NGULUVE, 2010).

2.3 O ALCANCE DA PAZ E A BUSCA PELO DESENVOLVIMENTO

Após o longo período de guerra civil, que terminou em fevereiro de 2002 com a morte do líder da UNITA, foi decretada a paz em Angola, em 4 de abril do mesmo ano. Isso ocorreu com a assinatura do acordo de paz entre o MPLA e a UNITA.

É importante assinalar que a agricultura praticada no país, sobretudo aquela voltada à subsistência das famílias, esteve praticamente paralisada durante o conflito interno. Os danos foram tamanhos que, atualmente, ainda se observam no país muitas famílias, principalmente na área de Huambo, que não exercem a atividade agrícola devido às minas espalhadas no solo no período de guerra.

Com o advento da paz, a prioridade na agenda do governo angolano passa a ser a reconstrução do país, a garantia do crescimento e do desenvolvimento econômico e social da população. É neste contexto que as relações sino-angolanas encontram-se inseridas e devem ser consideradas. Como se indicou na introdução desta monografia, a análise realizada neste trabalho sobre tal assunto estará centrada no projeto da Jiangzhou.

A partir de novembro de 2003, as relações de cooperação econômica entre os dois países tiveram uma significativa ampliação, resultante do processo de financiamento da China no quadro do Programa de Reconstrução Nacional de Angola para a execução de vários projetos, com particular realce para as infraestruturas. O governo chinês concedeu a Angola uma gigantesca linha de crédito para a construção de diversas infraestruturas, com especial destaque para os setores do transporte, energia e comunicações. Isso representou a imposição do predomínio de empresas chinesas no país africano (ANGOLA, 2015).

Esse crédito enquadra-se num mecanismo denominado pelo Banco Mundial de “Modo Angola” (CARMO, 2013), envolvendo a troca de recursos naturais por infraestruturas. Para o governo angolano, a China apresenta-se como um parceiro ideal, uma vez que o país asiático não pretende interferir nos assuntos políticos do país africano (um dos princípios elencados na conferência de Bandung). Esses assuntos abrangem problemas como, principalmente, violação dos direitos humanos, falta de liberdade de expressão e na imprensa e falta de transparência em diferentes aspectos.

A China tornou-se um importante parceiro do país africano, sendo o principal financiador dos projetos de reconstrução e de infraestruturas do Poder Executivo angolano. Em contrapartida, Angola converteu-se no principal parceiro, em termos estratégicos, econômicos e comerciais, da China em terras africanas.

3 PROJEÇÃO CHINESA NA ÁFRICA SUBSAARIANA: ANGOLA NA ROTA DAS INVESTIDAS INTERNACIONAIS DA CHINA

O processo de abertura e reforma iniciado por Deng Xiaoping nos anos 1970, permitiu, no longo prazo, a China situar-se como a segunda maior economia do mundo e projetar-se internacionalmente no plano político e econômico. Nos primeiros anos deste século a China, utiliza-se da diplomacia e da sua capacidade financeira enquanto instrumentos para garantir e assegurar o seu próprio crescimento, marcado por movimentos de expansão e reestruturação (MENEZES, 2009).

A aproximação chinesa da África, até então considerada marginal na economia mundial, está sendo marcada por um salto qualitativo nas relações sino-africanas. O continente africano tem desempenhado um papel fundamental no processo de crescente proeminência da economia chinesa no cenário internacional. A inserção da China na região subsaariana da África apresenta objetivos políticos, nem sempre claros se analisados em um período histórico reduzido, e objetivos econômicos amplos e de longo prazo. Considera-se tal inserção como representando muito mais do que somente uma busca por recursos naturais e segurança energética.

O interesse da China por recursos naturais – como urânio no Níger, fosfatos no Marrocos, petróleo no Sudão, Nigéria e Angola, ouro na Líbia e no Chade, manganês e minério de ferro na Argélia, coltan no Congo (Kinshasa) – é visto como uma característica da interação sino-africana. Esse interesse, no entanto, vem acompanhado de investimentos em infraestruturas ligados ao desenvolvimento do setor energético nos países africanos. Para o caso de Angola, os principais investimentos chineses têm sido realizados no setor energético e de obras públicas, através da construção de barragens e estações hidroelétricas, aeroportos e projetos habitacionais de grande dimensão.

Na maioria dos países africanos, o comércio bilateral e investimentos chineses foram crescentes no final da década de 1990 e início dos anos 2000, com a instituição da política “Going global” do governo chinês, que será tratada nas próximas seções. A questão da presença chinesa no continente africano tem sido tema de análise e críticas realizadas por diversos pesquisadores, acadêmicos e pela mídia internacional, sendo que geralmente se considera a atuação chinesa na África como neocolonialista.

As visões acerca da presença da China são bastante divergentes, tanto na África, como no resto do mundo. Dentre os pontos de vista destacam-se os autores das áreas de economia política internacional, liderança e políticas globais, assim como desenvolvimento regional, como Moyo (2012), Brautigam (2013), Hodzi e Chen (2018), Xu et al (2016), Chen (2018), Dreher et al (2017), Jin e Callagher (2018).

Segundo Visentini (2013), as relações sino-africanas são, marcadamente, características da cooperação do tipo sul-sul. Estas contribuem para a criação de um espaço geopolítico meridional em que os oceanos – o Atlântico sul e o Índico – adquirem um papel estratégico nos planos econômico e político.

As críticas ocidentais, em grande medida, alimentam a hipótese de que a cooperação sino-africana cria uma situação na qual a importância dos países ocidentais na África tende a declinar. Segundo argumentos de pesquisadores e líderes políticos africanos, a China representa, para a maioria, um “parceiro sincero” para seus países, conforme havia afirmado – em entrevista à agência de notícias chinesa Xinhua (2018) – o especialista ruandês em Relações Internacionais e Política Comparada da Ásia e África, Ismael Buchanan. Reforçando o argumento desse especialista, o diretor do Instituto de Pesquisa e Diálogo para a Paz em Kigali, Eric Ndushabandi, considera que: “a China está oferecendo uma alternativa mais confiável aos investimentos mais tradicionais em relação aos países ocidentais” (XINHUA NEWS, 2018, S.p).

A tarefa de mapear as visões sobre a política externa chinesa para um continente com cinquenta e quatro países não se apresenta fácil, revestindo-se, naturalmente, de boa dose de complexidade. É necessário, para uma melhor compreensão das relações sino-africanas, que pesquisas futuras sejam feitas sobre as relações bilaterais entre a China e países africanos específicos, com foco na compreensão das estruturas políticas e econômicas de mais longo prazo dessas sociedades africanas (MENEZES, 2013; OURIQUES, 2014).

Como maior parceiro comercial da China na África e anfitrião de um número estimado de 250.000 migrantes chineses, Angola é um dos locais mais significativos, atualmente, para se analisar as relações sino-africanas. A estimativa sobre os migrantes chineses residentes em Angola pode não ser uma aproximação real, pois os movimentos de migrantes chineses não são unidirecionais no tempo ou no espaço (SCHMITZ, 2018).

Fatores adicionais, como corrupção e ineficácia dentro das agências responsáveis pelo controlo das fronteiras e pela imigração, dificultam a obtenção de dados confiáveis. Por essas razões, números precisos sobre a presença chinesa na África são difíceis de obter, pois estão em constante alteração (PARK, 2012, apud COOK et al, 2016).

Neste capítulo serão apresentadas as principais formas de intervenção da China na África, bem como se falará sobre interações entre a China e os países africanos, com ênfase no caso de Angola. O foco recai nos investimentos em infraestrutura, volumes de comércio e o financiamento para assistência ou ajuda ao desenvolvimento, que representam o que se pode chamar de “santa tríade” da política externa chinesa aos países africanos.

3.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DAS RELAÇÕES SINO-AFRICANAS E ANGOLANAS

Faz-se necessário, para a devida contextualização das relações sino-africanas e angolanas, o conhecimento do passado histórico da cooperação entre os países em desenvolvimento no Sul, para a compreensão do modo como se manifestam as relações da China com a África, e, nesta, com Angola. Os parágrafos a seguir, voltados a esse assunto, apoiam-se amplamente no estudo de Esteves (2008).

O termo “Sul”, desde a década de 1960, designa um conjunto de países em desenvolvimento por oposição à expressão “Norte”, atribuída aos países desenvolvidos. Historicamente, o início das relações sino-africanas é datado do período de 18 a 24 de abril de 1955, com a realização da Conferência de Bandung, na Indonésia, da qual participou um total de vinte e nove países da Ásia e África, onde estiveram presentes apenas seis países africanos: Costa do Ouro (atual Gana), Egito, Etiópia, Libéria, Líbia e o Sudão.

Esse número reduzido de participantes africanos é explicado, em grande medida, pelo fato de que a maioria dos países africanos ainda se encontrava em regime de colônia da Europa. O objetivo da conferência de Bandung foi traçar um mapeamento de uma nova força política global, visando à promoção da cooperação econômica e cultural afro-asiática como forma de oposição ao colonialismo dos Estados Unidos da América (EUA) e da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

Num período marcado por conflitos (Guerra Fria), em que os EUA e a URSS lutavam abertamente pela conquista de influência em todos os países, o maior desafio do movimento não alinhado era manter-se coeso ante as pressões das grandes potências. Ao invés da tradicional visão de americanos e soviéticos sobre um conflito Leste-Oeste, a visão que

predominava em Bandung era a do conflito norte-sul, onde as potências localizadas mais ao norte, industrializadas, oprimiam e inibiam de forma constante o desenvolvimento das nações localizadas mais ao sul, exportadoras de produtos primários.

Os princípios incrustados na Conferência de Bandung são resumidos em dez disposições, de acordo com a carta das Nações Unidas de 1945:

1. Respeito aos direitos fundamentais;
2. Respeito à soberania e integridade territorial de todas as nações;
3. Reconhecimento da igualdade de todas as raças e nações, grandes e pequenas;
4. Não intervenção e não ingerência nos assuntos internos de outro país - (autodeterminação dos povos ou soberania do Estado);
5. Respeito pelo direito de cada nação defender-se, individual e coletivamente;
6. Recusa na participação dos preparativos da defesa coletiva destinada para servir aos interesses particulares das superpotências;
7. Abstenção de todo ato ou ameaça de agressão, ou do emprego da força, contra a integridade territorial ou a independência política de outro país;
8. Solução de todos os conflitos internacionais por meios pacíficos (negociações e conciliações, arbitradas por tribunais internacionais);
9. Estímulo aos interesses mútuos de cooperação;
10. Respeito pela justiça e obrigações internacionais.

É fundamental para este trabalho de pesquisa que se realce a importância da cooperação sul-sul, cujos princípios norteadores foram implementados nessa reunião em Bandung. Durante a reunião, alguns países declararam-se socialistas, mas deixando claro que não iriam se alinhar ou sofrer influência da antiga URSS. No momento da conferência, os discursos proferidos pelo ocidente e pela China diferiam bastante.

Enquanto o ocidente apresentava uma série de argumentos com adjetivos pessimistas e tendencialmente negativos, a China, pelo contrário, apresentava alternativas ao público africano com argumentos que cativavam e apelava à empatia, conquistando dessa forma a confiança dos líderes africanos. A relação sino-africana, apesar das controvérsias e do desconhecimento das reais intenções da China, constituiu na esteira de Bandung uma nova abordagem em matéria de desenvolvimento para o continente africano, o qual foi durante anos marginalizado pelo Ocidente, conforme sugerido pelo conteúdo abaixo do Quadro 2.

Quadro 2 - Comparação das expressões discursivas entre o Ocidente e a China

Ocidente	China
Contrapartidas políticas (ex. boa governação)	Cinco princípios de coexistência pacífica
Cooperação Norte-sul	Cooperação sul-sul
Continente sem esperança	Continente de oportunidades
Guerra civil	Herança colonial
Desrespeito pelos direitos humanos	Respeito mútuo e não ingerência
Subdesenvolvimento (pobrezas, doenças...)	Cooperação para o desenvolvimento e diálogo coletivo
Subdesenvolvimento	Igualdade de situação

Fonte: Esteves (2008).

O ponto central do discurso chinês, com referência à importância da relação sino-africana, tem sido assente no fortalecimento da união, sem nunca atacar o Ocidente ou tentar incutir ideologias comunistas nos países africanos, conforme expôs Zhou Enlai enquanto discursava para a conferência de Bandung:

A delegação chinesa veio a esta conferência à procura de unidade, não com o desejo de promover disputas. Os comunistas nunca desistiram de manifestar a convicção de que o comunismo e o socialismo são sistemas apropriados. Mas a finalidade desta conferência não é difundir ideologias pessoais ou sistemas políticos das diferentes nações, apesar de ser evidente que entre nós existem diferenças (ESTEVES, 2008, p. 58).

Apesar de que foram poucos os assuntos de interesse dos países africanos discutidos na reunião, a perspectiva da solidariedade afro-asiática, a união e início de cooperação foram aí semeados. A conferência de Bandung marcou o início das relações da China com o continente africano, embora com menor visibilidade devido à condição de colônia em que se encontrava a grande maioria dos países africanos, como no caso de Angola, que só em 1975 tornou-se independente.

A China utiliza-se da sua capacidade econômica como instrumento central da sua política externa. O planeamento da política externa Chinesa, bem como do comércio exterior, baseia-se na capacidade de o país realizar grandes investimentos, oferecer avultadas linhas de crédito, absorver produtos e insumos e até suportar déficits comerciais com países em desenvolvimento.

A Cooperação China-África, de acordo com o memorando da Direção da Ásia-Oceania do Ministério das Relações Exteriores, assume duas modalidades: uma multilateral, que abrange o conjunto dos países envolvidos nos Fóruns de Cooperação, e uma bilateral, que concerne ao relacionamento que a China desenvolve com cada um deles. No quadro multilateral, Angola mantém relações econômicas e comerciais com a China através do Fórum de Cooperação China-África – FOCAC e do Fórum para a Cooperação Econômica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, também designada por “Fórum de Macau”. Angola não tem apresentado projetos no FOCAC nem no Fórum de Macau, privilegiando somente os projetos no âmbito da cooperação bilateral (ANGOLA, 2015).

Instituído em outubro de 2000, o FOCAC⁹ é um mecanismo de consulta e diálogo coletivo entre a China e os países africanos. Para além de ser o primeiro fórum desse tipo na história das relações sino-africanas, representa também um grande passo, orientado para o futuro, na cooperação entre ambas as partes, como um modelo importante no âmbito da cooperação sul – sul em busca de um desenvolvimento comum (VISENTINI, 2013).

A assinatura de um processo verbal das conversações entre as delegações comerciais de Angola e da China, em 12 de janeiro de 1983, na França, marcou o início das relações diplomáticas oficiais entre os dois países, através do governo do MPLA, com vistas ao alargamento da cooperação nos domínios económico, comercial e social (ANGOLA, 2015).

Note-se que, em busca de financiamento devido à diminuição generalizada no preço do petróleo, verificada na década de 1990, o governo angolano tentou uma aproximação com o governo de Taiwan, enviando diversos ministros em visita à ilha. Mas tal ação não havia resultado no estabelecimento de relações diplomáticas entre os dois países, uma vez que a China passou a importar petróleo de Angola em 1993, fazendo com que o país africano não aprofundasse os laços de cooperação com Taiwan, pois uma das exigências mínimas da China aos países africanos era o não reconhecimento do governo de Taiwan (VISENTINI, 2013).

⁹ As reuniões do FOCAC são definidas trienalmente, sendo a última realizada em Pequim nos dias 3 e 4 de setembro de 2018.

3.2 A “SANTA TRÍADE” DA POLÍTICA EXTERNA CHINESA E A ADOÇÃO DO MODELO ANGOLANO PARA O CONTINENTE

Diferentemente dos princípios políticos que norteavam a relação sino-africana na esteira de Bandung, neste início de século as relações sino-africanas ganham novo vigor e se apresentam maioritariamente como guiadas por princípios sobretudo econômicos. Segundo Menezes (2013), uma característica marcante da cooperação sino-africana reside na interseção entre ajuda ou assistência ao desenvolvimento, comércio e investimentos, como indicam vários analistas e especialistas na matéria, o que representaria o que se pode denominar de “*santa tríade*” da política externa chinesa.

O motor das relações sino-africanas contemporâneas encontra-se no intercâmbio comercial e nos investimentos que se traduzem, principalmente, por suprimentos de matérias-primas e energia ao mercado chinês. Nas próximas subseções será analisado cada um dos elementos constituintes da política externa chinesa na África, bem como o modo como se manifestam essas relações, dando maior ênfase à interação sino-angolana.

3.2.1 Financiamento: Assistência ao Desenvolvimento

Alcançada a paz em Angola em abril de 2002, após o longo período de instabilidade política, constava como prioridade na agenda do governo a reconstrução das principais infraestruturas do país. Instituições internacionais como o FMI haviam recusado o financiamento alegando falta de transparência do governo angolano.

A partir de novembro de 2003, as relações de Cooperação Econômica entre Angola e China conheceram um significativo incremento, resultante do financiamento proporcionado pelo segundo país no quadro do Programa de Reconstrução Nacional do governo angolano. O alvo era a execução de um volume considerável de projetos de desenvolvimento econômico e social, com particular realce para infraestruturas (ANGOLA, 2015). Os parágrafos a seguir, que discorrem sobre o assunto, apoiam-se no estudo de Visentini (2013).

O financiamento através de instituições financeiras estatais chinesas, como o Banco de Desenvolvimento da China (CDB, em inglês) e o Banco de Exportação-Importação da China (China *Exim bank*, em inglês), constitui o pilar em que se consubstanciam e aprofundam-se as relações sino-africanas, e as angolanas de modo particular. A China havia realizado um

acordo de criação de uma linha de crédito¹⁰, no valor de US \$ 3 bilhões, para a reconstrução do país, inaugurando, assim, o chamado “modo angola ou *modelo angolano*”, pelo Banco Mundial, envolvendo troca de recursos do país por instalação de infraestruturas.

O referido modelo foi utilizado nas décadas de 1970 e 1980 por Japão e China, quando, em função da crise do petróleo, esses países desenvolveram cooperação de perfil semelhante ao da relação sino-africana, com posições invertidas. A China exportava commodities, especialmente carvão e petróleo, para o Japão, proporcionando divisas, acesso às mercadorias baratas e investimento em infraestrutura.

A melhoria de portos, rodovias, ferrovias e minas, por exemplo, foram pagas com produtos primários, sem gerar dívidas para a China. O “*modelo angolano*” representa uma tendência crescente na política externa chinesa para o continente africano, seguindo a estratégia de combinação de ajuda com comércio e/ou investimentos, através dos empréstimos concessionais do China *Exim bank*, a partir da experiência de acordos com Luanda. Esse modelo, apesar de ser visto como investimento por parte do governo chinês constitui financiamento ao desenvolvimento aos olhos do governo angolano (VISENTINI, 2013; CARMO, 2013).

Segundo Menezes (2013), o país devedor negocia um empréstimo no valor mínimo de RMB 20 milhões (cerca de US \$ 2,9 milhões, no período). Os empréstimos, geralmente, são vinculados a projetos nos setores de infraestrutura, indústria e desenvolvimento social e se inserem num contexto em que os países devedores, por um lado, são carentes em recursos financeiros, e, por outro, têm recursos naturais abundantes, com infraestrutura ineficiente. Os acordos de infraestrutura da China são onipresentes em toda a África, sobretudo na subsaariana.

As motivações por trás desses acordos variam conforme as características particulares de cada país. A experiência tem evidenciado implicações como a armadilha da dívida, que muitos países africanos enfrentam, especialmente com a China. Também marca presença o interesse da China em adquirir ativos estratégicos no continente africano, como militares e de inteligência, energéticos, e a supervisão de grandes contratos de infraestruturas e recursos naturais (ABI-HABIB, 2018).

O arranjo financeiro, geralmente, inclui emprego de mão de obra chinesa nos países africanos, provocando um intenso fluxo migratório. Tal fato, muitas das vezes, como no caso de Angola, acaba gerando conflitos e indignações por parte da população local, dado o

¹⁰ O Ministro das Finanças de Angola, Archer Mangureira, havia afirmado em setembro de 2018 na cimeira do FOCAC, em Pequim, que a dívida do governo angolano para a China ronda os 23 bilhões de dólares.

elevado índice de desemprego. Os empréstimos são operacionalizados como uma conta corrente mantida na China, sob titularidade do governo do país devedor, e as parcelas dos contratos correspondentes são pagas diretamente às empresas selecionadas. A linha de crédito chinesa concedida a Angola é operacionalizada através de um banco em Hong Kong, que em convênio com o BNA avalia o montante a ser concedido para determinado projeto de investimento em infraestruturas (MENEZES, 2013; ANGOLA, 2015).

No artigo “*Official Aid or Export Credit: China’s Policy and the Reshaping of Development Finance*”, publicado pela revista *Iniciativa Global da China*, Chen (2018) procurou desmistificar o financiamento do desenvolvimento externo da China examinando o mecanismo de empréstimo dos dois bancos – o CDB e o China Exim bank. Usando dados quantitativos e entrevistas, o artigo demonstra como e por que a China combina o uso de ajuda oficial e créditos de exportação. Desafiando o paradigma do pós-guerra de financiamento para o desenvolvimento, que foi estabelecido por países industrializados com base em uma ideia de “doação” do Norte para o Sul, a China pratica um modo de financiamento para o desenvolvimento “apoiado pelo Estado e baseado no mercado”.

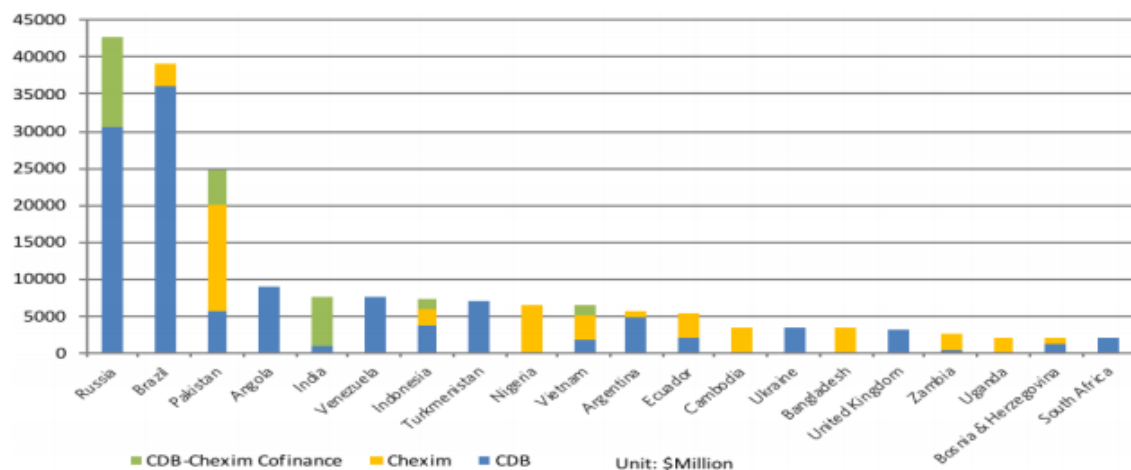
Segundo a economista Zambiana Moyo (2013), durante a sua exposição no Ted¹¹, o sistema (capitalismo estatal) encarnado pela China está ganhando força entre as pessoas (e economias) nos mercados emergentes, sobretudo nos países da África subsaariana. Mostra-se como um sistema a ser seguido, pois se acredita cada vez mais que promete obter os melhores e mais rápidos avanços nos padrões de vida da população, num curto espaço de tempo. O Estado chinês proporciona financiamento de infraestrutura não através da alocação direta de receita fiscal, mas através do aumento de credibilidade dos projetos, e tornando-os financeiramente acessíveis ao mercado.

A maioria dos empréstimos chineses foi concedida às regiões em desenvolvimento. Os dados divulgados pela unidade de investigação Aiddata, da universidade norte-americana de William & Mary, apresentam os vinte principais tomadores de empréstimos bancários chineses de 2000 a 2014, sendo que nessa lista constam cinco países africanos, nomeadamente: a Nigéria, Etiópia, Gana, Mali, e Angola, que ocupa o oitavo lugar na lista dos principais países tomadores de empréstimo da China. (CHEN, 2018; DREHER et al, 2017).

¹¹ TED, da sigla em inglês Technology Entertainment Design, é uma série de conferências realizadas na Europa, Ásia e Américas (e alguns países da África, como Angola), sem fins lucrativos destinadas à disseminação de ideias. Geralmente, os expositores levam entre 18 e 20 minutos para apresentação dos seus temas.

O gráfico da Figura 3 abaixo apresenta os empréstimos dos bancos estatais chineses por países receptores destinados aos investimentos no setor energético, com base no estudo realizado pelo Centro de Políticas Globais de Desenvolvimento (*GDP Center*, em inglês), da Universidade de Boston, nos EUA. Mostra-se que nos últimos vinte anos a China canalizou mais de US \$ 34 bilhões para investimento no setor de energia na África. Nessa lista de países, Angola consta como o quarto maior beneficiário do financiamento internacional de Pequim, com um montante de aproximadamente US \$ 14 bilhões, atrás somente de Rússia, Brasil e Paquistão.

Figura 3 - Empréstimos do CDB e do China Exim Bank no setor de Energia de 2000 a 2017 (em milhões de USD)



Fonte: Adaptado de Jin e Callagher (2018) apud Chen (2018)

Com relação a Angola, grande parte do montante desse financiamento chinês é alocada no setor energético, principalmente na construção de barragens, onde se destaca o contrato do projeto de construção da barragem de Caculo – Cabaça, localizada na bacia do médio Kwanza¹², província do Kwanza Norte, iniciada em agosto de 2017. Estimado no valor de US \$ 4,5 bilhões, o contrato de construção da barragem, a ser erguida pelo consórcio de empresas chinesas da CIF¹³ (*China International Fund*), prevê elevar a capacidade de produção elétrica do país para 9.000 Mwe (Megawatts elétricos).

¹² O maior rio de Angola, e o segundo em África.

¹³ China International Fund – CIF é um consórcio sediado em Hong Kong também conhecido pelo nome de 88 Queensway Group (MAILEY, 2015).

Geralmente, esses contratos de investimento abrangem obras que se destacam como de grande relevância para o país. São ilustrações o novo aeroporto internacional de Luanda (em construção desde 2008) e o caminho de ferro de Benguela, bem como a reabilitação dos sistemas de irrigação de barragens (VINES, 2007 apud OURIQUES E AVELAR, 2017).

3.2.2 Comércio: O petróleo no centro das relações comerciais entre a China e Angola

O “*modelo angolano*” de assistência ao desenvolvimento representou um crescente aprofundamento nas transações comerciais entre a China e os países africanos, principalmente os países produtores de petróleo, como Nigéria, Sudão, África do Sul e Angola. O aumento do volume de comércio entre ambos os países, China e Angola, impulsionou fortemente as suas economias, e fez com que Angola se tornasse o principal fornecedor de petróleo para a China na África (VISENTINI, 2013; CARMO, 2013).

Em 2015, a China importou o valor correspondente a US \$ 16 bilhões de petróleo de Angola, o equivalente a 8% do total das importações chinesas de petróleo, tornando Angola o terceiro parceiro comercial mundial de petróleo para a China, e o primeiro na África. As exportações africanas para a China correspondem, fundamentalmente, a commodities como o petróleo. Esse movimento comercial entre os países africanos e a China pode ser observado abaixo na Tabela 1, que apresenta os principais parceiros comerciais africanos da China no ano de 2015, bem como os produtos e volumes dessas exportações, em bilhões de dólares.

Tabela 1 - Os 10 principais parceiros comerciais africanos da China em 2015 (em bilhões de USD)

Nº	Países africanos que importam da China	M			Países africanos que exportam para a China	X			
		Produtos	Valor US\$ bilhões	%		Produtos	Valor US \$ bilhões	%	
1	África do Sul	Maquinaria elétrica	15.9	21,23	Angola	Combustível mineral (petróleo)	16.0	43,48	
2	Egito	Maquinaria	13.7	18,29	África do Sul	Minérios, Escória e Cinzas	5.8	15,76	
3	Nigéria	Veículos	12.0	16,02	Sudão	Cobre	3.1	8,42	
4	Argélia	Artigos de Ferro ou Aço	7.6	10,15	RDC (Kinshasa)	Madeira	2.7	7,34	
5	Marrocos	Vestuário não tricotado	5.9	7,88	Congo (Brazzaville)	Óleos de sementes	2.6	7,07	
6	Etiópia	Móveis	5.3	7,08	Zâmbia	Ferro e Aço	1.8	4,89	
7	Angola	Vestuário de malha	4.3	5,74	Gana	Metais básicos e Cimentos	1.3	3,53	
8	Gana	Calçados	3.7	4,94	Nigéria	Tabaco	1.2	3,26	
9	Benin	Plástico	3.5	4,67	Guiné Equatorial	Pérola e gema	1.2	3,26	
10	Tunísia	Ferro e Aço	3.0	4,01	Gabão	Polpa de madeira	1.1	2,99	
Total			74,9	100	Total			36,8	100

Fonte: EOM et al, 2017.

A entrada massiva de receitas provenientes das exportações de petróleo permitiu o financiamento dos esforços do governo angolano para a reconstrução do país e estimulou o desenvolvimento de um setor não petrolífero. Cerca de 80% das receitas fiscais públicas eram provenientes do petróleo, sendo que este representava aproximadamente 98% das exportações angolanas. Apesar disso, Angola permanece altamente dependente do setor petrolífero, e o empenho do governo desse país africano para o alcance da diversificação econômica tem atribuído à agricultura um papel chave e estrategicamente importante (JOVER, 2012 apud CARMO, 2013).

Esse crescente volume de comércio entre a China e os países africanos, como no caso de Angola, deve-se, em certa medida, à criação de zonas econômicas especiais – ZEEs. Tais zonas representam uma das formas de atuação da China na África, e um importante instrumento no crescimento da economia chinesa através do fomento e expansão das exportações. Em 2002, o governo chinês havia estabelecido a lei sobre criação de ZEEs pelo mundo (EL-GOHARI, 2010 apud VISENTINI, 2013).

A iniciativa de criação das ZEEs africanas começa em 2006, quando o governo chinês anuncia o apoio à criação de cerca de 50 zonas de cooperação econômica e comercial na África. De dezenove zonas aprovadas inicialmente, cinco encontram-se na África subsaariana, em países como Etiópia, República de Maurício, Nigéria e Zâmbia. Dois outros projetos ocorreram no norte da África, na Argélia e no Egito. Existem também outras zonas industriais chinesas que são iniciativas privadas, sem um suporte oficial do governo, em países como Botsuana, Serra Leoa e África do Sul (BRAUTIGAM et al, 2010 apud VALÉRIO, 2015).

Em Angola, em 2009, foi criada, através do decreto¹⁴ presidencial nº 50/09 de 11 de setembro, a ZEE Luanda – Bengo. Esta compreende sete reservas industriais, seis reservas agrícolas e oito reservas minerais, localizadas nos municípios de Viana, Cacuaco e Icolo e Bengo, na província de Luanda, e nos municípios de Dande e Ambriz na província do Bengo.

Apesar da crescente exportação e intensificação do comércio, envolvendo avultadas quantias monetárias da China para África, e vice-versa, a intensa presença chinesa no continente africano indica que a África continua sendo um espaço de partilha. Isso envolve conflitos, embora não armados, mas sim uma sequência de disputas tarifárias, sobretudo entre as duas principais potências, China e EUA.

Alguns especialistas alegam que essas disputas desencadearão uma “guerra comercial”, ligada a interesses relacionados ao acesso a mercados consumidores e à exploração de recursos naturais, principalmente commodities, como o petróleo angolano. Não se aprofundará aqui sobre os dados relativos a comércio, zonas industriais e investimentos chineses no setor energético, pois este não é o foco principal deste trabalho. Fez-se menção a essas questões tão somente para permitir uma ideia, mesmo que brevemente, sobre a atuação chinesa no continente africano e, de modo particular, em Angola. Na próxima seção serão analisados os investimentos chineses e as ações de cooperação no setor agrícola, citando alguns exemplos para o contexto angolano.

¹⁴ Disponível em: http://bibliotecaterra.angonet.org/sites/default/files/decreto_50-09_criacao_zee_luanda-bengo.pdf. Acesso agosto de 2018.

3.3 A POLÍTICA *GOING GLOBAL* DA CHINA: COOPERAÇÃO TÉCNICA E INVESTIMENTOS NO SETOR AGRÍCOLA

Para além de comércio e investimentos, estes majoritariamente em infraestruturas, envolvendo o setor energético, a agricultura é também um setor chave da relação sino-africana e angolana. Em 2002, o governo chinês havia institucionalizado a política *Going Global*, vinculada ao seu processo de crescimento econômico, proporcionando uma série de incentivos para promover a internacionalização das suas empresas. Isso incluiu mecanismos de financiamentos e facilitação do processo administrativo, como incentivos fiscais e empréstimos, para a realização de investimentos diretos no exterior (IPEA, 2011).

Essa política do governo chinês coloca a agricultura como um setor relevante dos investimentos sino-africanos. Segundo dados divulgados pela Iniciativa de Pesquisa SAIS China África, (BRAUTIGAM, 2018), da Universidade Johns Hopkins, em Washington DC, mais de quarenta empresas chinesas adquiriram cerca de 252.901 hectares de terra em vinte e três países africanos entre 1987 a 2016. Observa-se que 41% do total de terras foram adquiridos em Camarões, implicando duas grandes compras com mais de 40.000 hectares, em 2008 e 2010. Em Angola, entre 2011 e 2014 mais de 91.000 hectares de terra foram adquiridos por quatro empresas chinesas: CITIC *Construction*, CAMC, CEIEC e CAMC *Engineering*, conforme demonstra abaixo a Tabela 2.

Tabela 2 - Investimentos agrícolas chineses/aquisição de terras por empresas chinesas em Angola (2011 a 2014)

Ano	Empresa	Nome da Fazenda	Província	Dimensão (hectares)	Culturas produzidas
2011	CITIC Construction	Pedras Negras	Malanje	12.580	Milho; feijão; grãos
2012	CITIC Construction	Sanza Pombo	Uíge	9.433	Arroz; gado
2012	CAMC Engineering	Kamacupa	Bié	4.500	Grãos, peixe
2012	CAMC Engineering	Longa	Cuando-Cubango	1.500	Arroz; gado
2013	CEIEC	Camaiangala	Moxico	16.000	Grãos; gado
2014	CEIEC	Manquete	Cunene	45.000	Arroz; gado
2014	CAMC	Cuimba	Zaire	3.000	Grãos

Fonte: Brautigam, 2018.

Segundo reportagem divulgada pela agência de notícias Angola Press (2016), o projeto Camaiangala, mencionado na tabela 2, visa aumentar o consumo per capita da população em nível da província, através da indústria transformadora de ração animal para assegurar as linhas de produção de ovos, frangos e carne de gado, resultante do cultivo do milho e da soja na referida fazenda. Com relação ao projeto Camaiangala, prevê-se a exploração de uma área de 18.000 hectares.

Em Angola os investimentos chineses no setor agrícola têm crescido desde o fim da guerra civil, dado o potencial que o país apresenta para o agronegócio. Com o sucesso da execução do Plano Humanitário de Desminagem, apoiado pelo governo do EUA, cerca de 17 milhões de metros quadrados e 6 000 quilômetros de estradas foram desminadas desde 2000, abrindo assim amplas áreas do país ao desenvolvimento seguro, especialmente para a prática da atividade agrícola (EMBAIXADA DOS ESTADOS UNIDOS EM ANGOLA, [2009?]).

Em 2009 a China havia aberto uma nova linha de crédito para Angola, no valor de US \$ 1 bilhão, para o desenvolvimento agrícola, através de financiamento do China *Exim bank*. A companhia *Sino Hydro Corp* foi a responsável pela construção de uma hidroelétrica e um canal de irrigação na província de Huíla, para abastecer a área agrícola do município de Chibia (AFP, 2009 apud VISENTINI, 2013).

Para além dos investimentos diretos externos chineses na agricultura africana, outra forma de engajamento das empresas chinesas no setor agrícola africano dá-se por meio da cooperação técnica, através da construção de centros de demonstração de tecnologias agrícolas (*Agricultural Technology Demonstration Centers*, ATDCs, em inglês). Os ATDCs têm sido considerados como um modelo alternativo para a busca da sustentabilidade na ajuda externa chinesa aos países africanos. São locais importantes para negociações sobre conhecimento e política, bem como sobre os significados de ajuda, investimento e desenvolvimento, como parte mais ampla da atuação e envolvimento da China na África (XU et al, 2016).

Segundo Xu et al (2016), os ATDCs foram construídos em cerca de vinte e três países africanos. A operação de construção desses centros é dividida em três etapas. A primeira etapa envolve de um a dois anos de construção de infraestrutura; a segunda, cerca de três anos de cooperação técnica, seguida de uma terceira etapa que visa levar a operação a uma situação financeira sustentável, pela qual os custos são cobertos pelas operações comerciais do centro.

Embora as ATDCs sejam um esquema centrado na tecnologia constituem, inevitavelmente, um processo social e político em implementação no continente africano. Como principais focos dos ATDCs na África, evidenciam-se o treinamento e a demonstração de tecnologias agrícolas, bem como o cultivo de grãos (ver Quadro 3).

Quadro 3 - Foco das atividades dos ATCDS em países africanos.

País	Foco dos ATCDS
Benim	Demonstração e cultivo de grãos e treinamento em tecnologia agrícola
Camarões	Pesquisa, demonstração e treinamento de/em tecnologias agrícolas.
Etiópia	Cultivo de plantas hortícolas e demonstração e treinamento de/em tecnologias para a pecuária
Libéria	Treinamento e transferência de tecnologia para o cultivo de arroz e milho
Moçambique	Treinamento em cultivo e processamento de soja e milho
RDC	Treinamento em cultivo de grãos
Ruanda	Treinamento em cultivo de arroz e amora; treinamento em conservação de solo e água.
South Africa	Pesquisa, demonstração de tecnologia e treinamento em aquicultura.
Sudão	Demonstração e treinamento de/em tecnologias para cultivo e irrigação de grãos
Tanzânia	Demonstração de cultivo de grãos, desenvolvimento de novas variedades de plantas e treinamento.
Togo	Pesquisa e treinamento em tecnologia agrícola
Uganda	Demonstração e treinamento de/em tecnologias para aquicultura
Zâmbia	Pesquisa e treinamento em tecnologia agrícola
Zimbabué	Demonstração e treinamento de/em tecnologias para cultivo de grãos

Fonte: Sun, 2011 apud Schmidt, 2017.

Em Angola está em fase de execução o *Centro Piloto de Tecnologia Agrícola*, o primeiro ATDCs no país, desde dezembro de 2016, na comuna do Mazozo, município do Icolo e Bengo, província de Luanda. A conclusão da obra está prevista para o final de 2019. Com relação ao foco de atuação desse centro de tecnologia agrícola, desconhecem-se até o presente momento quais serão as culturas e as áreas técnicas de formação contempladas (ANGOLA, 2015).

A empresa chinesa responsável pela obra da ATCD em Angola é a *Xingjian Bei Xin* Construção e Engenharia Co., Ltda. O Poder Executivo angolano, através do Ministério da Agricultura, tem a responsabilidade pelo fornecimento de energia elétrica, água e segurança no local da obra. O acordo de execução do projeto foi assinado pelo Dr. Li Yongjun, Conselheiro Econômico e Comercial da Embaixada da República Popular da China; pela parte angolana, assinou a Sra. Olinda Sobrinho, naquele momento a Diretora do Gabinete de Intercâmbio Internacional do Ministério da Agricultura (ANGOLA, 2015).

A China tem enviado anualmente técnicos agrícolas e pessoal para treinamento na África. Esse componente adicional das relações sino-africanas representa o soft power chinês, um instrumento estratégico da intervenção da China nesse continente. Embora de dimensão inferior à econômica, as cooperações no campo cultural e educacional, através de concessão de bolsas para estudantes e capacitação para técnicos oficiais dos governos africanos, têm se ampliado. A China tem buscado criar uma imagem positiva face às críticas de o país estar a exercer um “*novo colonialismo*” nos países africanos (VISENTINI, 2013; MENEZES, 2013).

Em 2015, mais de 160 agrônomos chineses haviam passado pelo menos dois anos em países africanos, buscando “*insights*” sobre os reais desafios vividos no setor agrícola localmente, e proporcionando oportunidades referentes à troca agricultura-tecnologia China-África. Para além da agricultura, a Embaixada da China em Angola anunciou, no mês de abril de 2018, a disponibilidade de cerca de duzentas bolsas de formação técnica nas áreas de finanças, infraestruturas, saúde, logística, minas, comunicação social, turismo, comércio e investimento, que seriam concedidos a jovens angolanos (BUCKLEY et al, 2017; ANGOP, 2018).

Conforme noticiado pela agência nacional de notícias Angop (2018), os cursos terão a duração de 20 a 30 dias, e seriam realizados nas cidades de Beijing, Shanghai, Changsha e Nanjing. A parte chinesa assumiria os encargos de logística durante a estadia dos bolsistas na China. A embaixada chinesa havia afirmado que esta era uma forma para que os quadros angolanos pudessem conhecer melhor as experiências de desenvolvimento da China, além dos costumes e culturas locais. A embaixada chinesa realçou ainda que a formação grátis é uma iniciativa pessoal do Presidente, Xi Jinping.

O *hard power* (comércio, financiamento e investimento) e o *soft power* chinês (transferência de *know-how*, capacitação da mão-de-obra) na África levantam e reforçam a preocupação com o aprendizado e o domínio da língua chinesa no continente africano, principalmente por conta de questões dizendo respeito à empregabilidade, na maioria dos casos. Uma reportagem feita pela agência de notícias alemã Deutsche Welle (2018), em Ruiru, a norte de Nairóbi, capital do Quênia, mostrou que crianças e adolescentes entre sete e treze anos estão aprendendo o mandarim. Em Moçambique, iniciou-se a construção de um centro cultural Moçambique-China, integrado à Universidade Eduardo Mondlane. Já em Cabo Verde, no ano de 2017, o ensino de mandarim passou a estar disponível em algumas escolas para alunos no 9º ano do ensino fundamental. Anteriormente, era acessível aos estudantes do ensino universitário.

Essa realidade traduz a crescente influência e presença da China na África, principalmente no setor agrícola, o que leva à necessidade do domínio da língua (mandarim) para garantia do emprego. De fato, em comunidades como a de Sachitemo, os trabalhadores nacionais não dispõem de muitas alternativas a não ser trabalhar com os chineses, apesar das dificuldades encontradas, como a barreira na comunicação para a realização das tarefas. Essa questão, entre várias outras, será abordada no próximo capítulo, que se refere à experiência do investimento agrícola sino-angolano materializada no empreendimento intitulado Jiangzhou Agriculture, Lda.

4 INTENSIFICAÇÃO DA PRESENÇA CHINESA EM ANGOLA NO PERÍODO CONTEMPORÂNEO: A EXPERIÊNCIA DA JIANGZHOU NO MUNICÍPIO DA TCHICALA CHOLOHANGA E SEUS DESDOBRAMENTOS

Neste capítulo pretende-se analisar a projeção chinesa em Angola através da experiência do investimento agrícola sino-angolano intitulado Jiangzhou Agriculture, Lda, no município da Tchicala Cholohanga. Busca-se identificar as principais características do empreendimento e os impactos resultantes da correspondente intervenção na comunidade da aldeia do Sachitemo, na comuna do Sambo.

Quanto à caracterização do empreendimento, Jiangzhou, este se dedica a realização de atividades ligadas ao setor agropecuário através do cultivo de cereais e leguminosas (milho, trigo, soja, arroz), hortícolas, e a criação de gados bovino e caprino. Pelo que se apurou na reportagem feita pela Rádio Mais em fevereiro de 2017, a empresa havia iniciado as atividades na região no mês de julho de 2016, apesar de somente ter se estabelecido o contrato de investimento com o governo angolano por meio da Unidade Técnica de Investimento Privado (UTIP), em julho de 2017 conforme o decreto presidencial nº 173/17.

Quanto a produção da empresa sino-angolana, essa se destina a abastecer mercados externos como o da China, Portugal e Brasil, conforme apurou-se em campo na primeira pesquisa. Por comercializar em grandes toneladas, a Jiangzhou Agriculture, não comercializa os seus produtos para os pequenos produtores, mas comercializa aos grandes empresários agrícolas angolanos. Segundo informação divulgada pela agência de notícias angolana, Angop (2017), no que toca a responsabilidade social a iniciativa sino-angolana tem em carteira a construção de uma escola de 12 salas de aulas, centro de saúde e a atribuição de 12 bolsas de estudos para a população da aldeia do Sachitemo, onde está a ser executado.

Nesse sentido serão expostas, de uma forma concisa, as principais visões acerca da presença e atuação da Jiangzhou na região de Sachitemo, com base em entrevistas realizadas junto a membros de instituições governamentais, ONG's, trabalhadores nacionais da Jiangzhou, agricultores individuais e moradores da aldeia do Sachitemo. Também constitui base da abordagem realizada material extraído de reportagens feitas por uma rádio local.

Dentre as principais visões apuradas, durante as entrevistas, a respeito da atuação da Jiangzhou, destacam-se aquelas referentes a: expropriação de terras (comunitárias), que resultou em conflito entre a empresa e as famílias de agricultores do Sachitemo; restrição da prática agrícola familiar; falta de diálogo entre as instituições governamentais locais e a comunidade para a resolução do conflito. Para além dessas questões foram anotadas outras,

por parte dos trabalhadores angolanos vinculados ao empreendimento, como: a excessiva e longa jornada de trabalho; péssimas condições laborais (incluindo agressões físicas); baixo salário; dificuldade na comunicação entre os chineses e os angolanos, sendo a língua um entrave na execução correta das tarefas.

Tendo em conta os objetivos econômicos e sociais a que se propôs a Jiangzhou no contrato de investimento¹⁵, como a promoção do bem-estar econômico das populações e a criação de oportunidades em regiões mais desfavorecidas, sobretudo no interior do país (referindo-se as comunidades rurais), serão apresentados no capítulo os dados estimados em termos de renda e emprego para as comunidades rurais do Sachitemo, bem como os principais comentários extraídos das entrevistas. Contudo, assinala-se desde logo que o capítulo apresenta como questão central a expropriação de terras, que resultou no conflito, existente desde julho de 2016, entre a Jiangzhou Agriculture, Lda e as famílias de agricultores da comunidade do Sachitemo.

4.1. EXPROPRIAÇÃO DE TERRAS EM ANGOLA: O CONFLITO DE TERRAS ENTRE A EMPRESA JIANGZHOU E AS FAMÍLIAS DE AGRICULTORES DA ALDEIA DO SACHITEMO

A problemática sobre expropriação e conflito de terras em Angola é um tema dominante em todo o espaço nacional, devido à frequência da ocorrência dos casos. O assunto tem sido objeto de numerosos debates no contexto de uma sociedade pós-guerra civil e preocupada com as questões sobre o desenvolvimento. Em 2016, cerca de 2.516 registros de ocupação de terras estavam disponíveis na base de dados do Instituto Geográfico Cadastral de Angola (IGCA), na província do Huambo. No primeiro trimestre de 2018, no município da Tchicala Cholohanga, foram registrados cerca de 230 conflitos de gestão da terra pela direção local do Ordenamento do Território, Urbanismo e Ambiente (ANGOP, 2016; ANGOP, 2018).

Estes debates, geralmente, envolvem dois enfoques. Um é jurídico – estatal, expresso através da Constituição da República, particularmente por meio da Lei de Terras¹⁶ (Lei nº

¹⁵ Anexo B.

¹⁶ A Lei de Terras de Angola é resultado do Projeto Terras, cujo objetivo passou por reforçar as capacidades de gestão da terra e acesso aos recursos naturais através do apoio aos atores locais principalmente, governamentais e não governamentais, para a melhora do quadro institucional responsável da gestão de terras nas províncias do Huambo e Bié, desenvolvida pela Organização das Nações Unidas pela Agricultura e Alimentação (FAO, em inglês) em parceria com a Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID) no período de janeiro de 2011 a abril de 2014.

9/04 de 9 de novembro). O outro enfoque se relaciona com os conflitos de terras comunitárias em zonas rurais que, geralmente, são resolvidos através do direito costumeiro, por intermédio dos Sobas¹⁷.

Segundo informações disponíveis na base de dados da FAO (2018), a Lei de Terras preserva o direito das comunidades e dos sistemas tradicionais de posse de terras. Conforme o disposto no quinto (5º) artigo da referida lei, o Estado é o proprietário originário da terra, e a utilização privada das terras destinadas à agricultura rege-se pela transferência dos direitos de posse perpétua da terra, cuja justificação deve ser feita para qualquer iniciativa. Nos termos da Lei de Terras, as licenças ou títulos de propriedade de uso e posse da terra são concedidos por:

- Autoridades tradicionais da aldeia (Sobas) para parcelas que não excedam 2 hectares;
- Autoridades municipais/comunais para áreas compreendidas entre 2 e 1000 hectares;
- Governador ou autoridades provinciais, para as áreas compreendidas entre 1.000 e 10.000 hectares;
- Governo central para áreas superiores a 10.000 hectares.

Sobre a implementação do projeto de investimento da Jiangzhou Agriculture, Lda, cujo terreno compreende uma área inicial de 7.000 hectares (segundo informação recolhida junto a representantes da empresa), a demonstração de interesse foi manifestada pela administração municipal da Tchicala, após nota divulgada pelo governo provincial:

O governador da província, na altura Kundi Paihama, havia emitido uma circular aos administradores municipais para emissão do projeto. O administrador da Tchicala Cholohanga, na altura Francisco Kata, havia mostrado interesse para implementação do projeto no município (Diálogo realizado no município do Huambo, em 24/09/2018, com o Advogado que defende a comunidade do Sachitemo).

No caso de sistemas tradicionais (rurais) de gestão das terras, o chefe da linhagem, sobretudo o Soba da aldeia, divide os terrenos pelos membros ativos da comunidade de acordo com suas necessidades de alimentos e de lenha. O Soba pode, também, conceder o direito de exploração de terras a imigrantes, em consulta com o chefe¹⁸ da aldeia. Na prática, cada membro adulto da família tem, pelo menos, duas parcelas: uma para a estação chuvosa e outra para a estação seca. Na comuna da Calenga, por exemplo, os procedimentos de

¹⁷ Líder tradicional ou rural, responsável pela organização e mobilização das comunidades em resposta às intervenções sociais, económicas e políticas. O papel do Soba também é significativo no que diz respeito às questões de posse da terra, reassentamento das populações deslocadas, a coordenação e distribuição de ajuda de emergência e de apoio de fundos mútuos chamados qixiquila ou ondyuluca, em línguas nacionais.

¹⁸ Conhecido por Seculu é, geralmente, o ancião da aldeia.

aquisição de direitos de posse da terra se baseiam nos direitos comunitários tradicionais; a emissão de títulos de propriedade por parte de órgãos governamentais não é praticada (FAO, 2018).

Uma reportagem feita pela agência nacional de notícias, Angop (2015), informou sobre o estudo realizado pela ADRA¹⁹, que demonstrava que os conflitos resultam, fundamentalmente, da falta de títulos de propriedade de terras em uma das partes. Com relação à Jiangzhou foi apurado o seguinte:

Tivemos boas fases de negociação em que estiveram membros da empresa e representantes do governo provincial, na altura o vice-governador para os Serviços Técnicos e Infraestruturas, Kalunga Quissanga. Durante as negociações apuramos que a empresa não tinha nenhum documento, como título de propriedade, para exploração da área. Um dos representantes da empresa começou a dar algum dinheiro às pessoas da comunidade, por trás das negociações (Diálogo realizado no município do Huambo, em 24/09/2018, com o Advogado que defende a comunidade do Sachitemo).

Sobre essa questão de suborno, durante a fase de negociação, integrantes da comunidade do Sachitemo informaram o que segue:

Ouvi dizer que alguns recebiam dinheiro, uns 10.000 AKZ (o equivalente a 30 USD), e as pessoas abandonavam as suas lavras e tinham de procurar onde trabalhar. Nós, isso de nos dar dinheiro, não queremos, queremos que nos façam um hospital e uma escola, mas desde o início [do projeto em 2016] até hoje nada está a parecer (Entrevista realizada na comunidade do Sachitemo, em 22/09/2018, com o Soba Malengue).

Quando derrubaram essa área e viram que só ficaram algumas lavras, disseram para as pessoas que derrubariam as lavras restantes, e dariam dinheiro em troca. Alguns aceitaram outros não aceitaram, como eu que tenho lavra dentro do projeto [...]. Eu tenho a certeza de que não vou permanecer aí, com tempo vou sair, não estou seguro. Querem que todas as lavras que se encontram dentro do projeto desapareçam, mas o povo, como reclama, e alguns aceitaram e outros não aceitam, estamos, por enquanto, lá (Entrevista realizada na comunidade do Sachitemo, em 22/09/2018, com o Regedor²⁰ Teodoro).

Se o Senhor ou a empresa querem fazer escola, que façam, mas em outro sítio. Agora, não é fazerem escola, hospitais e prejudicarem os demais. Isso é complicado! (Reportagem feita pela Rádio MAIS na comunidade do Sachitemo, no dia 23/02/2017, com o Agricultor Vasco Kalusimba).

O administrador [do município] havia dito que meteriam uma escola, um hospital, iriam reabilitar a estrada, mas não estamos a ver nada (Reportagem

¹⁹ Ação para o Desenvolvimento Rural e Ambiente é uma organização não governamental que procura contribuir para o desenvolvimento rural democrático e sustentável, social e ambientalmente justo, e para o processo de reconciliação nacional e a paz em Angola.

²⁰ Para mais detalhes ver, PACHECO. F. "Autoridades tradicionais e estruturas locais de poder em Angola: aspectos essenciais a ter em conta na futura administração autárquica?" Disponível em: <<http://library.fes.de/pdf-files/bueros/angola/hosting/pacheco.pdf>>. Acesso novembro de 2018.

feita pela Rádio MAIS na comunidade do Sachitemo, no dia 21/02/2017, com o Agricultor José Mwangana).

[...] uma vez me encontraram a cortar os paus, vieram com as máquinas deles e abriram uma estrada perto do meu terreno e só deixaram um bocadinho, não me deram nada (Entrevista realizada na comunidade do Sachitemo, em 22/09/2018, com o Agricultor 1).

A expansão das atividades da Jiangzhou tem resultado, desde julho de 2016, no conflito de terras comunitárias. Apontam nessa direção as declarações do Soba e depoimentos extraídos a partir de reportagens feitas por uma rádio local, do município do Huambo, junto aos agricultores do Sachitemo:

Essa mata (terreno), por exemplo, é dividida entre as famílias das comunas do Calima (município do Huambo) e do Sambo (município da Tchicala). São muitas famílias que estão nessa situação (Entrevista realizada na comunidade do Sachitemo em 22/09/2018, com o Soba Malengue).

As nossas terras receberam²¹, não temos mais o que fazer. Receberam do Pungúa, Kangalo, Kasseque e Sachitemo. Estão a arrancar tudo, a partir da Fátima, nos chineses (Reportagem feita pela Rádio MAIS na comunidade do Sachitemo, no dia 21/02/2017, com a Agricultora Elisa Chilombo).

Essa realidade de conflito, marcada por tensão, deu origem a um processo judicial, em andamento, no tribunal provincial do Huambo, conforme parecer do Advogado que ajuíza a ação em nome dos agricultores:

Este fato deu lugar à ação de restituição de posse com processo sumário movido pelas comunidades das aldeias do Sachitemo, Capunda e Pungua, cujo processo em tribunal é o número 187/17 – C (Diálogo realizado no município do Huambo, em 24/09/2018, com o Advogado que defende a comunidade de Sachitemo).

Os comentários do Advogado foram feitos, maioritariamente, apoiando-se em artigos da Constituição da República e da Lei De Terras, como o artigo 15º referente à Terra e o artigo 37º sobre o direito de propriedade, requisição e expropriação, ambos da Constituição do país. Na subsecção a seguir serão apresentadas as condicionalidades derivadas do conflito de terra, como as restrições que se impõem à atividade agrícola e aos direitos costumeiros.

²¹ Neste sentido, o uso da palavra “receber” pelo entrevistado se refere à ideia de desapropriação. A palavra está sendo utilizada dentro de um contexto linguístico cultural.

4.1.1 Terras Comunitárias: Atividade Agrícola e os Direitos Consuetudinários das Comunidades Rurais em Causa

O estudo desenvolvido pela ADRA, conforme noticiado pela Angop (2015), havia apurado que o acesso à terra no meio rural é feito através de compra, empréstimo ou herança, obedecendo na maioria das vezes ao direito costumeiro. Informou-se, ainda, que apesar da lei do direito positivo defender que a terra é propriedade originária do Estado, ainda assim as comunidades rurais têm tido algumas dificuldades em gerir conflitos provocados por apropriação/expropriação de terras. A seguir, apontam-se os comentários do Regedor, bem como de depoimentos retirados a partir das reportagens da Rádio MAIS efetuadas junto aos agricultores do Sachitemo:

O projeto quando veio nesta área já encontrou lavras; esta é uma área em que o Sachitemo, o fundador da aldeia, desde meados de 1800 já estava aqui, porque em 1912 os colonos [portugueses] já o encontraram aqui. O terreno é mesmo do povo, aqui não há reserva do governo. Há reserva, talvez, do governo na área de entrada da aldeia, onde estivemos até o posto de saúde. [...] no início, quando reclamamos, o ex-administrador municipal, Kata, havia dito que a terra é do governo conforme a lei. Mas, nós sabemos que a terra é do governo, sim, mas este tem as suas parcelas. Apesar disso, nós aceitando ou não, o projeto não para; estão sempre a derrubar as lavras [e ampliando a área de produção] (Entrevista realizada na comunidade do Sachitemo, em 22/09/2018, com o Regedor Teodoro).

Esses terrenos antes eram dos nossos mais velhos [avôs]; aí deixaram para os nossos pais e estes deixaram para nós; é muito tempo. Nós vamos nascendo e depois nossos filhos vão cultivar onde? Não tem [lugar] (Reportagem feita pela Rádio MAIS na comunidade do Sachitemo, no dia 21/02/2017, com a Agricultora Rosária Sungo).

Nós temos filhos, daqui a nada vamos ter netos. Agora, como faremos? Nós não podemos somente culpar o governo, porque tem que nos dar emprego, nós também temos que fazer qualquer coisa (Reportagem feita pela Rádio MAIS na comunidade do Sachitemo, no dia 23/02/2017, com o Agricultor Vasco Kalusimba).

Receberam nossas terras, não temos mais o que fazer. O Governador deve só fazer tudo só para nos ajudar, nos deixarem alguma parcela só para trabalharmos. Quando vamos [trabalhar] nas terras dos outros, começam a nos chotar [escorraçar]: [dizem que] aqui não é vossa terra, aqui não é vossa terra. Esses terrenos eram dos nossos bisavôs e nos ajudavam com a agricultura (Reportagem feita pela Rádio MAIS na comunidade do Sachitemo, no dia 21/02/2017, com o Agricultor Fernando Chipaca).

Eles estão a falar que: “nós estamos a seguir à fazenda que era do colono [Português]”, mas o colono aqui em Angola não vinha com terra, aquilo é sempre nosso (Reportagem feita pela Rádio MAIS na comunidade do Sachitemo, no dia 23/02/2017, com o Agricultor Vasco Kalusimba).

Para além da questão dos direitos costumeiros, conforme exposto acima, outra preocupação que deriva desse conflito de terras refere-se à restrição da prática da agricultura familiar, fonte de subsistência e renda das famílias do Sachitemo, sendo esta a principal atividade desenvolvida por essa comunidade. Os agricultores que possuem terrenos (lavras) dentro da área do projeto Jiangzhou Agriculture, Lda, afirmam que se deparam com enormes dificuldades para irrigar suas terras em tempos de seca (não chuvosos), uma vez que ficaram sem acesso ao rio Cunene. O Regedor da comunidade do Sachitemo disse o seguinte a respeito do assunto:

A área do projeto termina no rio Cunene; é uma lavra grande, não sei dizer se tem quantos quilômetros. É vasta, e depois é a principal área de cultivo de mandioca, batata-doce e o milho. Já esse bocado que nos deixaram, quando chove fica cheio de água (Entrevista realizada na comunidade do Sachitemo, em 22/09/2018, com o Regedor Teodoro).

A dificuldade com irrigação enfrentada pelos agricultores do Sachitemo, conforme mencionado pelo auxiliar do Soba e Regedor da comunidade, Teodoro, coloca em causa a subsistência dos próprios agricultores e levanta o debate sobre a questão da fome e pobreza no meio rural. Tal facto associa-se ao relatório de avaliação global sobre o estado de segurança alimentar e nutricional, também conhecido por SOFI 2018, elaborado por cinco agências da Organização das Nações Unidas – ONU, entre elas, a Organização para a Alimentação e Agricultura (FAO, sigla em inglês), que informam sobre os progressos de irradicação da fome, melhoria da nutrição, alcance da segurança alimentar mundial, bem como também fornece uma análise profunda sobre os desafios dos objetivos da “Agenda 2030” para o Desenvolvimento Sustentável. O relatório, SOFI 2018, aponta como principais causas do aumento da fome e desnutrição no mundo, a variação climática, os conflitos [incluindo de terra] e as crises econômicas.

Uma das principais preocupações da FAO envolve o rompimento do ciclo entre conflitos e fome. O diretor geral da FAO, José Graziano da Silva, em um evento durante a Assembleia Geral da ONU, no dia 25 de setembro de 2018, em Nova York havia afirmado: “Não haverá paz [e desenvolvimento] sustentável se as pessoas continuarem a ficar para trás.” Acrescentou ainda que: “Se não criarmos as condições para que as pessoas e comunidades

vulneráveis prosperem e vivam com dignidade, isso provocará conflitos, instabilidade e migração forçada” (FAO et al, 2018, S.p).

Com relação a esse vínculo entre conflito e fome, adicionam-se os seguintes comentários extraídos da reportagem feita pela Rádio Mais:

Nós aqui nas aldeias ou quimbo [interior] sobrevivemos através de terra; conforme eu na minha idade estive nove anos na tropa das FAPLA²², somos três irmãos desmobilizados de guerra; se não chego aqui no terreno dos meus bisavôs a trabalhar, eu não sei o que seria de bem para mim (Reportagem feita pela Rádio MAIS na comunidade do Sachitemo, no dia 21/02/2017, com o Regedor Teodoro).

O Senhor governador Kundi Paihama [naquele momento], tinha falado que aqui todos têm que trabalhar. Quem não tem cão, tem que caçar com o gato. O tal gato que a pessoa tem estão a lhe receber, então assim como é que fica? (Reportagem feita pela Rádio MAIS na comunidade do Sachitemo, no dia 23/02/2017, com o Agricultor Vasco Kalusimba).

Os nossos terrenos receberam, não tenho marido, tenho de trabalhar para as crianças comerem, não tenho quem me ajude; está mal, estamos mesmo a chorar. Vou morrer mesmo, bá, [em admiração] Pai. O governo tem que fazer mesmo algo só para cultivarmos (Reportagem feita pela Rádio MAIS na comunidade do Sachitemo, no dia 21/02/2017, com a Agricultora Susana Vissapa).

Os choques climáticos, uma das causas associadas às crises alimentares, têm se mostrado fortes em regiões de África, Ásia, América Latina e Caribe. Entre os motivos de crises alimentares, e os países africanos identificados no relatório da ONU, sobre o estado de segurança alimentar e nutricional, mencionado acima, incluem-se Angola (períodos de seca/baixa pluviosidade), Guiné-Bissau (início tardio das estações e inundações) e Moçambique (secas, inundações, tempestades ou outros choques climáticos). Apesar de Angola apresentar a menor taxa da população em situação de insegurança alimentar dentre os três países africanos, sendo 23,9% da população angolana que passa fome, o equivalente a 6,9 milhões de angolanos não terem acesso a alimentos que compõem uma cesta básica. A seca, alternada por períodos de chuvas escassas, influenciou diretamente no aumento da fome em Angola em 2017 (FAO et al, 2018; DEUTSCHE WELLE, 2018; DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 2018). Tudo isso torna ainda mais dramático o problema enfrentado pelos agricultores no tocante às disputas de terras no país. Com efeito:

²² Forças Armadas Populares de Libertação de Angola.

A chuva não está a cair, os milheiros secaram. Não sei se vamos morrer com fome, alguns não trabalham (Reportagem feita pela Rádio MAIS na comunidade do Sachitemo, no dia 21/02/2017, com o Agricultor Fernando Chipaca).

Não sei o futuro, mas na idade em que estou, quase 60 anos, o problema será desses ndengues [mais novos]. O problema é que a outra [próxima] geração vai passar mal aqui no Sachitemo (Reportagem feita pela Rádio MAIS na comunidade do Sachitemo, no dia 21/02/2017, com o Regedor Teodoro).

Apesar desse intenso conflito e quase sem esperanças, a comunidade do Sachitemo espera que essa situação, que se prolonga por dois anos, seja resolvida e que as gerações futuras possam continuar praticando a agricultura naquelas terras comunitárias, as quais são resultantes, na sua maioria, de heranças. A próxima subseção será constituída, maioritariamente, por comentários feitos pelos agricultores sobre a questão do papel e ação das administrações locais para a resolução do conflito com a empresa Jiangzhou.

4.1.2 A Intervenção dos Órgãos Governamentais Locais para Resolver o Conflito de Terras no Sachitemo

Com relação ao papel desempenhado pelas administrações locais, nos níveis comunal e municipal, apurou-se o seguinte:

O Administrador [comunal] do Sambo que assistiu a vinda do projeto é outro, agora está na comuna do Mbove. O Kata [no momento administrador do município da Tchicala], no princípio, é quem sensibilizou o povo com muitas mentiras; mas como somos povo “simples”, onde podemos nos queixar se o governo nos faz essas coisas, onde mais iremos? Estamos como um chip bloqueado, estamos parados (Entrevista realizada na comunidade do Sachitemo, em 22/09/2018, com o Regedor Teodoro).

Isso só está assim por falta de falar com a população (Entrevista realizada na comunidade do Sachitemo, em 22/09/2018, com o Agricultor 1).

Já o agricultor Vasco Kalusimba, em entrevista à Rádio MAIS, havia manifestado o seguinte:

No primeiro dia quando chegou [a empresa], o tal dirigente que é a cabeça da administração disse: nós viemos cá trabalhar, mas não vamos receber a terra de ninguém. Se não é terra de ninguém, aquilo lá é de quem? [...] se o dirigente é que está a falar quem quer vender, faça uma lista nominal e a frente do nome dele mete [coloca] lá, vende-se. Isso é [o] falar de um dirigente? Essa parte é complicada (Reportagem feita pela Rádio MAIS na comunidade do Sachitemo, no dia 23/02/2017, com o Agricultor Vasco Kalusimba).

Quando questionado se haviam colocado a preocupação nas instâncias superiores, como as administrações comunais e municipais, os agricultores informaram que:

A administração da Tchicala Cholohanga é a mesma que está a quedar²³ a terra das pessoas. Vão resolver o quê? Não conseguem resolver nada! Aquela passagem [artigo] da lei da terra, que diz que a terra é [propriedade originária] do governo, aquilo é só para beneficiar os dirigentes; agora nós, povo, estamos a sair de lá com camisa sem botão; quem está numa administração faz e desfaz, você povo fica aí sem nada (Reportagem feita pela Rádio MAIS na comunidade do Sachitemo, no dia 23/02/2017, com o Agricultor Vasco Kalusimba).

Estiveram aqui os administradores comunais, municipais, e o governador, mas ainda não há consenso com os nossos governantes (Reportagem feita pela Rádio MAIS na comunidade do Sachitemo, no dia 21/02/2017, com o Regedor Teodoro).

A falta de diálogo entre as partes envolvidas e a dificuldade encontrada pelos agricultores para aquisição do título de propriedade de terras junto às administrações governamentais, são apontadas como sendo as principais causas para o agravamento do conflito de terras entre a Jiangzhou Agriculture, Lda e as famílias de agricultores do Sachitemo:

O administrador [municipal] não se mostrava disponível para o diálogo (Entrevista realizada na comunidade do Sachitemo, em 22/09/2018, com o Regedor Teodoro).

Há certos dirigentes que trabalham muito mal. Porque é complicado; você é o dono da terra, tenta legalizar a terra e quem está à frente numa administração não aceita, porque é assim-assado, cru. Agora não sei se a própria Angola é só para os dirigentes, ou se é para a maioria (Reportagem feita pela Rádio MAIS na comunidade do Sachitemo, no dia 23/02/2017, com o Agricultor Vasco Kalusimba).

Na próxima seção serão apresentadas as principais visões recolhidas, por meio das entrevistas, junto aos órgãos governamentais e organizações não governamentais ligadas às atividades fundiárias, sobre a atuação da Jiangzhou na Tchicala Cholohanga, bem como sobre os possíveis caminhos para a resolução do conflito de terras.

²³ Neste sentido, o entrevistado se refere à ideia de desapropriação.

4.2 CAPTANDO AS VISÕES DAS INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS E NÃO GOVERNAMENTAIS COM RELAÇÃO À PRESENÇA DA JIANGZHOU NA TCHICALA CHOLOHANGA

Foram levantadas algumas manifestações, por meio de entrevistas, sobre a atuação da Jiangzhou Agriculture, Lda no Sachitemo, captadas em órgãos governamentais e em organizações não governamentais. Foram ouvidas as direções dos institutos vinculados ao Ministério da Agricultura: o IDA (Instituto de Desenvolvimento Agrário) e o INCER (Instituto Nacional de Cereais); também foi consultada a ONG nacional ADRA.

As entrevistas realizadas no INCER, no IDA e na ADRA foram bastante semelhantes, motivo pelo qual as respostas são consideradas em conjunto. A apresentação limita-se às questões das entrevistas relacionadas a um conjunto de algumas questões, dizendo respeito ao investimento agrícola sino-angolano. Trata-se da expansão da área de produção da fazenda, que resultou no conflito, bem como das características do empreendimento e dos impactos da presença da Jiangzhou no território local.

Outras questões, como a propósito das características da produção em nível de província, poderão ser exploradas em trabalhos futuros. Primeiramente, questionou-se sobre as atividades que estas instituições desenvolvem, e para quem elas são voltadas:

O IDA desenvolve as atividades centradas na sua missão, através do apoio técnico, material, e assistência técnica às famílias camponesas [e de agricultores] no meio rural (Entrevista realizada no município do Huambo, em 24/09/2018, com o Chefe do Departamento do IDA).

O INCER trabalha com a monitoria e avaliação das culturas produzidas; formação dos produtores empresariais (nacionais e estrangeiros); gerenciamento das infraestruturas de armazenamento e conservação de cereais ao nível do país (Entrevista realizada no município do Huambo, em 24/09/2018, com o Chefe interino do Departamento do INCER).

A ADRA baseia o seu trabalho num plano estratégico que prevê três programas principais, dois voltados para as comunidades (de camponeses e/ou agricultores) e um voltado para a capacidade interna da organização. No âmbito do primeiro programa trabalhamos quatro componentes: a primeira é a componente ligada ao apoio da produção agropecuária, segurança alimentar e nutricional das famílias camponesas; a segunda está ligada a questões do ambiente; uma terceira componente é voltada ao poder local; e a quarta é ao saneamento básico. No âmbito da produção agrícola, apoiamos os camponeses (e agricultores) organizados em associações e cooperativas no acesso aos meios de produção, construção de sistemas de irrigação, ao conhecimento sobre técnicas agrícolas para garantir que a sua atividade seja o mais rentável possível. Apoiamos, também, na vertente agrícola, a componente de crédito, e adotamos uma metodologia de crédito semelhante à de pequenos bancos na aldeia, que chamamos de caixas comunitárias de

crédito. É uma metodologia para que os camponeses e agricultores tenham acesso a recursos financeiros sem que tenham que enfrentar as excessivas burocracias que os bancos impõem. Na linha da segunda componente, o ambiente, temos vindo a desenvolver ações de educação ambiental, ações concretas de plantação de árvores porque há áreas, como florestas, que durante o período da guerra ficaram bastante devastadas. Temos vindo a desenvolver ações no sentido de se fazer a reposição da cobertura vegetal de algumas áreas, principalmente as mais afetadas. Incentivamos, ainda, as famílias a adotarem a prática de culturas mais resistentes à seca, porque nos últimos tempos as chuvas têm sido muito irregulares, de tal modo que se dediquem às culturas mais resistentes, como a mandioca e a batata. No segundo programa, ligado à advocacia social, temos uma componente ligada à participação cívica; outra ligada à influência das políticas públicas. O terceiro programa é voltado para o desenvolvimento organizacional, onde trabalhamos as várias componentes do desenvolvimento do pessoal, gestão administrativa e financeira, do património e da vida associativa. (Entrevista realizada no município do Huambo, em 21/09/2018, com a Diretora da ADRA – Antena Huambo).

Sobre o conhecimento da existência da empresa Jiangzhou Agriculture, Lda, as respostas foram, praticamente, unânimes. A falta de informação e o desconhecimento sobre as atividades que a empresa desenvolve podem ser considerados como elementos em comum.

Já ouvi falar, mas nunca fui para lá (Entrevista realizada no município do Huambo, em 24/09/2018, com o Chefe do Departamento do IDA).

Temos conhecimento da empresa, mas nunca lá fomos, “não temos pernas para andar”, digo isso porque não temos meios para lá chegar, devido à falta de transporte (Entrevista realizada no município do Huambo, em 24/09/2018, com o Chefe interino de Departamento do INCER).

Temos conhecimento da existência da empresa, mas com pouca informação. Não temos informação sobre a essência do trabalho que esta empresa desenvolve. Apercebemo-nos da existência, por causa deste conflito que surgiu. A ADRA faz parte do concerto das organizações da sociedade civil aqui do Huambo; no âmbito dos debates que temos vindo a realizar podemos nos aperceber da situação que essa empresa está a criar. Essa questão foi levantada por uma ONG nacional que, na altura [no momento], tinha intervenção no município da Tchicala, mas que, infelizmente, teve dificuldade de financiamento e parou as ações no município (Entrevista realizada no município do Huambo, em 21/09/2018, com a Diretora da ADRA – Antena Huambo).

Questionou-se, também, sobre a pretensão da empresa em ampliar a área de produção da fazenda, o que tem resultado no conflito entre o empreendimento e os agricultores da aldeia do Sachitemo. Os entrevistados informaram o seguinte:

A questão de posse e uso de terras é de inteira responsabilidade do governo da província; estamos a falar da Direção Provincial da Agricultura. O IDA, nesse aspecto, não tem nenhuma interferência, mas, em termos de informação aos camponeses, temos, dentro das Escolas de Campos de Agricultores, a questão da formação da necessidade e legalização das terras que eles ostentam. É preocupação do governo de Angola clarificar a questão das terras comunitárias, que não devem ser usurpadas por terceiros. A questão das terras é uma questão global. Nós, IDA, enquanto instituição que apoia o desenvolvimento comunitário, temos que fazer chegar [essa preocupação] às instituições e dar o nosso ponto de vista para que as comunidades consigam delimitar as suas terras, isso em parceria com as instituições, como a FAO, que desenvolveram o projeto Terras. O IDA, nessa altura [nesse momento], o seu posicionamento é dar informação aos grupos para que despertem para a importância da legalização de terras, e procurar por parceiros nacionais e internacionais que possam trabalhar de forma prática na delimitação de terras comunitárias (Entrevista realizada no município do Huambo, em 24/09/2018, com o Chefe do Departamento do IDA).

De fato, nós já ouvíamos falar desse tipo de conflito; inclusive havia uma comissão que tinha sido criada pelo Governador (Baptista Kussumua, na altura [no momento]) para que fosse lá tentar mitigar a situação. Havia muitas queixas por parte de alguns camponeses [e agricultores] isolados, que viam as suas terras serem ocupadas por essa empresa. Bem, isso é mau. É mau porque é um grupo de famílias que fica sem produzir, é um grupo de famílias que poderá passar fome, e em benefício de uma empresa que a própria produção em si, se calhar, tem sido escoada para fora. Acredito que esta situação está sendo resolvida por essa comissão. É um processo que não tem de parar aqui, e que envolve outras instituições, como o IGCA (Instituto Geográfico Cadastral de Angola), que trata da legalização dos espaços. Acredito que a resolução será pacífica e benéfica para ambos os lados (Entrevista realizada no município do Huambo, em 24/09/2018, com o Chefe interino de Departamento do INCER).

A ADRA, dentro do seu plano estratégico, tem como desafio trabalhar a componente terra, e prestaríamos a advocacia nessas comunidades. Não travaríamos as atividades da empresa, mas colocaríamos limites, de tal modo que se pudessem preservar os direitos das próprias comunidades. A ADRA não está para colocar barreiras ao desenvolvimento, não está para travar as intenções dos grandes investidores, desde que respeitem também os interesses dos cidadãos (Entrevista realizada no município do Huambo, em 21/09/2018, com a Diretora da ADRA – Antena Huambo).

Apesar do conflito de terras constituir uma problemática recorrente na província do Huambo, os entrevistados estão confiantes na nova administração do país e da província, para a resolução de casos que envolvam as comunidades rurais. Anotam-se os seguintes depoimentos a respeito disso:

[...] o discurso de abertura do Presidente, João Lourenço, informou sobre a necessidade de titularizar as pessoas como donos de terras, em termos de utilização, já que, segundo a constituição de Angola, a terra é propriedade originária do Estado; penso que se vai mitigar essa situação ao longo do tempo (Entrevista realizada no município do Huambo, em 24/09/2018, com o Chefe do Departamento do IDA).

Muitas das vezes atropelam os interesses das comunidades em benefício de estrangeiros, por causa de algum proveito que retiram disso. Esta foi uma situação que vivemos ao longo desses anos todos, mas acreditamos que com a atual governação as coisas tendem a mudar, e esperamos que muitas coisas mudem em Angola; creio que se vai prestar mais atenção e valorizar o cidadão angolano (Entrevista realizada no município do Huambo, em 21/09/2018, com a Diretora da ADRA – Antena Huambo).

Quando questionada sobre como avaliava o investimento chinês no setor agrícola angolano, a Diretora da ADRA manifestou-se da seguinte maneira:

Farei o meu comentário tendo em conta duas vertentes. Angola está num processo de desenvolvimento e, para o efeito, tem recorrido a parcerias com países como a China. Não fazemos somente uma avaliação negativa; essa parceria traz alguns benefícios para Angola, mas, por outro lado, se calharem as estratégias que Angola tem vindo a adotar no processo de negociação com a China, cremos que poderá também trazer alguns problemas para Angola. Têm-se feito grandes investimentos, em quase todos os setores, e interessa falar do setor agrícola, mas a metodologia que tem sido adotada é que não tem sido a mais adequada. Não atribuo muito, se calhar, as falhas à China, mas sim a nós, os angolanos. Porque nós, angolanos, somos os donos da terra, e nós é que devemos ditar as regras ao negociarmos essas parcerias. Temos vindo a constatar que, ao longo desses anos, o governo angolano não optou muito pela via do diálogo com as comunidades; a tendência foi, sempre, enquanto governo impor-se e não ouvir a opinião da sociedade civil e das comunidades [rurais] fundamentalmente.

[..] estes, chineses, encontram maior facilidade nas zonas rurais devido à falta de conhecimento, ao acesso à informação que não têm essas comunidades para poderem defender os seus direitos e salvaguardar os seus interesses, principalmente. Precisamos neste contexto atual [de revitalização da democracia] em que o país está a viver, que se dê a volta nessa situação, que haja maior diálogo. É importante que os investimentos agrícolas aconteçam, mas é igualmente importante que este passe pela via de um diálogo com as próprias comunidades locais, para que se tenha em conta as opiniões das comunidades rurais. A ADRA tem uma experiência, ao nível do município da Caála, em que o governo da província havia contratado uma empresa brasileira para exploração de uma área vasta, que implicaria expropriação de terras de muitas famílias daquela região. Por ter sido numa região em que a ADRA tinha intervenção, nos apercebemos da situação e apoiamos aquelas comunidades, de tal forma a não perderem as suas terras. Constituímos um advogado a favor das comunidades, e esse projeto fracassou, e até hoje somos conotados pelo governo do Huambo por causa deste apoio que nós prestamos às comunidades no sentido de preservar as suas terras (Entrevista realizada no município do Huambo, em 21/09/2018, com a Diretora da ADRA – Antena Huambo).

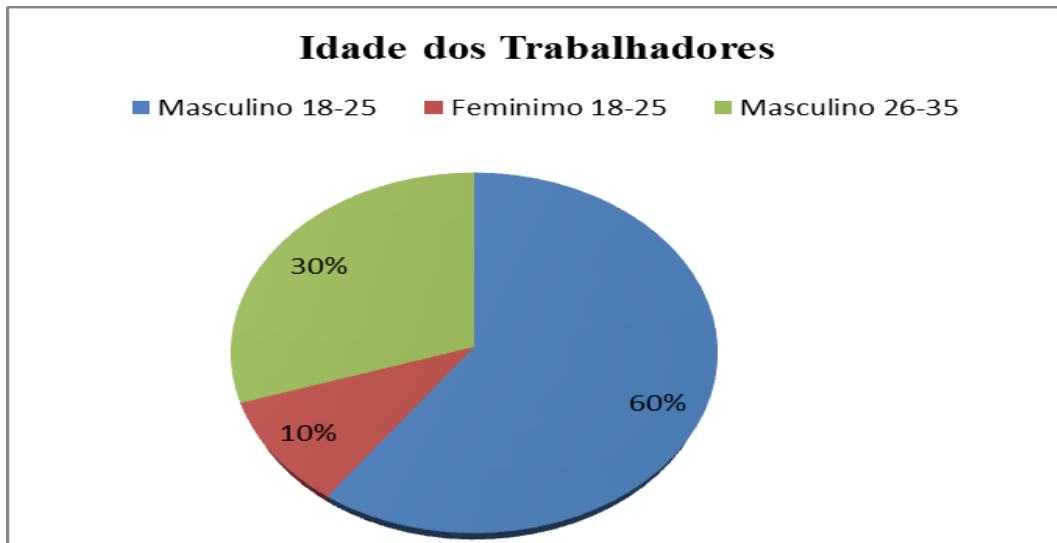
Com relação aos objetivos sociais que os investidores privados devem cumprir, principalmente nas zonas rurais, e levando em consideração os objetivos econômicos e sociais descritos no contrato de investimento a que se propôs a Jiangzhou Agriculture, Lda, quanto à construção de infraestruturas sociais, far-se-á uma análise socioeconômica, na próxima seção, em relação à comunidade do Sachitemo, estimando alguns dados em termos de emprego e renda com base nas entrevistas aplicadas.

4.3 ESBOÇO DE ANÁLISE SOCIOECONÔMICA: AVALIAÇÃO DOS DADOS OBTIDOS NA PESQUISA DE CAMPO ATRAVÉS DO PERFIL DE EMPREGO E RENDA

As empresas privadas, principalmente as multinacionais, apresentam responsabilidades sociais nas regiões onde desenvolvem as suas atividades. Essas responsabilidades, geralmente, diferem consoante o país a que se referem. Analisando os fatores que motivam a prática das empresas, mais facilmente se podem formular políticas que aperfeiçoem o impacto destas no desenvolvimento.

Com relação ao conjunto de trabalhadores angolanos entrevistados da empresa Jiangzhou, apurou-se que cerca de 90% destes trabalhadores são do sexo masculino e apenas 10% correspondem ao sexo feminino, ficando evidenciada a preferência da empresa pela mão de obra masculina. A mão de obra masculina para além das atividades do campo é também utilizada para auxiliar nas atividades de construção, como as instalações para armazenamento dos produtos. A idade média da mão-de-obra empregada pela empresa é constituída por jovens com as idades compreendidas num intervalo entre 18 e 25 anos, conforme se pode ver Figura 4 abaixo.

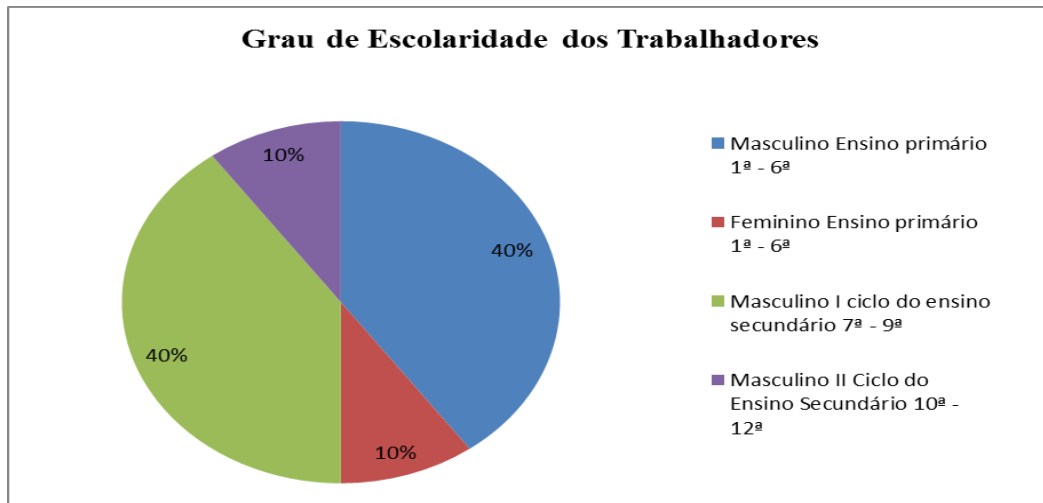
Figura 4 -Idade dos Trabalhadores da Jiangzhou Agriculture, Lda



Fonte: Dados coletados durante a pesquisa de campo, realizada em setembro de 2018, com a aplicação de questionários.

Quanto ao nível de escolaridade, cerca de 80% dos trabalhadores do sexo masculino apresentam o ensino primário e secundário (Fundamental I e II) como nível de ensino, enquanto que 10% tem o ensino médio concluído. Cerca de 10% das trabalhadoras da empresa Jiangzhou apresentam o ensino primário (fundamental I) como nível de ensino, conforme mostra o gráfico da Figura 5 abaixo.

Figura 5 - Grau de Escolaridade dos Trabalhadores da Jiangzhou Agriculture, Lda



Fonte: Dados coletados durante a pesquisa de campo, realizada em setembro de 2018, com a aplicação de questionários.

4.3.1. Depoimentos dos Trabalhadores da Jiangzhou com Relação a Emprego a Renda

No que se refere a fatores como condições de trabalho, jornada laboral, qualificação da mão de obra e salários, efetua-se uma breve exposição sobre as preocupações dos trabalhadores nacionais da Jiangzhou, baseada nos depoimentos levantados junto aos trabalhadores angolanos do investimento sino-angolano. A intenção foi apurar como tem sido a atuação da empresa, bem como assinalar as preocupações apresentadas por esses trabalhadores angolanos.

Quanto ao perfil do emprego, importa mencionar que os trabalhadores angolanos não apresentam vínculo empregatício com a empresa Jiangzhou. Trabalham, com efeito, em regime conhecido como de bóias-frias²⁴. As entrevistas realizadas junto aos trabalhadores angolanos obedeceram a dois tipos de questionários, um fechado e o outro aberto.

²⁴ Expressão de origem brasileira, predominante no sul do país, utilizado para designar um indivíduo que executa um trabalho na zona rural sem a obtenção de vínculos empregatícios. Esses trabalhadores, geralmente, são analfabetos ou de ensino inferior que se sujeitam ao trabalho no campo em diversas culturas, quase sempre em períodos de colheitas, geralmente em baixas condições de trabalho e salarial. Bóia-fria porque saem para o trabalho de madrugada e já levam sua comida, como não existem meios para esquentá-las, ingerem a comida fria.

Com relação às questões abertas, perguntou-se sobre como tem sido a experiência de trabalho com os técnicos e supervisores chineses. Os comentários centraram-se, primeiramente, nas preocupações relacionadas às condições e ao horário de trabalho:

Tem sido normal, mas eles nos tratam tipo “somos escravos deles”. A pessoa não pode mais descansar, te mandam logo trabalhar; pelo menos uns 5 minutos eles nem permitem (Entrevista realizada na fazenda da empresa Jiangzhou na comuna do Sambo, em 22/09/2018, com o Trabalhador 4).

Quero que trabalhemos bem com eles [chineses]; então, não nos façam mal porque nós chegamos aqui para trabalhar e não roubar [...] se falhas um trabalho, para te ensinarem levam primeiro uma chapada [tapa]. Se não queres levar uma chapada, tens de ter força para medir com ele (Entrevista realizada na fazenda da empresa Jiangzhou na comuna do Sambo, em 22/09/2018, com o Trabalhador 1).

[...] o próprio trabalho é para entrar às 6h e sair às 18h, pelo menos até 16h (Entrevista realizada na fazenda da Jiangzhou na comuna do Sambo, em 22/09/2018, com o Trabalhador 6).

O trabalho estamos a levar, o que tem sido difícil é o horário; entramos às 6h e terminamos às 11:30 para repouso do almoço, voltamos às 13h para sair às 18h; pelo menos regressarmos [ao trabalho] às 14h e sairmos às 17:30, seria normal (Entrevista realizada na fazenda da Jiangzhou na comuna do Sambo, em 22/09/2018, com o Trabalhador 8).

Já as mulheres, diferentemente dos homens, trabalham por um período mínimo de 10 horas, conforme depoimento da Trabalhadora 10:

Sou nova a trabalhar aqui, mas nós, mulheres, trabalhamos das 6h às 16h30min (Entrevista realizada na fazenda da Jiangzhou na comuna do Sambo, em 22/09/2018, com a Trabalhadora 10).

Relacionada à dificuldade para a realização das atividades está a questão da língua, que constitui um empecilho tanto para os trabalhadores angolanos quanto para os chineses, segundo o Trabalhador 9:

A experiência de primeira é complicada. O idioma é diferente, depois aqui [falamos] é Umbundu e a língua oficial é o português; a dificuldade é de ambas as partes (Entrevista realizada na fazenda da empresa Jiangzhou na comuna do Sambo, em 22/09/2018, com o Trabalhador 9).

Para além das atividades realizadas no campo como agricultores, os trabalhadores da Jiangzhou desempenham também uma segunda atividade, como auxiliares de obras (pedreiro). A maioria não possui experiência nessa atividade, e consideram ser um trabalho bastante cansativo.

Acrescentam-se, ainda, as reclamações com o salário, devido às despesas com a alimentação, que constitui a principal despesa dos trabalhadores, conforme os comentários que se seguem:

Queremos que diminuam o horário do almoço e aumentem o salário, de 700 AKZ por dia [o equivalente a 2, 32 USD] para 1300 AKZ por dia [equivalente a 4, 30 USD], porque o trabalho é muito pesado; chegamos em casa e dormimos mal, com o corpo bem cansado (Entrevista realizada na fazenda da empresa Jiangzhou na comuna do Sambo, em 22/09/2018, com o Trabalhador 1).

Aqui o trabalho, às vezes, nós bazamos [vamos] no campo, às vezes ficamos aqui na obra a fazer blocos, descarregar os materiais dos caminhões, e o salário é pouco. Entramos às 6h e saímos às 18h (Entrevista realizada na fazenda da empresa Jiangzhou na comuna do Sambo, em 22/09/2018, com o Trabalhador 7).

Trabalhar aqui tem sido mais ou menos, porque, conforme trabalhamos, a comida trouxemos de nossas casas. Se descontarmos a comida estamos a ganhar 400 AKZ/dia [o equivalente a 1,30 USD], e uma das nossas principais dificuldades é a comida (Entrevista realizada na fazenda da empresa Jiangzhou na comuna do Sambo, em 22/09/2018, com o Trabalhador 5).

O valor do salário depende de si; se trabalhas todos os dias da semana podes receber 21.000 AKZ [equivalente a 69 USD] no final do mês; se trabalhas uma vez ou outra na semana consegues tirar 13 a 14.000 AKZ no mês [cerca de 45 a 46 USD]. Se mudassem o salário, continuaria, mas se for o mesmo acho que não vou conseguir, porque o trabalho é muito pesado (Entrevista realizada na fazenda da empresa Jiangzhou na comuna do Sambo, em 22/09/2018, com o Trabalhador 8).

Os trabalhadores angolanos, na sua maioria, por falta de opções, preferem continuar na empresa Jiangzhou, conforme se pode observar nas exposições abaixo:

No Huambo, município sede, o trabalho também está difícil; só encontramos trabalho de segurança [vigilante] e não queremos por causa dos perigos (Entrevista realizada na fazenda da empresa Jiangzhou na comuna do Sambo, em 22/09/2018, com o Trabalhador 5).

O trabalho é muito forçado e o dinheiro é pouco; estamos a depender deles; aqui é só fazer por fazer, não é intenção de a pessoa ficar tanto tempo a trabalhar aqui; também, se tivesse outra opção, mudaria; mas é só já se remediar (Entrevista realizada na fazenda da empresa Jiangzhou na comuna do Sambo, em 22/09/2018, com o Trabalhador 3).

Não tenho gostado de trabalhar aqui, mas pretendo continuar; se houvesse outro lugar sairia (Entrevista realizada na fazenda da empresa Jiangzhou na comuna do Sambo, em 22/09/2018, com o Trabalhador 2).

Pretendo continuar a trabalhar aqui porque não tenho mais aonde ir (Entrevista realizada na fazenda da empresa Jiangzhou na comuna do Sambo, em 22/09/2018, com o Trabalhador 1).

Sim pretendo, a pessoa tem que trabalhar; se tivesse outra opção, deixaria. O salário também é muito baixo; uns 1300 AKZ [cerca de 4, 30 USD] por dia já seria normal (Entrevista realizada na fazenda da empresa Jiangzhou na comuna do Sambo, em 22/09/2018, com o Trabalhador 4).

Pretendo ficar, mas se aparecer outro trabalho vou sair (Entrevista realizada na fazenda da empresa Jiangzhou na comuna do Sambo, em 22/09/2018, com o Trabalhador 7).

Vou continuar; é o único trabalho que temos aqui (Entrevista realizada na fazenda da empresa Jiangzhou na comuna do Sambo, em 22/09/2018, com a Trabalhadora 10).

A empresa contrata, exclusivamente, mão de obra jovem, pelo que se apurou em campo. Quando se questionou o Soba sobre a possibilidade de trabalhar como agricultor na empresa Jiangzhou, o ancião e líder da comunidade de Sachitemo salientou o seguinte:

Nós trabalhamos com os colonos [portugueses], nos escravizaram, mas o trabalho do colono era melhor, porque entrávamos às 7h e logo às 12h parávamos para o almoço e às 17h voltávamos para as nossas casas. Mas, esses nossos brancos [chineses] que vieram para aqui, é uma coisa que a gente não compreende; é para esses pequenos [jovens] que não sabem como nós vivíamos aqui no tempo colonial. Quem viveu no tempo do colono [português] não trabalha para ganhar 700 AKZ/dia e sem comida (Entrevista realizada na comunidade do Sachitemo, em 22/09/2018, com o Soba Malengue).

Segundo dados do relatório sobre emprego publicado pelo Instituto Nacional de Estatística – INE, (ANGOLA, 2017b), o setor agrícola angolano foi o que mais gerou empregos no ano de 2015, entre todos os setores de atividade econômica. A agricultura proporcionou cerca de 34% dos novos postos de empregos, seguida dos setores de comércio, com 20%, e de atividades ligadas às famílias empregadoras de pessoal doméstico, com 12%. Apesar do setor agrícola ser o que mais gera empregos no país, e dada a importância que desempenha no combate à pobreza, na segurança alimentar e na diversificação econômica de Angola, ainda assim é um dos setores que arrecadaram menores valores do orçamento geral de Estado (OGE) de 2018, tendo sido AKZ \$ 39 bilhões (cerca de USD \$ 126 milhões) o valor alocado para o setor agropecuário (ANGOLA, 2017b; PAULO, 2018; ANGOLA, 2018b).

O Decreto Presidencial nº 91/17, de 7 de junho de 2017, publicado no Diário da República nº 90, havia atualizado o salário mínimo nacional e os salários mínimos dos agregados econômicos, tendo estabelecido o valor de AKZ \$ 16.503,30 (equivalente a USD \$ 53,56) como o salário mínimo nacional. Para os grandes agregados econômicos foram estabelecidos os seguintes valores: comércio e indústria extrativa AKZ \$ 24.754,95 (equivalente a USD \$ 80,35); setor dos transportes, serviços e da indústria transformadora AKZ \$ 20.629, 13 (cerca de USD \$ 66,94), e para o setor da agricultura foi estabelecido como salário mínimo o valor de AKZ \$ 16.503,30, o mesmo valor fixado para o salário mínimo nacional.

O setor agrícola apresenta a mais baixa remuneração dentre os agregados econômicos, o que explica, em grande medida, a baixa renda dos trabalhadores nacionais da Jiangzhou, apesar destes desempenharem duas tarefas, como se falou. Na subseção seguinte serão feitas algumas considerações sobre a responsabilidade social da empresa Jiangzhou para com os municípios da Tchicala e os moradores do Sachitemo, tendo em conta o que foi estipulado no contrato de investimento aprovado por despacho presidencial em julho de 2017.

4.3.2. A questão da responsabilidade social da Jiangzhou na comunidade do Sachitemo

Conforme mencionado no capítulo 1, a Jiangzhou Agriculture, Lda, é um investimento privado sino-angolano, da empresa chinesa Jiangsu Jiangzhou Co., Lda e da empresa angolana Dajiang Construction Co. Lda, aprovado sob regime contratual segundo o despacho presidencial n.º 173/17, de 10 de julho de 2017.

O contrato de investimento sino-angolano Jiangzhou especifica, na sua 4ª cláusula, os seguintes objetivos econômicos e sociais, de forma ordenada: incentivar o crescimento da economia; promover o bem-estar econômico das populações; promover as regiões mais desfavorecidas, sobretudo no interior do país; aumentar a capacidade produtiva nacional, com base na incorporação de matérias primas local, e elevar o valor acrescentado dos bens produzidos no país; induzir a criação de novos postos de trabalho para trabalhadores nacionais e elevar a qualificação da mão de obra angolana; obter transferência de tecnologia e aumentar a eficiência produtiva; propiciar o abastecimento eficaz do mercado interno; promover a eficiência empresarial e a qualidade dos produtos; reabilitar, expandir ou modernizar as infraestruturas destinadas à atividade econômica; promover o desenvolvimento tecnológico e a eficiência empresarial.

Com base nos objetivos que se encontram em negrito, far-se-á uma nota sobre o significado socioeconômico da Jiangzhou no Sachitemo, tendo em conta as exposições dos entrevistados e pelo que foi constatado durante a pesquisa de campo. Primeiramente, aborda-se a responsabilidade social²⁵ da Jiangzhou, vinculando aos objetivos de **promoção do bem-estar econômico das populações** e de **promoção das regiões menos favorecidas, sobretudo no interior de Angola**, como no tocante às famílias da aldeia do Sachitemo.

Sobre a questão da responsabilidade social, a diretora da ADRA manifestou o seguinte:

Temos vindo a constatar que as empresas estrangeiras que decidem investir em Angola, a par dos investimentos que fazem, têm sempre responsabilidades sociais para as comunidades da área em que estes pretendem intervir. Muitas das vezes não cumprem, no início, se comprometem, mas na prática não fazem nada. Esses investimentos abrem oportunidades de criação de mais empregos, no âmbito dessa responsabilidade social, podem criar condições de infraestruturas sociais, como construção de escolas, postos de saúde, em que se comprometem no período de negociação (Entrevista realizada no município do Huambo, em 21/09/2018, com a Diretora da ADRA – Antena Huambo).

Na aldeia do Sachitemo constatou-se, em campo, que existe uma pequena escola²⁶ onde se lecionam os níveis primário e secundário (Fundamental I e II), por professores que residem no município sede da província, Huambo. Infelizmente não se conseguiu contato com os professores da localidade, mas teve-se a oportunidade de dialogar com o único enfermeiro do pequeno posto²⁷ de saúde de Sachitemo, que também reside no município do Huambo. Esse interlocutor informou que:

Não deram nada ao povo, até houve grande confusão; passaram um ano a discutir; é quando surge a promessa de darem o centro de saúde e a escola; só assim a confusão parou (Diálogo realizado no Sachitemo, em 22/09/2018, com o Enfermeiro do posto de saúde).

A promessa de construção, no momento das negociações, de uma escola e de um centro de saúde pela empresa Jiangzhou, poderia ser considerada um ato integrante das

²⁵ A responsabilidade social das empresas é o conceito no qual as empresas incorporam nos seus negócios e na sua interação com as várias entidades, governo, clientes, empregados, investidores, etc, questões ambientais e sociais de modo voluntário, isto é, prolongam o seu papel para além dos objetivos puramente económicos (SANTOS E QUINTÃO, 2011).

²⁶ Ver Apêndice A.

²⁷ Apêndice B.

responsabilidades sociais da empresa para com a comunidade da região, bem como relacionado com o cumprimento dos objetivos a que se propunha o projeto de investimento dentro do prazo de vigência. Mas a construção dessas infraestruturas sociais, do centro de saúde e da escola, não se verifica na prática, conforme se pode constatar na pesquisa de campo. Isso deve-se, em parte, à falta de licença de obras por parte da empresa, segundo informado pelo enfermeiro:

São eles [da empresa] que mandaram capinar aqui, porque vamos já marcar isso. Depois vinham falar, no mês de abril de 2018, que o governador [no momento, Baptista Kussumua] ainda não deu o aval (Diálogo realizado no Sachitemo, em 22/09/2018, com o Enfermeiro do posto de saúde).

A Figura 6, abaixo, ilustra a área prevista para a construção das infraestruturas fundamentais para os moradores do Sachitemo. Apesar de não se dispor das informações exatas sobre a dimensão da área, pode-se constatar pela imagem que esta é bastante ampla. Segundo o regedor da comunidade, a edificação dessas infraestruturas abrandaria, em grande medida, o atual conflito de terras na região e beneficiaria a todos os moradores da aldeia.

Não me interessa receber dinheiro nesse terreno para consumir sozinho; então, se construírem uma escola ou um centro de saúde, isso já será uma lembrança para outra geração. Se a gente receber dinheiro, a estória vai morrer por aqui (Entrevista realizada na comunidade do Sachitemo, em 22/09/2018, com o Regedor Teodoro).

Figura 6 - Ilustração da área prevista para construção da escola e do hospital no Sachitemo



Fonte: Foto da autora tirada em 22 de setembro de 2018, durante a pesquisa de campo na comunidade do Sachitemo.

Com relação ao objetivo de abastecimento do mercado interno, questionou-se sobre a possibilidade de aumento do comércio de grãos no mercado local, com a chegada da empresa na região em 2016. A resposta foi negativa, sendo que 15% dos agricultores entrevistados alegaram que os produtos da empresa Jiangzhou são remetidos para Luanda. Essa probabilidade de escoamento dos produtos para a capital do país, e quiçá para o exterior, foi também levantada pelo chefe interino do INCER, que assinalou tratar-se de processo.

[...] em benefício de uma grande empresa, que a própria produção, em si, se calhar, tem sido escoada para fora (Entrevista realizada no município do Huambo, em 24/09/2018, com o Chefe interino do Departamento do INCER).

Sobre a comercialização de produtos na localidade de Sachitemo, o enfermeiro de Sachitemo, revelou o seguinte:

Ano antepassado [2016] via que as senhoras, que perderam suas terras, andavam a colocar algumas coisas na pracinha para vender, mas desde que receberam essas terras não estão a conseguir vender nada e só agora é que estão a vender mechas de frutas que estão a apanhar na mata. Isso para mim demonstra que, por causa de terem recebido as lavras deles, há uma falha ou um prejuízo para o povo (Diálogo realizado no Sachitemo, em 22/09/2018, com o Enfermeiro do posto de saúde).

Esse prejuízo, conforme salientado pelo enfermeiro, deriva principalmente da perda dos terrenos dos agricultores, bem como da dificuldade encontrada para irrigação das áreas cultivadas, principalmente em tempos de seca. Uma vez que os produtos da empresa Jiangzhou Agriculture Lda não abastecem o mercado local, os agricultores afirmaram durante as entrevistas que a presença da empresa não tem trazido retorno monetário para as famílias da comunidade do Sachitemo.

A Tabela 3 abaixo apresenta uma estimativa do rendimento mensal dos agricultores da aldeia do Sachitemo obtida por meio dos dados do questionário, derivada, na sua maioria, das vendas dos produtos agrícolas que estes produzem. Apurou-se que cerca de cinco pessoas na aldeia do Sachitemo auferem, mensalmente, uma renda de AKZ \$ 7000 (equivalente a USD \$ 22).

Tabela 3 - Distribuição dos agricultores do Sachitemo conforme as faixas de rendimento declaradas nas entrevistas (setembro de 2018)

Receita aproximada declarada (em AKZ/mês)	Nº de agricultores entrevistados	Total de rendimento derivado das receitas mensais dos agricultores no conjunto de entrevistados		Total do rendimento mensal (em US\$) ²⁸
		Valor mensal (em AKZ)	% em relação ao total levantado	
4.000,00	1	4.000,00	4,8	12,99
5.000,00	4	20.000,00	23,8	64,94
6.000,00	1	6.000,00	7,1	19,48
7.000,00	5	35.000,00	41,7	113,65
9.000,00	1	9.000,00	10,7	29,22
10.000,00	1	10.000,00	11,9	32,47
Total	13	84.000,00	100	272,76

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados levantados na pesquisa de campo

²⁸ Taxa de câmbio: US\$ 1,00 = 307,96 AKZ, taxa divulgada pelo Banco Nacional de Angola em 06 de novembro de 2018. .

O rendimento dos agricultores que embolsam mensalmente 7.000 AKZ representa mais de 40% da totalidade dos rendimentos do painel de agricultores entrevistados da aldeia do Sachitemo, sendo que os agricultores que auferem até aquela faixa somam pouco menos de 90% do total do rendimento. Em termos de renda, os agricultores da aldeia do Sachitemo, que não são trabalhadores da empresa Jiangzhou, conforme se verifica na tabela 3, se encontram em uma situação de renda extremamente baixa em relação aos trabalhadores (e também agricultores) da empresa Jiangzhou, cuja remuneração base mensal, equivale a 21.000 AKZ (cerca de 68 USD).

Neste capítulo buscou-se, a partir das entrevistas realizadas, assinalar as possíveis mudanças e os impactos relacionados à experiência do investimento sino-angolano Jiangzhou Agriculture, Lda, nesses dois anos de atuação do referido empreendimento no município da Tchicala Cholohanga, como forma de dar respostas às questões iniciais da problematização desta monografia. Com base no que foi exposto, evidencia-se que a presença chinesa não tem gerado, realmente, benefícios para os agricultores e moradores da aldeia de Sachitemo, no que toca, por exemplo, ao aumento da renda das famílias ou a criação de infraestruturas sociais como escolas e hospitais.

Com relação aos trabalhadores nacionais da Jiangzhou, apurou-se que não apresentam um vínculo empregatício com a empresa e geralmente são contratados por épocas, sazonalmente. Na pesquisa de campo inicial, realizada na primeira viagem da autora a Angola, em janeiro de 2018, tinha-se registrado um número considerável de trabalhadores provenientes de municípios e províncias vizinhas, como a do Bié. O regedor da comunidade, em reportagem a Rádio MAIS, havia informado:

Os que estão a trabalhar aí [na fazenda] são da aldeia de Sassoma [município do Londuimbale]; Sacauno; Calenga [comuna do município da Caála]; e Camacupa [município da província do Bié] (Reportagem feita pela Rádio MAIS na comunidade do Sachitemo, no dia 21/02/2017, com o Regedor Teodoro).

Esse fato alterou-se bastante, no segundo momento da pesquisa de campo – na segunda viagem da autora a Angola, no mês de setembro de 2018 –, pois a maioria dos trabalhadores entrevistados informou ser residente da comuna do Sambo, município da Tchicala Cholohanga. De forma resumida, ao longo desse capítulo destacaram-se as seguintes preocupações, por parte dos trabalhadores nacionais da Jiangzhou: excessiva jornada de trabalho; baixos salários; agressão física; dificuldade no acesso à alimentação e dificuldade na comunicação entre os trabalhadores e os técnicos chineses.

Da parte dos agricultores e moradores de Sachitemo, especificamente, as preocupações resumem-se em: conflito de terras; retração da atividade agrícola; e falta de diálogo entre a comunidade, a empresa e as administrações governamentais locais para a resolução do referido conflito. Apesar da existência, há um ano, de um processo no tribunal provincial, pelo que se constatou a resolução desse conflito de terras entre a empresa Jiangzhou Agriculture, Lda e os agricultores de Sachitemo poderá demorar algum tempo, até que ocorram as primeiras audiências e, principalmente, se tome conhecimento do desfecho desse episódio.

Apesar do desconhecimento sobre o destino da produção da Jiangzhou, dada a escassez de grãos que se verificou no mercado local, e pelas queixas dos munícipes a respeito da questão da alimentação, reconhece-se, ainda assim, o potencial de produção da empresa na contribuição do valor agregado da economia nacional, mesmo que as famílias de Sachitemo não sejam diretamente beneficiadas. Sobre isso, acrescenta-se o comentário feito pela diretora da ONG nacional ADRA, no Huambo:

Muitas das vezes os direitos dos cidadãos são violados por falta de conhecimento destes. Em alguns casos, atropelam-se as normas de convivência, e a nossa própria legislação não respeitamos. Se, por um lado, a China traz um valor acrescido ao nosso país, pelo investimento que está a fazer, por outro lado cria problemas, principalmente para as zonas rurais (Entrevista realizada no município do Huambo, em 21/09/2018, com a Diretora da ADRA – Antena Huambo).

O regedor da comunidade de Sachitemo, na reportagem feita pela Rádio MAIS, havia manifestado o posicionamento da comunidade alegando o seguinte:

O que nós queríamos desde a nossa discussão com os nossos dirigentes era que tirassem este projeto para outro sítio. É verdade que não conheço Angola completa, mas é [também] verdade que os terrenos, ainda temos em Angola. Não quero dizer que Sachitemo não quer o projeto, mas as lavras ficarem dentro do projeto, fica muito mal (Reportagem feita pela Rádio MAIS na comunidade do Sachitemo, no dia 21/02/2017, com o Regedor Teodoro).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os tópicos relacionados às áreas de Economia Internacional e Economia e Desenvolvimento Regional, campos em que se situa o presente estudo, constituem uma preocupação atual para os países das regiões em vias de desenvolvimento, sobretudo os africanos, como Angola. Alcançada a estabilidade política neste país africano, passa a constituir prioridade para o governo a reconstrução do país, outrora devastado pela guerra civil. O mesmo pode ser dito sobre questões como crescimento e desenvolvimento econômico.

Nos primeiros anos deste século a relação sino-angolana ganha nova dimensão, resultante da concessão do crédito chinês para o amparo do programa de reconstrução nacional do governo angolano com vistas à execução de inúmeros projetos, na sua maioria de infraestruturas, que visam o desenvolvimento econômico e social da população. Desde então, Angola tem recebido múltiplos financiamentos da China, que vêm acompanhados, fundamentalmente, de avultados investimentos privados nos mais diversos setores econômicos, e que de certa forma aprofundaram as relações comerciais entre os dois países, por intermédio da criação das Zonas Econômicas Especiais.

Em fevereiro de 2006, Angola havia sido o maior fornecedor mundial de petróleo para a China, ultrapassando a Arábia Saudita, comercializando cerca de 2,12 milhões de toneladas desse recurso energético. Essa ocorrência proporcionou o, por assim dizer, *boom* econômico que Angola registrou no ano de 2008. Os investimentos chineses foram determinados, em grande medida, pela promoção da política *Going Global* daquele país, que prioriza os investimentos no setor agrícola com o objetivo de atender a elevada demanda por alimentos da população chinesa, dada a sua carência em recursos naturais como terra e água.

Com base nessa escassez de recursos naturais, a China se volta para mercados como os dos países do continente africano e latino-americano, no sentido de adquirir terras em larga escala, na sua maioria na forma de *joint-venture*, como é o caso do empreendimento Jiangzhou Agriculture, Lda, cuja atuação na região da aldeia do Sachitemo evidencia sinais de *land grabbing*. Durante o primeiro momento da pesquisa de campo, apurou-se da parte de um dos representantes nacionais do empreendimento sino-angolano (Jiangzhou Agriculture, Lda), que a fazenda contava com uma área de produção equivalente a 7.000 hectares (fora a área de residência dos técnicos chineses), e que era objetivo a ampliação da área de produção para 10.000 hectares.

Essa pretensão de ampliar a área produtiva por parte da empresa Jiangzhou resultou em conflito sobre a expropriação de terras comunitárias e em restrição da prática agrícola familiar junto aos agricultores do Sachitemo. A agricultura praticada na maioria dos países africanos, como Angola, classifica-se em duas: agricultura empresarial e agricultura familiar. Nessa última, enquadra-se a agricultura praticada pelas comunidades rurais, como a do Sachitemo, que representa cerca de 95% das áreas cultivadas no país. Essa modalidade aparece categorizada como rudimentar e essencialmente de subsistência, devido à falta de mecanização do setor, sendo praticada a base de enxadas, catanas (facão) e algumas vezes até com as próprias mãos, o que condiciona a produtividade do setor.

A intervenção chinesa na agricultura africana, e na angolana de forma particular, se dá através de investimentos diretos ou por meio de programas de cooperação agrícola com foco em transmissão de *know-how* e tecnologia, modernização e fomento das atividades do setor, agregando valores ao PIB e gerando impactos sobre as economias locais. Apesar desse fato, e pela experiência exposta no caso da iniciativa sino-angolana Jiangzhou, mostra-se necessário um estudo prévio de viabilidade, e, principalmente, diálogo com as comunidades rurais locais antes da implementação de projetos de investimentos dessa dimensão. Isso é importante para que não haja tensões entre as partes envolvidas, conforme relatado pelos agricultores do Sachitemo no capítulo anterior, e para que as ações beneficiem realmente as comunidades locais. Outro fator que merece uma chamada de atenção está relacionado à restrição da agricultura familiar, que coloca em causa a subsistência das famílias dos agricultores e agrava o problema da fome nas áreas rurais, sobretudo no sul da Angola, onde se intensifica o problema da seca, devido à variação climática, que o país tem enfrentado com a escassez de chuvas.

Quanto às preocupações apresentadas pelos trabalhadores nacionais do empreendimento sino-angolano, Jiangzhou, estas se centram na questão salarial, devido às elevadas despesas com a alimentação, um problema relacionado com a permanência e o exercício das suas atividades. Em termos de rendas, os trabalhadores da Jiangzhou (cujo salário nominal é de AKZ \$ 21000, cerca de USD \$ 68), se comparados a trabalhadores de empresas do setor de construção – como, por exemplo, a empresa China Jiangsu Internacional Sucursal Angola, também denominada por Nova Jiangsu, cujo salário nominal para trabalhador nacional corresponde a AKZ \$ 34.000 (cerca de USD \$ 110) – apresentam um rendimento muito baixo. Esse fato, em parte, traduz a realidade sobre o papel e importância

que o governo angolano atribui ao setor agrícola, demonstrados tanto na determinação do salário mínimo como no valor do Orçamento Geral de Estado arrecadado por este setor.

O alcance de um desenvolvimento “sustentável” em Angola, que promova o setor agrícola, principalmente a agricultura familiar, no longo prazo, refletindo-se na vida da população, principalmente das comunidades rurais, haveria de ser conseguido com o diálogo e a participação efetiva das comunidades rurais. Seria também necessário que os membros das instituições governamentais, como de institutos do Ministério da Agricultura e técnicos das administrações dos governos provinciais e centrais, pudessem fiscalizar as atividades das empresas, no que toca às técnicas de produção e, sobretudo, no que se refere ao cumprimento das responsabilidades sociais que estas se propõem a realizar quando negociam os contratos de investimento.

Recomenda-se que estudos futuros que venham a analisar as relações sino-angolanas, envolvendo investimentos agrícolas, possam abordar os programas de cooperação intergovernamentais. Uma importante finalidade seria avaliar o impacto sobre a economia do país e também analisar a forma como se refletem na vida das populações.

REFERÊNCIAS

ABI-HABIB, M. How China Got Sri Lanka to Cough Up a Port. **New York Times**, July, 2018. Disponível em: <www.nytimes.com/2018/06/25/world/>.

ACIOLY, L. ; LEÃO, R. Internacionalização das empresas chinesas: As prioridades do Investimento Direto Chinês no mundo. **IPEA**, nº 84, pp. 1-28, 2011.

ALVES, D. A presença chinesa em África: o caso de Angola. **Revista Negócios Estrangeiros**, Lisboa, v.10, p.56-71, fevereiro, 2007,

ANGOLA. Ministério do Planeamento e Desenvolvimento Territorial. Instituto Nacional de Estatística. **Resultados Definitivos do Recenseamento Geral da População e da Habitação de Angola**. Luanda, 2014.

ANGOLA. Ministério das Relações Exteriores. Direção da Ásia e Oceania. **Memorando sobre a participação de Angola na 6ª Conferência Ministerial e na 2ª Cimeira de Chefes de Estado e do Governo do Fórum de Cooperação China-África**. Luanda, 2015.

ANGOLA. Ministério da Agricultura. Instituto Nacional de Cereais. **Plano de Desenvolvimento de Médio Prazo do Setor Agrário: 2018-2022**. Luanda, 2017a.

ANGOLA. Ministério do Planeamento e Desenvolvimento Territorial. Instituto Nacional de Estatística. **Relatório sobre Emprego: Inquérito de Indicadores Múltiplos e de Saúde, 2015-2016**. Luanda, 2017b.

ANGOLA. Ministério do Planeamento e Desenvolvimento Territorial. Instituto Nacional de Estatística. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável Relatório de Indicadores de Linha de Base Agenda 2030**. Luanda, 2018a.

ANGOLA. Ministério das Finanças. **Relatório de Fundamentação do Orçamento Geral do Estado 2018**. Luanda, 2018b.

ANGOP. **China concede 200 bolsas a angolanos**. 2018. Disponível em: <http://www.angop.ao/angola/pt_pt/noticias/educacao/2018/3/14/China-co,6563a941-2331-4b20-bda2-b3deeb4e08e0.html>.

ANGOP. **Huambo: Uso e posse de terras origina conflitos na província**. 2015. Disponível em: <http://www.angop.ao/angola/pt_pt/noticias/sociedade/2015/3/17/Huambo-,d69d9c47-13f6-40b4-a318-a456097a450e.html> Acesso em setembro de 2018.

ANGOP. **IGCA possui 2.516 registos de ocupação de terra no Huambo**. 2016. Disponível em: <http://m.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/mobile/noticias/sociedade/2016/5/25/IGCA-possui-516-registos-ocupacao-terra-Huambo,45cf2ee6-cfef-4079-b352-01e9d46e6cd4.html?version=mobile> Acesso em setembro de 2018.

ANGOP. **Huambo: Empresários chineses apostam na agropecuária.** 2017. Disponível em: <http://www.angop.ao/angola/pt_pt/noticias/economia/2017/6/28/Huambo-Empresarios-chineses-apostam-agro-pecuaria,85674ff8-12be-4c16-a96b-2e7db147e985.html> Acesso em setembro de 2018.

ANGOP. **Registados acima de 200 conflitos de terra este ano.** 2018. Disponível em: <http://m.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/mobile/noticias/sociedade/2018/2/11/Registados-acima-200-conflitos-terra-este-ano,d9f1558e-ec8d-4639-9b38-bca21243fdbc.html?version=mobile>.

BRAUTIGAM, D. Chinese Agricultural Investments in Africa 1987-2016 (Excel Data). **China Africa Research Initiative**, v.1, July, 2018.

BRAUTIGAM, D.; TANG, X.; China's Engagement in Africa's Agriculture: Down to the Countryside. **The China Quarterly**, v.199, pp. 689-706, 2009.

BUCKLEY, L.; RUIJIAN, C.; YANFEI, Y.; ZIDONG, Z. Chinese Agriculture in Africa: Perspectives of Chinese Agronomists on Agricultural Aid. **International Institute for Environment and Development** Discussion Paper, 2017.

CARMO, C. Modo Angola: **O Impacto da intervenção da China no desenvolvimento Socioeconômico de Angola.** Dissertação, Universidade Técnica de Lisboa, 2013.

CHEN, M. Official Aid or Export Credit: China's Policy and the Reshaping of Development Finance. **Global China Initiative**, n.1, pp.1-25, 2018.

COOK, S.; LU, J.; TUGENDHAT, H.; ALEMU, D. Chinese Migrants in Africa: Facts and Fictions from the Agri-food sector in Ethiopia and Ghana. **World Development**, v.81, pp. 61-70, 2016.

DEUTSCHE WELLE. **China-África: Relações económicas potenciam aprendizagem de mandarim.** 2018. Disponível em <<https://www.dw.com/pt-002/china-%C3%A1frica-rela%C3%A7%C3%B5es-econ%C3%B3micas-potenciam-aprendizagem-de-mandarim/a-43934818>>. Acesso em julho de 2018.

DEUTSCHE WELLE. **Angola, Moçambique e Guiné-Bissau entre países com crises alimentares devido ao clima.** 2018. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/angola-mo%C3%A7ambique-e-guin%C3%A9-bissau-entre-pa%C3%Adses-com-crisis-alimentares-devido-ao-clima/a-45446421?maca=por-newsletter_pt_africa_em_destques-6779-html-newsletter>.

DREHER, A.; FUCHS, A.; PARKS, B.; STRANGE, A.; TIERNEY, M. Aid, China, and Growth: Evidence from a New Global Development Finance Dataset. **AidData Working Paper**, v. 46, p. 1–65, 2017.

EOM, J.; BRAUTIGAM, D.; BENABDALLAH, L. The Path Ahead: The 7th Forum on China – Africa Cooperation. **China Africa Research Initiative Working Paper**, n. 1, pp. 1-10, 2018.

EOM, J.; HWANG, J.; ATKINS, L.; CHEN, Y.; ZHOU, S. The United States and China in Africa: What Does the Data Say? **Policy Brief of China Africa Research Initiative**, n. 18, pp. 1-8, 2017.

ESTEVEES, D. **Relações de Cooperação China – África: o caso de Angola**. Portugal: Editora Almedina, 2008.

FAO. Database. Disponível em: <http://www.fao.org/gender-landrights-database/country-profiles/countries-list/customary-law/en/?country_iso3=AGO>. Acesso em agosto de 2018.

FAO. Database. Disponível em: <http://www.fao.org/gender-landrights-database/country-profiles/countries-list/land-tenure-and-related-institutions/en/?country_iso3=AGO>. Acesso em agosto de 2018.

FAO, IFAD, UNICEF, WFP and WHO. **The State of Food Security and Nutrition in the World 2018. Building climate resilience for food security and nutrition**. FAO Publishing, Rome, 2018.

GALDINO, C. **Moçambique e Angola na visão D'o Estado de S. Paulo (1975-1996)**. Tese, Universidade Estadual Paulista “Júlio De Mesquita Filho”, Universidade Estadual De Campinas, Pontifícia Universidade Católica De São Paulo, 2017.

GIL, A. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Editora Atlas, 2002.

GU, J.; ZHANG, C.; VAZ, A.; MUKWEREZA, L. Chinese State Capitalism? Rethinking the Role of State and Business in Chinese Development Cooperation in Africa, **World Development**, v.81, pp. 24-34, 2016.

HODZI, O. China and Africa: economic growth and a non - transformative political elite. **Journal of contemporary African Studies**, v.36, pp. 191-206, 2018.

JELEMBI, B. **Angola: Desafios ao Desenvolvimento e à Estabilidade Numa Sociedade Pós Conflito. Apresentação de uma mesa**, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 2013.

JIN, J.; GALLAGHER, K. P. Slowing Down, Powering Up: 2017 Chinese Energy Development Finance. **Global Development Policy Center**, v. 5, p. 1–4, 2018.

MAILEY, J. A Anatomia da Maldição dos Recursos: Investimento Predatório nas Indústrias Extrativas de África. **Relatório Especial do Centro de Estudos Estratégicos Africanos**, n. 3, Washington, D.C, 2015.

MENEZES, G. **As Novas Relações Sino-Africanas**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2013.

MOYO, D. **Será a China o Novo Ídolo das Economias Emergentes?** Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=4Q2aznfmCYU&t=545s>>. Acessado em julho de 2018.

NGULUVE, A. **Educação Angolana: Políticas de Reforma do Sistema Educacional**. São Paulo: Biscalchin Editor, 2010.

- OBSERVADOR. **Dívida de Angola à China ronda os 23 mil milhões de dólares.** 2018. Disponível em: <<https://observador.pt/2018/09/05/divida-de-angola-a-china-ronda-os-23-mil-milhoes-de-dolares/>>.
- OURIQUES, H.; AVELAR, A. Las Relaciones Económicas entre Angola y China (2000-2014). **Estudios de Asia Y Africa**, v.52, n.2, pp. 387-416, 2017.
- OURIQUES, H. As Relações Econômicas entre China e África: uma perspectiva sistêmica. **Carta Internacional**, v.9, n.1, pp. 19-43, 2014.
- PAULO, F. Quão importante é Agricultura para o governo Angolano? **Expansão**, n.454, 2018.
- QUITARI, G. **Entre o Direito e o Costume: os conflitos pela terra em Angola.** Dissertação, Universidade Federal Fluminense, 2010.
- RIBEIRO, V. A Expansão Chinesa na África: Comércio, Investimentos e Fluxos Financeiros. **Textos de Economia**, v.18, n.1, pp. 11-36, 2015.
- ROCHA, A. Cooperação para o desenvolvimento – Um pouco de história para se compreender o presente. **ÁFRICA 21**, p. 1–3, 2009. Disponível em: <<http://www.ceic-ucan.org/wp-content/uploads/2014/01/cooperacao.pdf>>. Acesso em: 20 de março de 2018.
- SANTOS, R.; QUINTÃO, A. Mitos e percepções sobre as empresas chinesas entre trabalhadores angolanos. **Angola Brief de CHR. Michelsen Institute e Centro de Estudos de Investigação Científica da Universidade Católica de Angola**, vol. 1, nº 15, pp.1-4, 2011.
- SCHMIDT, G. **Projeção chinesa na agricultura africana: Em busca da segurança alimentar?**, Monografia, Universidade Federal de Santa Catarina, 2017.
- SCHMITZ, C. Performing “China in Africa” for the West: Chinese Migrant Discourses in Angola. **Asian and Pacific Migration Journal**, v.27 pp. 9-27, 2018.
- TUGENDHAT, H.; Chinese Training Courses for African Officials: A “win-win” Engagement? **Policy Brief of China Africa Research Initiative**, n.3, pp. 1-5, 2014.
- TUGENDHAT, H.; ALEMU, D. Chinese Training Courses for African Officials: between power and partnerships. **World Development**, v.81, pp. 71-81, 2016.
- Embaixada dos Estados Unidos em Angola. Projeto de Desminagem em Angola.** Disponível em : <<https://ao.usembassy.gov/pt/education-culture-pt/humanitarian-demining-program-pt/>> Acesso em julho de 2018.
- VISENTINI, P. **A África e as potências emergentes: nova partilha ou cooperação sul-sul?** Leitura XXI, Porto Alegre, 2013.
- WHEELER, D.; PÉLISSIER, R. **História de Angola.** Lisboa: Tinta da China, 2009.
- XINHUA NEWS. **China a sincere partner for African countries: Rwandan experts.** 2018. Disponível em : <http://www.xinhuanet.com/english/africa/2018-07/25/c_137345941.htm>.

XU, X.; LI, X.; QI, G.; MUKWEREZA, L. Science, Technology, and the Politics of Knowledge: The case of China's Agricultural Technology Demonstration Centers in Africa. **World Development**, v.81, pp. 82-91, 2016.

ANEXOS

ANEXO A: NATUREZA SOCIAL DA JIANGZHOU AGRICULTURE, LDA.

14366

DIÁRIO DA REPÚBLICA

- NTANDA MONTEIRO — Prestação de Serviços e Comércio Geral, Limitada.
- MAJONA — Indústria, Comércio e Serviços (SU), Limitada.
- NISADY MAYEMBO — Prestação de Serviços, Limitada.
- LUZALA BALIMO — Comércio Geral e Prestação de Serviços, (SU), Limitada.
- KAFEDJ — Comércio Geral, Limitada.
- CAMPOS GAMBOS — Comércio Geral e Prestação de Serviços (SU), Limitada.
- VICENTE CASSULE — Prestação de Serviços (SU), Limitada.
- LIUBA & ESTILOS — Prestação de Serviços, Limitada.
- FIDEM-CAPITAL — Prestação de Serviços, Limitada.
- AGRICORP — Comércio e Serviços (SU), Limitada.
- Conservatória do Registo Comercial da 2.ª Secção do Guiché Único da Empresa.
- «J.M.P.M. — Comércio a Retalho».
- «JOSÉ ANTÓNIO FRANCISCO — Comércio a Retalho e Prestação de Serviços».
- Conservatória do Registo Comercial de Benguela.
- «Salão de Beleza Unisexo Guimarães de Carlos Sebastião António Guimarães».
- Conservatória dos Registos do Kuncene (Comercial).
- «P.A.CHICOTE — Comércio e Prestação de Serviços, Limitada».
- Conservatória dos Registos da Comarca da Huila.
- «Avelino Capitango».
- «Gizela Maria de Fátima da Cunha Leitão Conceição».
- «Manuel Júlio Barros Machado».
- «Alfredo Rodrigues Mucutata».
- Conservatória do Registo Comercial de Luanda.
- «Maria Irene da S. Passos».
- «Prossalina Comercial».
- Conservatória do Registo Comercial de Luanda/SIAC — Talatona.
- «Luís Carlos José — Comércio e Prestação de Serviços».
- «L. C. S. N. C. — Comércio e Prestação de Serviços».
- «D. P. A. V. — Comércio Geral e Prestação de Serviços».
- Conservatória do Registo Comercial de Luanda/SIAC — Cacuaco.
- «BENVINDA JOAQUIM ROMEU — Comércio Geral e Prestação de Serviços».
- Conservatória do Registo Comercial da Lunda-Norte.
- «Cooperativa de Exploração Mineira Cambulo, C.R.L.».
- Conservatória do Registo Comercial do Huambo — SIAC.
- «Marcos Saquemba».
- Conservatória dos Registos da Comarca de Cabinda.
- «Dong Zheng-Mineral, Limitada».
- «Maria Martina Banza Tshingana».
- «AGRIGIMBI — Agricultura e Prestação de Serviços, Limitada».
- «António Nhangui Correia».
- Conservatória dos Registos Comercial do SIAC/Cabinda.
- «APSP, Limitada».
- «Nzau Mbatchi, Limitada».
- «Arão dos Santos, Limitada».
- «João Zau Lelo».
- «Solema & Donate, Limitada».
- «Bernardo Yami & Filhos, Limitada».
- Conservatória do Registo Comercial do Kwanza-Sul.
- «V. F.».
- Conservatória do Registo Comercial — SIAC do Uíge.
- «DORÂNCIA CACUEIA — Comércio Geral, Limitada».

X Jiangzhou Agriculture, Limitada X

Certifica-se que foi constituída, no dia 21 de Setembro de 2017, uma sociedade por quotas (pluripessoal) denominada «Jiangzhou Agriculture, Limitada».

Sede: Luanda, Município de Belas, Bairro Benfica, Rua do Benvindo, casa s/n.º, com o N.I.F. 5417613681.

Objecto: a criação de complexos agrícolas com vista à exploração e gestão de unidades hoteleiras e restauração, ecoturísticos, parques temáticos, agrícolas para produção de produtos agrícolas, derivados e afins, a exploração, tratamento de madeiras e seus derivados, estudos de avaliação económica e de impacto ambiental e a comercialização de recursos madeireiros e outros recursos naturais e actividades afins, a importação, comercialização, distribuição, agenciamento, representação e exportação, de todos e quaisquer produtos agrícolas, turísticos, hoteleiros e afins a prestação de serviços, designadamente de consultoria, engenharia agrónoma, e outros, no âmbito da actividade agrícola e agro-industrial, incluindo o fornecimento de bens e equipamentos agrícolas, a representação, agenciamento, distribuição, importação e exportação de quaisquer bens e equipamentos destinados às actividades exercidas pela sociedade ou para revenda e comercialização no mercado, ou a favor de sociedades suas associadas, com quem sejam estabelecidos acordos de suprimento ou de cooperação empresarial, o recrutamento, admissão e colocação temporária ou definitiva de pessoal, e de formação profissional técnica complementar ou específica de pessoal qualificado nas áreas desenvolvidas pela sociedade, aquisição de participações sociais em sociedades nacionais ou estrangeiras, integrar consórcios, associações em participação ou agrupamentos complementares de empresas e coligar-se sob a forma de relação em participação ou em relação de grupo.

Capital: Kz: 1.000.000,00 (um milhão de kwanzas).

Sócios e quotas:

Primeiro: — Jinlin Zhu, casado com Zinyin Tang, sob o regime de comunhão de adquiridos, residente em Luanda, no Município de Luanda, Distrito Urbano da Maianga, Zona 6, casa s/n.º, com uma quota de valor nominal de Kz: 900.000,00 (novecentos mil kwanzas);

Segundo: — Xiangjun Zhu, casado com Juan Zhong, sob o regime de comunhão de adquiridos, residente em Luanda, no Município de Belas, Bairro Benfica, Zona Verde, casa s/n.º, com uma quota de valor nominal de Kz: 100.000,00 (cem mil kwanzas).

Gerência: exercida pelos sócios Jinlin Zhu e Xiangjun Zhu.

Forma de obrigar: bastando uma assinatura.

O texto integral dos estatutos sociais encontra-se arquivado nesta Conservatória, conforme artigo 169.º do n.º 5 da Lei n.º 1/97, de 17 de Janeiro.

ANEXO B – CONTRATO APROVADO DO INVESTIMENTO JIANGZHOU AGRICULTURE, LDA.



Segunda-feira, 10 de Julho de 2017

I Série – N.º 113

DIÁRIO DA REPÚBLICA

ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE ANGOLA

Preço deste número - Kz: 280,00

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncio e assinaturas do «Diário da República», deve ser dirigida à Imprensa Nacional - E.P., em Luanda, Rua Henrique de Carvalho n.º 2, Cidade Alta, Caixa Postal 1306, www.imprensanacional.gov.ao - End. teleg.: «Imprensa».	ASSINATURA		O preço de cada linha publicada nos Diários da República 1.ª e 2.ª série é de Kz: 75.00 e para a 3.ª série Kz: 95.00, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a publicação da 3.ª série de depósito prévio a efectuar na tesouraria da Imprensa Nacional - E. P.
	Ano		
	As três séries	Kz: 611 799.50	
	A 1.ª série	Kz: 361 270.00	
	A 2.ª série	Kz: 189 150.00	
	A 3.ª série	Kz: 150 111.00	

SUMÁRIO

Presidente da República

Despacho Presidencial n.º 173/17:

Aprova sob o regime contratual, o Projecto de Investimento Privado denominado «Jiangzhou Agriculture, Limitada», no valor de USD 12.000.000,00, bem como o Contrato de Investimento.

Despacho Presidencial n.º 174/17:

Aprova sob o regime contratual, o Projecto de Investimento Privado denominado Guan's Packaging Angola (SU), Limitada, no valor de USD 67.969.888,00, bem como o Contrato de Investimento.

Despacho Presidencial n.º 175/17:

Autoriza o lançamento do procedimento de contratação simplificada para a assinatura dos contratos de prestação de serviços de fiscalização e aprova as respectivas minutas dos contratos de prestação de serviços de fiscalização das empreitadas de reabilitação de estradas nas Províncias do Cuanza-Norte, Cuanza-Sul, Cunene, Huambo, Huíla, Lunda-Norte, Cuando Cubango e Lunda-Sul, a celebrar entre o Ministério da Construção e as empresas Angoprojectos Engenharia e Consultoria, Limitada, Rodrisol Consultoria e Projectos, Limitada, Dar Angola Consultoria, Limitada, Exergia Angola, Limitada, Progest Fiscalização, Limitada, Aurecon Angola, Limitada, BDM Engenharia e Tecnologia, Limitada e Consultar Consultoria, Projectos & Fiscalização, Limitada.

Ministérios da Administração do Território e da Educação

Decreto Executivo Conjunto n.º 335/17:

Cria o Liceu n.º 1.152 - São Paulo, sito no Município de Luanda - Distrito Urbano do Sambizanga, Província de Luanda, com 26 salas de aulas, 2 turnos, 52 turmas e aprova o quadro de pessoal do Liceu criado.

Ministério das Finanças

Despacho n.º 296/17:

Fixa em Kz: 4.035.394,45 o Fundo Permanente da Unidade Técnica de Acompanhamento de Projectos com Financiamento Externo — UTAP, para o ano económico de 2017 e nomeia a Comissão Administrativa para a gestão do referido Fundo, coordenada por Cristina Sandra Miranda Cardoso Correia de Sousa.

Despacho n.º 297/17:

Subdelega plenos poderes a Silvío Franco Burity, Presidente do Conselho de Administração da Administração Geral Tributária, para outorgar o Contrato de prestação de serviços de consultoria para implementação do regime do Foreign Account Tax Compliance Act (FACTA), com a empresa Deloitte & Associados, SROC S.A., pelo preço global de € 3.510.000,00, nos termos da legislação vigente, bem como dar sequência aos procedimentos administrativos, com vista à eficácia jurídica do contrato.

Ministério das Telecomunicações e das Tecnologias de Informação

Despacho n.º 298/17:

Autoriza a abertura do Concurso Limitado por Prévia Qualificação para a Concessão do Serviço Público de Comunicações Electrónicas, e a realização do leilão para atribuição de direitos de utilização individual de frequências nas faixas de 791 MHz a 862 MHz, aprova as Peças do Concurso Limitado por Prévia Qualificação, nomeadamente o anúncio, o programa do concurso, o caderno de encargos e o convite para apresentação das propostas, e cria a Comissão de Avaliação do referido Procedimento, constituída por técnicos do Sector das Telecomunicações e das Tecnologias de Informação.

Despacho n.º 299/17:

Delega plenos poderes a Zonala Rui João, Director Geral do Gabinete de Gestão do Programa Espacial Nacional, para representar este Ministério na assinatura do Protocolo de Cooperação com a Universidade Gregório Semedo no domínio técnico e científico no âmbito do Programa Espacial Nacional.

Banco Nacional de Angola

Aviso n.º 5/17:

Regulamenta as actividades de emissão, aceitação e utilização de cartões de pagamento e os princípios de funcionamento do subsistema Multicaixa. — Revoga todos os normativos que contrariem o presente Aviso, nomeadamente o Aviso n.º 10/12, de 2 de Abril, o Aviso n.º 8/03, de 29 de Agosto e o Instrutivo Interno n.º 7/98, de 29 de Maio.

Aviso n.º 6/17:

Define os níveis de serviços das operações em tempo real da Red Multicaixa.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Despacho Presidencial n.º 173/17 de 10 de Julho

Considerando que no âmbito dos esforços para o desenvolvimento do País, o Governo da República de Angola está empenhado em promover Projectos de Investimentos que visam à prossecução de objectivos económicos e sociais de interesse público, nomeadamente, o aumento da produção interna, a melhoria do bem-estar das populações e o aumento do emprego;

Tendo em conta que as Investidoras Desenvolvimento de Tecnologia Agrícola de Jiangsu Jiangzhou Co., Lda., pessoa colectiva de direito chinês, entidade não residente cambial, Investidora Externa e a Dajiang Construction Co. Lda., pessoa colectiva de direito angolano, entidade residente cambial, Investidora Interna, pretendem implementar um projecto de desenvolvimento agro-industrial, exploração mista de produtos agrícolas e agro-pecuários localizados na Província do Huambo, Zona de Desenvolvimento B.

O Presidente da República determina, nos termos da alínea d) do artigo 120.º e do n.º 5 do artigo 125.º, ambos da Constituição da República de Angola, conjugados com o artigo 55.º da Lei n.º 14/15, de 11 de Agosto, o seguinte:

1.º — É aprovado sob o regime contratual, o Projecto de Investimento Privado denominado «Jiangzhou Agriculture, Lda.», no valor de USD 12.000.000,00 (doze milhões de dólares dos Estados Unidos da América), bem como o Contrato de Investimento anexo ao presente Diploma e que dele é parte integrante.

2.º — É autorizado o Director da Unidade Técnica para o Investimento Privado a aprovar o alargamento do objecto ou o aumento do valor de investimento do Contrato de Investimento que o Projecto venha a necessitar no quadro do seu contínuo desenvolvimento.

3.º — As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Despacho são resolvidas pelo Presidente da República.

4.º — O presente Despacho entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 29 de Junho de 2017.

O Presidente da República, JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS.

CONTRATO DE INVESTIMENTO PRIVADO

Entre:

Estado da República de Angola, representado pela Unidade Técnica para o Investimento Privado, adiante designado abreviadamente por («U.T.I.P.»), com sede na Rua Kwamme N'Krumah, n.º 8, 1.º andar, Distrito Urbano da Maianga, neste acto representada por Ernesto Manuel Norberto Garcia na

qualidade de Director, com poderes delegados, nos termos do n.º 1 do artigo 46.º da Lei n.º 14/15, de 11 de Agosto (Lei do Investimento Privado), combinado com o n.º 2 do artigo 21.º do Decreto Presidencial n.º 182/15, de 30 de Setembro — que aprova o Regulamento do Procedimento para a Realização do Investimento Privado, doravante designado por Estado e U.T.I.P.;

E

A empresa Desenvolvimento de Tecnologia Agrícola de Jiangsu Jiangzhou Co., Lda., pessoa colectiva de direito chinês, entidade não residente cambial, Investidora Externa, com sede social no Jardim Xingang, Prédio 2, Loja n.º 15, 1.º andar, Distrito Gaongang do Município Taizhou, registada no Cartório Notarial Tianyi do Município de Taizhou, neste acto representado por Jinlin Zhu, na qualidade de sócio gerente, com poderes legais para o acto, doravante designada por Investidora.

E

A Dajiang Construction Co. Lda., pessoa colectiva de direito angolano, entidade residente cambial, Investidora Interna, com sede social na Rua Bem-Vindo, registada na Conservatória do Registo Comercial de Luanda, com o NIF 5417272418, neste acto representado por Zhu Xiangjum, na qualidade de Representante da Empresa, com poderes legais para o acto, doravante designado por Investidora.

O Estado e as Investidoras, quando referidos individualmente são designados Parte e quando referidos conjuntamente são designados Partes.

Considerando que:

a) Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 22.º do Decreto Presidencial n.º 185/15, de 2 de Outubro, a U.T.I.P. é o órgão do Estado encarregue pela apreciação, avaliação e negociação, para a posterior remessa do processo para aprovação do Titular do Poder Executivo, dos Projectos de Investimento cujo contravalor em Kwanzas seja de montante superior a USD 10.000.000,00 (dez milhões de dólares dos Estados Unidos da América);

b) É intenção da Jiangzhou Agriculture, Lda., implementar um Projecto de Investimento que visa a actividade agro-industrial, nomeadamente a exploração mista de produtos agrícolas e agro-pecuários;

c) O Projecto de Investimento vai possibilitar a criação de 200 postos de trabalho directos, com aposta na formação profissional contínua da mão-de-obra angolana;

d) O Projecto de Investimento consubstancia-se na operação de utilização de moeda nacional ou outra livremente conversível domiciliada em território nacional;

e) O Projecto de Investimento enquadra-se no regime contratual regulado na Lei n.º 14/15, de 11 de Agosto, nos termos do n.º 1 do artigo 45.º;

f) Atendendo à especificidade do investimento projectado para o território no âmbito do Contrato de Investimento, o Estado Angolano pretende incentivar o investimento na República de Angola e consequentemente, aprovar as operações de investimento constantes do referido Contrato e conceder ao projecto certos incentivos e benefícios.

As Partes, animadas pelo propósito da concretização do Projecto de Investimento, acordam livremente e de boa-fé e no interesse recíproco de cada uma delas, pela celebração do presente Contrato de Investimento, que se rege pela Lei do Investimento Privado, seu regulamento e pelas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA 1.ª
(Definições)

1. No presente Contrato, sempre que em maiúscula ou iniciados por letra maiúscula e salvo quando do contexto claramente decorrer sentido diferente, os termos e expressão abaixo indicadas têm o significado a seguir atribuído:

- a) *Cláusulas* — significa as disposições do Controlo de Investimento;
- b) *Contrato de Investimento* — significa o presente Contrato de Investimento Privado e os seus Anexos;
- c) *Data Efectiva* — significa a data da assinatura do Contrato de Investimento;
- d) *Investidora Externa* — significa a Empresa de Desenvolvimento de Tecnologia Agrícola de Jiangsu Jiangzhou Agriculture Co. Lda.;
- e) *Investidora Interna* — significa a Empresa Dajiang Construction Co. Lda.;
- f) *Lei do Investimento Privado* — Lei n.º 14/15, de 11 de Agosto;
- g) *Partes* — o Estado e a Investidora;
- h) *Projecto de Investimento* — Projecto de Investimento descrito nas cláusulas do Contrato de Investimento;
- i) *U.T.I.P* — significa Unidade Técnica para o Investimento Privado.

2. O significado das definições previstas no n.º 1 do presente Contrato mantém-se o mesmo, quer estas sejam utilizadas no plural ou singular, quer seja no género masculino ou feminino.

CLÁUSULA 2.ª
(Natureza e objecto do Contrato de Investimento)

1. O presente Contrato de Investimento tem natureza administrativa.

2. Constitui o objecto do presente Contrato de Investimento o desenvolvimento agro-industrial, nomeadamente a exploração mista de produtos agrícolas e agro-pecuários.

CLÁUSULA 3.ª
(Localização do Investimento e regime jurídico dos bens)

1. O Projecto de Investimento tem a sua localização no Município de Tchicala Choloanga, Província do Huambo, Zona de Desenvolvimento B, nos termos da alínea b) do artigo 35.º da Lei do Investimento Privado.

2. Os bens, equipamentos, os edifícios, instalações, as máquinas, os acessórios e outros meios fixos corpóreos e incorpóreos, adquiridos e introduzidos pela Investidora para a realização do objecto do Contrato de Investimento, estão sob o regime de propriedade privada.

CLÁUSULA 4.ª
(Objectivos do Projecto de Investimento)

1. Os objectivos económicos e sociais a alcançar pela Investidora no prazo contratual, de acordo com o previsto no artigo 29.º da Lei do Investimento Privado, são:

- a) Incentivar o crescimento da economia;
- b) Promover o bem-estar económico das populações;
- c) Promover as regiões mais desfavorecidas, sobretudo no interior do País;
- d) Aumentar a capacidade produtiva nacional, com base na incorporação de matérias-primas locais e elevar o valor acrescentado dos bens produzidos no País;
- e) Induzir a criação de novos postos de trabalho para trabalhadores nacionais e elevar a qualificação da mão-de-obra angolana;
- f) Obter transferência de tecnologia e aumentar a eficiência produtiva;
- g) Propiciar o abastecimento eficaz do mercado interno;
- h) Promover a eficiência empresarial e a qualidade dos produtos;
- i) Reabilitar, expandir ou modernizar as infra-estruturas destinadas à actividade económica;
- j) Promover o desenvolvimento tecnológico e a eficiência empresarial.

CLÁUSULA 5.ª
(Condições de exploração e gestão do empreendimento)

A gestão do Projecto de Investimento deve ser efectuada em estrita conformidade com as condições de autorização previstas no Contrato de Investimento e demais legislação aplicável, não podendo os montantes de investimento serem aplicados para finalidades diversas das constantes do presente Contrato.

CLÁUSULA 6.ª
(Sociedade veículo do Projecto)

1. A Sociedade Veículo do Projecto denomina-se Jiangzhou Agriculture, Lda. e pode abrir representações em qualquer parte do território angolano, de acordo com o previsto nos estatutos da sociedade.

2. A cessão de quotas, no todo ou em parte, da sociedade veículo do Projecto de Investimento quando ocorrer deve obedecer ao previsto na Lei das Sociedades Comerciais.

CLÁUSULA 7.ª
(Prazo de vigência e denúncia do Contrato)

1. O Contrato de Investimento vigora por tempo indeterminado.

2. Qualquer das Partes pode denunciar o Contrato de Investimento, mediante aviso prévio por escrito, com antecedência mínima de 6 (seis) meses.

CLÁUSULA 8.ª

(Montante e forma de realização do Investimento)

1. O montante previsto para o Investimento é de USD 12.000.000,00 (doze milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

2. As formas de realização do investimento são as seguintes:

- a) O Investimento Interno no valor de USD 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil dólares dos Estados Unidos da América), através de fundos próprios;
- b) O Investimento Externo, no valor de USD 8.400.000,00 (oito milhões e quatrocentos mil dólares dos Estados Unidos da América), sendo que:
 - i) USD 8.300.000,00 (oito milhões e trezentos mil dólares dos Estados Unidos da América), através da alocação de máquinas, equipamentos, acessórios e outros meios fixos corpóreos;
 - ii) USD 100.000.000,00 (cem mil dólares dos Estados Unidos da América), através da transferência de fundos do exterior.

CLÁUSULA 9.ª

(Operações de Investimento)

Para a implementação do Projecto de Investimento e cumprimento do objecto social proposto, as operações de Investimento que as Investidoras pretendem realizar, traduzem-se no seguinte:

- a) As operações do investimento interno são as constantes nas alíneas a), b), e c) do artigo 13.º da Lei do Investimento Privado, nomeadamente:
 - i) Utilização de moeda nacional ou outra livremente conversível domiciliada em território nacional, aquisição de máquinas e equipamentos;
 - ii) Aquisição de tecnologia e *know-how*;
 - iii) Alocação de máquinas, equipamentos, acessórios e outros meios fixos corpóreos.
- b) As operações do investimento externo são as constantes nas alíneas a), b), c), d) e e) do artigo 15.º da Lei do Investimento Privado, nomeadamente:
 - i) Introdução no território nacional de moeda livremente conversível;
 - ii) Introdução de tecnologia e *know-how*, desde que representem uma mais-valia ao empreendimento e sejam susceptível de avaliação pecuniária;
 - iii) Introdução de máquinas, equipamentos e outros meios fixos corpóreos.

CLÁUSULA 10.ª

(Formas de financiamento do Investimento)

O valor global do investimento declarado acima é financiado da seguinte forma:

- a) O Investimento Interno é de USD 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil dólares dos Estados Unidos da América), através de fundos próprios;
- b) O Investimento Externo é de USD 8.400.000,00 (oito milhões e quatrocentos mil dólares dos Estados Unidos da América), através de fundos próprios.

CLÁUSULA 11.ª

(Programa de implementação e desenvolvimento do Projecto)

1. O Projecto de Investimento deve ser implementado no prazo de 10 anos, em conformidade com o Cronograma de Execução e Implementação do Projecto, que constitui o Anexo I ao Contrato de Investimento.

2. A calendarização do Projecto do Investimento constante do anexo acima descrito é meramente indicativa, ficando desde já expressamente acordado entre as Partes que o prazo estabelecido no número anterior pode ser alargado no todo ou em parte, até o limite de 3 anos, bastando, para o efeito, que a Investidora notifique, por escrito, a UTIP, de tal necessidade, justificando as razões subjacentes a tal alteração.

3. A Investidora obriga-se a executar o Investimento, no prazo estabelecido no presente Contrato, bem como a cumprir o Plano de Formação da Mão-de-Obra Nacional, que constitui o Anexo II ao Contrato.

CLÁUSULA 12.ª

(Força de trabalho e plano de formação)

1. O Projecto de Investimento prevê a criação de 200 (duzentos) postos de trabalho, sendo 180 (cento e oitenta) para trabalhadores nacionais 20 (vinte) para trabalhadores estrangeiros.

2. Para além do cumprimento das obrigações previstas no Plano de Formação da Mão-de-Obra Nacional, a Investidora fica também obrigada a:

- a) Colaborar com o INEFOP no processo de recrutamento, selecção e formação profissional dos trabalhadores angolanos;
- b) Cumprir com as condições inerentes à sua qualidade de empregador, designadamente os descontos de Imposto sobre os Rendimentos do Trabalho e contribuições para a Segurança Social, bem como celebrar contratos de seguros de trabalho e doenças profissionais;
- c) Proporcionar formação contínua intensiva e transmissão de *know-how* aos técnicos nacionais.

CLÁUSULA 13.ª

(Impacto económico e social do Projecto)

1. O Projecto de Investimento tem o seguinte impacto económico e social:

- a) Abastecer o mercado interno;
- b) A criação de 200 (duzentos) postos de trabalho directos, dos quais 180 (cento e oitenta) destinados a trabalhadores nacionais;
- c) Obter tecnologia e aumentar a eficiência produtiva;
- d) Reduzir as importações.

2. As Partes acordam que o impacto do Projecto de Investimento previsto no Estudo de Viabilidade Técnica, Económica e Financeira tem por base a realidade social e económica, nacional e internacional existente na data efectiva, tendo como natureza meramente previsionial.

3. A não verificação do impacto económico e social previsto no Estudo de Viabilidade Técnica, Económica e Financeira por factos não imputáveis à Investidora, não constitui uma

situação de incumprimento do Contrato de Investimento, fundamento para a modificação ou revogação de qualquer direito ou incentivo concedido pelo Estado à Investidora, ou de renegociação do Contrato de Investimento.

CLÁUSULA 14.ª
(Impacte Ambiental)

No quadro da implementação e desenvolvimento do Projecto de Investimento, a Investidora obriga-se a cumprir com a legislação ambiental em vigor, em particular no que diz respeito ao seguinte:

- a) Salvarguardar o meio ambiente em matéria de ruídos, gases, fumos, poeiras, gestão de resíduos e efluentes;
- b) Permitir que as autoridades competentes procedam às inspecções ou estudos para aferir a regularidade ambiental das actividades, das instalações, dos equipamentos e dos empreendimentos;
- c) Notificar o Ministério do Ambiente sobre quaisquer ocorrências anómalas de natureza poluente ou com efeitos negativos sobre o meio ambiente.

CLÁUSULA 15.ª
(Incentivos fiscais)

Nos termos do disposto na Lei n.º 14/15, de 11 de Agosto, o Projecto beneficia dos seguintes incentivos fiscais:

- a) Redução em 65%, da taxa do Imposto Industrial por um período de oito (8) anos;
- b) Redução em 65% da taxa do Imposto sobre a Aplicação de Capitais, por um período de oito (8) anos;
- c) Redução em 65% da taxa do Imposto de Sisa por um período de oito (8) anos.

CLÁUSULA 16.ª
(Incentivos aduaneiros)

Ao abrigo do disposto no artigo 33.º da Lei n.º 14/15, de 11 de Agosto (Lei do Investimento Privado), na concessão e extinção dos benefícios e incentivos aduaneiros obedece ao regime de tributação previsto na Pauta Aduaneira dos Direitos de Importação e Exportação.

CLÁUSULA 17.ª
(Apoio institucional do Estado)

As instituições públicas angolanas, de acordo com as suas competências e para a prossecução do interesse sócio-económico do Projecto de Investimento, comprometem-se institucionalmente no seguinte:

- a) **U.T.I.P.:** apoiar o relacionamento da Investidora com os demais organismos, sempre que necessário, a fim de auxiliar na emissão de licenças e outros documentos indispensáveis à implementação do Projecto de Investimento dentro dos prazos aprovados;
- b) **Ministério da Agricultura:** apoiar no licenciamento da actividade.

CLÁUSULA 18.ª
(Mecanismo de acompanhamento do Projecto de Investimento)

1. Em obediência ao disposto no n.º 3 do artigo 32.º do Decreto Presidencial n.º 182/15, de 30 de Setembro que (Aprova o Regulamento do Procedimento para a realização do Investimento Privado), a U.T.I.P., procede ao acompanhamento e fiscalização do Projecto de Investimento objecto do presente Contrato, sem prejuízo das entidades públicas procederem, nos termos e forma legalmente previstos, à fiscalização sectorial corrente.

2. As Investidoras devem elaborar, trimestralmente, o relatório de implementação e desenvolvimento do Investimento, através de formulário próprio a enviar, de preferência electronicamente, à U.T.I.P.

3. O relatório acima mencionado deve ser remetido à U.T.I.P., no prazo de 15 dias após o termo do período a que se refere.

CLÁUSULA 19.ª
(Comunicação)

1. Todas as notificações ou comunicações efectuadas ao abrigo do presente Contrato apenas são válidas se forem feitas por escrito e enviadas para os seguintes endereços:

U.T.I.P.:

Rua Kwamme Nhrumah, n.º 8, 1.º andar, Distrito Urbano da Maianga Luanda/Angola;
Telefone: 926 876 914;

Investidora:

Rua do Bem-Vindo, casa s/n.º, Bairro Benfica, Município de Belas, Luanda;
Telefone: 922300000;
E-mail: 93924165@qq.com.

2. Qualquer alteração aos endereços acima indicados deve ser pontualmente comunicada, por escrito, à outra parte.

CLÁUSULA 20.ª
(Estabilidade do Contrato de Investimento)

1. O disposto no presente Contrato de Investimento foi estabelecido com base em determinadas circunstâncias económicas, técnicas e operacionais existentes em Angola a presente data. Caso ocorra uma alteração das referidas circunstâncias, que provoque uma modificação do equilíbrio contratual existente, as Partes comprometem-se a tomar as medidas necessárias à pronta reposição do referido equilíbrio e a não tentar obter qualquer benefício ou vantagem desta situação.

2. As partes podem solicitar a revisão ou modificação dos termos do contrato resultante da modificação ao Projecto de Investimento ou situação da Investidora, é comunicada nos termos do estabelecido neste Contrato e demais legislação em vigor em Angola.

3. Verificando-se a alteração das circunstâncias referidas no número anterior, as Partes podem solicitar a revisão ou modificação dos termos do Contrato, ou a adopção de qualquer outra medida apropriada, com vista à reposição do equilíbrio contratual.

4. No caso dos bens objecto de Investimento Privado serem expropriados por motivos ponderosos e devidamente justificados de interesse público, o Estado assegura o pagamento

de uma indemnização justa, pronta e efectiva, cujo montante é determinado de acordo com as regras de direito aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 20.º da Lei n.º 14/15, de 11 de Agosto.

CLÁUSULA 21.ª
(Direitos e deveres das Investidoras)

1. As Investidoras no âmbito do presente Contrato de Investimento, comprometem-se a cumprir com os deveres gerais e específicos previstos nos artigos 24.º e 25.º da Lei n.º 14/15, de 11 de Agosto, seu regulamento e demais legislação aplicável, bem como os compromissos contratuais, sujeitando-se as penalidades nela previstas.

2. A Investidora obriga-se ainda a:

- a) Respeitar os prazos fixados para implementação do Projecto, de acordo com os compromissos assumidos;
- b) Aplicar o plano de contas e as regras da contabilidade estabelecidas no País;
- c) Promover a formação da mão-de-obra nacional e a angolanização a nível das chefias e quadros nacionais.

3. Sem prejuízo dos deveres estabelecidos no presente Contrato, às Investidoras são garantidos os seguintes direitos:

- a) Total protecção e respeito e sigilo profissional, bancário e comercial;
- b) Protecção da propriedade industrial e sob todas as suas criações intelectuais.

CLÁUSULA 22.ª
(Transgressões e penalizações)

1. No âmbito do presente Contrato de Investimento, sem prejuízo do disposto em outros Diplomas em matéria de Investimento Privado, constituem transgressões o incumprimento doloso ou culposo das obrigações legais a que a Investidora está sujeita nos termos do artigo 58.º da Lei do Investimento Privado:

- a) O uso de recursos provenientes do exterior para finalidades diversas daquelas para as quais foram autorizadas;
- b) A prática de facturação que permita a saída de capitais ou iluda as obrigações a que a empresa ou associação esteja sujeita, designadamente as de carácter fiscal;
- c) Falta de execução das acções de formação ou a não substituição de trabalhadores estrangeiros por nacionais nas condições e prazos estabelecidos nos respectivos Planos, que constituem anexos ao presente Contrato de Investimento;
- d) A falta de execução injustificada do investimento dentro dos prazos acordados;
- e) A falta de informação anual à U.T.I.P., enquanto órgão responsável pela fiscalização do Investimento;
- f) A falsificação de mercadorias e prestação de falsas declarações;

g) A sobre facturação dos preços de máquinas e equipamentos importados ao abrigo do investimento autorizado.

2. Sem prejuízo de outras penalidades especialmente previstas por lei, as transgressões mencionadas no número anterior são passíveis das seguintes penalizações:

- a) Multa no valor correspondente em Kwanzas, que varia entre Kz: 1.000.000,00 (um milhão de Kwanzas) e Kz: 50.000.000,00 (cinquenta milhões de Kwanzas), sendo o valor mínimo e o valor máximo elevado para o triplo em caso de reincidência;
- b) Perda dos benefícios e incentivos fiscais e outras facilidades concedidas;
- c) Revogação da autorização do Investimento.

CLÁUSULA 23.ª
(Incumprimento, medidas correctivas e provisórias)

1. No âmbito da execução e implementação do Projecto de Investimento sempre que o Departamento de Acompanhamento e Fiscalização da U.T.I.P., detecte situações que indiciem o incumprimento do Contrato de Investimento deve adoptar medidas correctivas de natureza operacional, comercial, contabilística, fiscal ou outras.

2. Sempre que for detectado incumprimento do Contrato de Investimento, a U.T.I.P. deve ordenar que a Investidora adopte medidas provisórias, para mitigar o risco de incumprimento ou de não implementação do Investimento nos termos do Cronograma aprovado.

3. Tanto no caso de adopção de medidas correctivas, no caso de medidas provisórias, deve ser cumprido o prazo a estabelecer pela U.T.I.P., nos termos do n.º 34 do Regulamento Interno da Lei de Investimento Privado.

CLÁUSULA 24.ª
(Força maior)

1. É considerado caso de força maior para efeitos do presente Contrato de Investimento Privado, toda e qualquer circunstância ou acontecimento irresistível que esteja fora do controlo da Parte afectada, nomeadamente e sem carácter exaustivo, catástrofes naturais, tais como furacões, inundações, incêndios, tremores de terra, ciclones, raios ou subversão, hostilidade ou invasão, sabotagem, distúrbios civis e greves ou paralisações ilegais.

2. A Parte afectada por força maior obriga-se a comunicar de imediato a outra Parte, bem como indicar qual a duração previsível da situação de força maior e se for o caso, as medidas que pretende adoptar a fim de remover ou minimizar o impacto do referido evento.

3. Se em virtude da sua duração prolongada ou circunstancial, a situação de força maior provocar uma alteração do equilíbrio contratual inicial deste Contrato deve-se proceder ao restabelecimento deste equilíbrio.

CLÁUSULA 25.ª
(Boa-fé)

As Partes obrigam-se a actuar, no âmbito do presente Contrato, de acordo com os ditames da boa-fé e não exercer qualquer direito ou faculdade de modo abusivo ou injustificadamente oneroso para a outra Parte.

CLÁUSULA 26.ª
(Resolução de litígios)

1. Quaisquer litígios ou divergências relativos à validade, interpretação, cumprimento, alteração ou vigência do presente Contrato, bem como sobre a interpretação e aplicação de quaisquer leis, decretos, regulamentos ou decisões com impacto sobre o mesmo, que surjam entre o Estado e a Investidora, é submetido à arbitragem, de acordo com estabelecido na Lei sobre a Arbitragem.

2. O Tribunal Arbitral é composto por 3 (três) membros, um nomeado pela requerente, outro pela requerida e o terceiro que desempenha as funções de árbitro-presidente é escolhido em comum acordo, pelo requerente e pela requerida que tenham designado.

3. O Tribunal Arbitral funciona na Província de Luanda, Angola e decide segundo a lei angolana.

4. Os acórdãos, ordens ou decisões do Tribunal Arbitral são finais, vinculativos e irrecorribéis. As Partes, desde já, renunciam ao direito de invocar qualquer imunidade ou privilégios que possam gozar relativamente aos acórdãos, ordens ou decisões do Tribunal Arbitral e comprometem-se a prontamente cumprir com as mesmas nos seus precisos termos.

5. A arbitragem é conduzida em língua portuguesa.

CLÁUSULA 27.ª
(Lei aplicável)

O presente Contrato rege-se pela lei angolana.

CLÁUSULA 28.ª
(Entrada em vigor)

1. O presente Contrato entra em vigor na data da sua assinatura.

CLÁUSULA 29.ª
(Língua e exemplares do Contrato)

1. As partes acordam que toda documentação que as mesmas venham a trocar no âmbito da execução do Projecto, deve estar em língua portuguesa.

2. O presente Contrato de Investimento é celebrado em língua portuguesa, em 3 (três) exemplares com igual teor e efeito jurídico, sendo 1 (um) para a U.T.I.P., outro para a Investidora e o terceiro para Imprensa Nacional.

CLÁUSULA 30.ª
(Documentos contratuais)

1. O presente Contrato de Investimento com os seus Anexos e o CRIP — Certificado de Registo de Investimento Privado, contêm todos os direitos e obrigações assumidos pelas Partes, no que diz respeito à definição e disciplina das relações entre si e prevalecem sobre quaisquer outros acordos ou entendimentos, orais ou escritos, de sentido adverso.

2. Qualquer alteração ao Contrato de Investimento e aos seus Anexos, para ser válida, tem de constar de documento escrito e assinado pelas Partes.

3. Em caso de litígio ou divergência de interpretação, os Anexos e o CRIP não podem ser automaticamente interpretados ou invocados entre as partes ou perante terceiros.

4. Havendo contradições entre o conteúdo dos Anexos ou do CRIP e o Contrato de Investimento, prevalecem as cláusulas do Contrato de Investimento.

5. Em caso de incorrecção no CRIP, a U.T.I.P., procede à sua alteração ou, em alternativa, à emissão de novo CRIP, após a data de comunicação que lhe seja dirigida pela Investidora.

CLÁUSULA 31.ª
(Anexos do Contrato de Investimento)

São Anexos ao presente Contrato de Investimento, reservados às Partes, os seguintes:

Anexo I — Cronograma de Execução e Implementação do Projecto;

Anexo II — Plano de Formação da Mão-de-Obra Nacional;

Anexo III — Plano de Substituição da Mão-de-Obra Estrangeira pela Nacional.

Em fé do que as partes acordaram, é celebrado o presente Contrato de Investimento Privado, em Luanda, aos [...] de [...] de 2017.

Pela U.T.I.P. — Unidade Técnica para o Investimento Privado, *Ernesto Manuel Norberto Garcia*.

Pela Investidora Interna, *Jinlin Zhu*.

Pela Investidora Externa, *Zhu Xiangjun*.

Despacho Presidencial n.º 174/17
de 10 de Julho

Considerando que no âmbito dos esforços para o desenvolvimento do País, o Governo da República de Angola está empenhado em promover Projectos de Investimentos que visam à prossecução de objectivos económicos e sociais de interesse público, nomeadamente, a melhoria do bem-estar das populações e o aumento do emprego;

Tendo em conta que a Investidora Externa, Guan's Packaging Angola (SU), Lda., pretende implementar um Projecto de Investimento Privado que consiste na construção e exploração de uma unidade fabril de produção de embalagens de papelão, localizada no Município do Namibe, Província do Namibe, Zona de Desenvolvimento B.

O Presidente da República determina, nos termos da alínea d) do artigo 120.º e do n.º 5 do artigo 125.º, ambos da Constituição da República de Angola, conjugados com o artigo 55.º da Lei n.º 14/15, de 11 de Agosto, o seguinte:

1.º — É aprovado sob o regime contratual, o Projecto de Investimento Privado denominado Guan's Packaging Angola (SU), Lda, no valor de USD 67.969.888,00 (sessenta e sete milhões, novecentos e sessenta e nove mil, oitocentos e oitenta e oito dólares dos Estados Unidos da América), bem como o Contrato de Investimento anexo ao presente Diploma e que dele é parte integrante.

2.º — É autorizado o Director da Unidade Técnica para o Investimento Privado a aprovar o alargamento do objecto do Contrato de Investimento que o Projecto venha a necessitar no quadro do seu contínuo desenvolvimento.

ANEXO C – ENTREVISTAS

ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

A presente entrevista, de caráter estritamente acadêmico, é parte fundamental do trabalho de pesquisa para a conclusão de curso e obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas na Universidade Federal de Santa Catarina. Esta entrevista visa apontar o significado socioeconômico dos municípios da Tchicala Cholohanga, a partir do funcionamento da empresa de Desenvolvimento de Tecnologia Agrícola Jiangzhou Co. Ltda., aplicada pela estudante Luísa Correia Filho, aluna n.14106687 da referida Universidade.

Interlocutores: Chefe de Departamento do Instituto de Desenvolvimento Agrário – IDA e o Chefe Interino de Departamento do Instituto Nacional de Cereais – INCER, na província do Huambo, afetos ao Ministério da Agricultura.

Entrevistas realizadas no dia 24/09/2018.

A. Dados do Entrevistado.

Sexo: (**X**) Masculino; () Feminino

Idade: () 14 – 17; () 18 - 25 ; () 26 – 35;

() 36 - 45; () acima de 55

(**X**) 46 - 55;

Função: Chefe de Departamento do Instituto de Desenvolvimento Agrário (IDA)

Tempo de experiência na instituição: 30 anos

Grau de Escolaridade: Ensino superior

B. Dados do Entrevistado.

Sexo: Masculino; Feminino

Idade: 14 – 17; 18 - 25 ; 26 – 35;

36 - 45; acima de 55

46 - 55;

Função: Chefe interino de Departamento do Instituto Nacional de Cereais (INCER)

Tempo de experiência na instituição: 8 anos

Grau de Escolaridade: Ensino superior

C. PERGUNTAS

1. Que atividades a instituição desenvolve? Elas são voltadas para as famílias de agricultores ou para as empresas?

Chefe de Departamento do IDA: O IDA desenvolve as atividades centradas na sua missão, através do apoio técnico, material, e assistência técnica às famílias camponesas no meio rural.

Chefe interino de Departamento do INCER: O INCER trabalha com a monitoria e avaliação das culturas produzidas; formação dos produtores empresariais (nacionais e estrangeiros); gerenciamento das infraestruturas de armazenamento e conservação de cereais à nível do país.

2. Sabe da existência da fazenda chinesa, Jiangzhou Agriculture, Lda na localidade de Sachitemo, comuna do Sambo?

Chefe de Departamento do IDA: Já ouvi falar, mas nunca fui para lá.

Chefe interino de Departamento do INCER: Temos conhecimento da empresa, mas nunca lá fomos “não temos pernas para andar” digo isso porque não temos meios para lá chegar, devido à falta de transporte. Mas é da responsabilidade do INCER, a monitorização de atividades agrícolas de empresas privadas, como a Jiangzhou.

- 3. Se sim, conhece o método ou técnica de produção de grãos da empresa Jiangzhou? Pode descrever o método? (Fazem uso de maquinário sofisticado?).**

Chefe de Departamento do IDA: Não, não conheço.

Chefe interino de Departamento do INCER: Infelizmente, desconheço.

- 4. Tem conhecimento das técnicas de produção de grãos, de milho e de soja, utilizadas pela empresa Jiangzhou?**

a) Se sim, como classifica esse tipo de técnicas? O porquê dessa classificação?

Chefe de Departamento do IDA: Não tenho.

Chefe interino de Departamento do INCER: Não.

- 5. Sabe da utilização de fertilizantes da empresa chinesa durante o processo de produção? Em caso de uso excessivo, de que forma essa ação pode refletir-se nas famílias de agricultores da comuna do Sambo, e dos munícipes da Tchicala?**

Chefe de Departamento do IDA: Não sei se a empresa faz o uso de fertilizantes. O adubo químico, fertilizante, não deve ser usado de forma excessiva, porque tem doses apropriadas. Deve-se fazer uma análise do solo para saber qual a necessidade do fertilizante e do tipo de cultura a aplicar. A ser usado de forma excessiva, é de fato prejudicial não só para os solos, mas também para as culturas produzidas. Isso pode até transmitir-se às questões de saúde pública. Para as comunidades locais o IDA, através das Escolas de Campo de Agricultores, passa a formação sobre o uso correto e manejo dos fertilizantes, incluindo pesticidas a utilizar para que não interfira negativamente na saúde humana.

Chefe interino de Departamento do INCER: Desconhece se a empresa faz o uso de fertilizantes. O uso excessivo de fertilizantes para além de prejudicar o solo, desgastar o solo, poderá também ter consequências na própria produção. Digo por exemplo, o consumidor final ao ingerir os produtos que de lá veem poderá no futuro ter consequências como o caso do cancro. O uso de fertilizantes tem de ser regulado, em função das necessidades do solo, e um dos nossos grandes problemas é que os nossos empresários agrícolas dificilmente fazem análise dos solos, simplesmente utilizam fertilizantes de forma exageradas. Quanto à essa questão o INCER, tão logo haver condições de trabalho, fará uma monitoria nessas fazendas, para levantamento da necessidade dos solos, para depois recomendar a essas empresas as reais quantidades de fertilizantes a se utilizar.

6. Como são adquiridos os insumos, como sementes e fertilizantes, utilizados na produção? Caso sejam importados, de que países provêm?

Chefe de Departamento do IDA: Os fertilizantes são importados. Nessa altura o grande fornecedor de fertilizantes para Angola, é o Marrocos. A China também está no encalce, mas ainda assim, o principal fornecedor é o Marrocos.

Chefe interino de Departamento do INCER: Os fertilizantes são importados. No ano passado, a sua Excelência Sr. Ministro da Agricultura havia feito um acordo com Marrocos, no sentido deste país poder anualmente fornecer fertilizantes ao país. Mas também já se verifica fertilizantes da República Popular da China, acredito que são estes dois países os fornecedores de fertilizantes. As sementes encontram-se no mercado local.

7. Verificamos que no mercado local, há escassez de grãos como soja e milho. Sabe qual a razão dessa escassez de grãos no mercado local? (Apesar de a empresa chinesa produzir bem pelo que havia se constatado em campo, no mês de fevereiro de 2018).

Chefe de Departamento do IDA: Acho que a primeira razão para a escassez de soja, deve-se ao fato de que não se produz a soja em grande dimensão. As famílias produzem a soja em perspectiva de suplemento alimentar, sobretudo para chá de soja. As comunidades têm noção do valor nutritivo da soja, produzem pequenas áreas para produzir a soja para o sustento alimentar, ainda não têm a visão da soja para o mercado. Até o ano passado, a procura pela soja em termos de grandes quantidades, por exemplo, para ração não era visível, mas este ano já sentimos que os produtores de ovos e de carnes suínas que estão a emergir no país, já procuram saber onde há, de fato, soja. Mas as comunidades têm certa noção de que a soja tem maior valor financeiro que o milho, a razão principal da escassez é que o consumidor de soja ainda não está declarado.

Chefe interino de Departamento do INCER: O INCER tem feito o levantamento dos principais produtos de leguminosas e cereais nos mercados. Muito dos produtos comercializados no mercado provincial do Huambo são provenientes dos municípios. Muitas das vezes, os empresários agrícolas e os agricultores têm encontrado dificuldade para o escoamento de seus produtos até o principal mercado da província, isso tem feito com que haja alteração constante nos preços.

Outro fator que justifica a escassez de grãos e o aumento de preços foi a escassez de fertilizantes verificada no ano passado, onde o saco de fertilizantes rondava os 35.000 AKZ (equivalente a 115 USD). O governo havia invertido a situação injetando fertilizantes no mercado nacional.

- 8. É pretensão da empresa Jiangzhou Agriculture, Lda, a ampliação a área da fazenda até, a 10.000 hectares, o que abrangerá zona dos moradores do Sambo, como o Sachitemo. Qual tem sido a posição da instituição com relação a essa situação?**

Chefe de Departamento do IDA: A questão de posse e uso de terras é de inteira responsabilidade do governo da província, estamos a falar da Direção Provincial da Agricultura. O IDA, nesse aspecto, não tem nenhuma interferência, mas, em termos de informação aos camponeses temos dentro das Escolas de Campos de Agricultores, a questão da formação da necessidade e legalização das terras que eles ostentam. É preocupação do governo de Angola clarificar a questão das terras comunitárias, que não devem ser usurpadas por terceiros. A questão das terras é uma questão global. Nós, IDA, enquanto instituição que apoia o desenvolvimento comunitário temos que fazer chegar as instituições e dar o nosso ponto de vista para que as comunidades consigam delimitar as suas terras, isso em parceria com as instituições, como a FAO que desenvolveram o projeto Terras em parceria com outras diversas instituições como as ONG's, ADRA e *Development Workshop*, que abordam as questões fundiárias. Infelizmente, delimitaram-se poucas terras comunitárias, mas pelo que a gente escuta como necessidade quer crer que este projeto ainda venha à tona. O discurso de abertura do Presidente, João Lourenço, sobre a necessidade de titularizar as pessoas como donos de terra, em termos de utilização, já que segundo a constituição de Angola (artigo 5º) a terra é propriedade originária do Estado, penso que se vai mitigar essa situação ao longo do tempo. O IDA, nessa altura, o seu posicionamento é dar informação aos grupos para que despertem para a importância da legalização de terras, e procurar por parceiros nacionais e internacionais que possam trabalhar de forma prática na delimitação de terras comunitárias.

Chefe interino de Departamento do INCER: De fato, nós já ouvíamos falar desse tipo de conflito inclusive havia uma comissão que tinha sido criada pelo Governador (Baptista Kussumua, na altura) para que fosse lá tentar mitigar a situação. Havia muitas queixas por parte de alguns camponeses [e agricultores] isolados, que viam as suas terras a serem ocupadas por essa empresa. Bem, isso é mau. É mal porque é um grupo de famílias que fica sem produzir, é um grupo de famílias que poderá passar fome, e em benefício de uma grande empresa que a própria produção em si, se calhar, tem sido escoada para fora. Acredito que esta situação está sendo resolvida por essa comissão. É um processo que não tem de parar aqui, e que envolve outras instituições como o IGCA (Instituto Geográfico Cadastral de Angola), que trata da legalização dos espaços também esteja envolvido. Acredito que a resolução será pacífica e benéfica para ambos os lados.

9. Faça um diagnóstico de produtividade da situação atual do setor agrícola do município da Tchicala e/ou da província do Huambo.

Chefe de Departamento do IDA: Relatório do ano agrícola 2016-2017; IDA – Huambo.

Chefe interino de Departamento do INCER: Fica um pouco difícil dar-lhe dados concretos sobre a produtividade, porque ficamos sem contato com os produtores em 2016. Nesse ano, 2016, havia um programa dirigido nacional para o aumento da produção de cereais, milho e arroz, e tínhamos o contato com os produtores, mas infelizmente esse programa não foi financiado pelo governo. Mas acredito que, a produção no que toca o setor agrícola empresarial nacional não é muito significativa, ou seja, não é muito elevada.

Diferente da atividade agrícola desenvolvida por empresas estrangeiras que possuem tecnologias e um know-how avançado, os empresários nacionais são os que encontram maiores dificuldades. Alguns, geralmente, nem um hectare conseguem produzir. Estaria a errar se lhe desse número concreto sobre a produtividade, mas é muita baixa a produção. As dificuldades passam por: aquisição de sementes e fertilizantes, equipamentos de produção. Existem fazendas, de empresários nacionais, que simplesmente são consideradas matas.

Quando questionado sobre quais as possíveis soluções que indicaria como resposta para o aumento de produtividade do setor agrícola, o entrevistado mencionou: eu vou buscar a experiência da China. A China é um país que aposta seriamente na produção agrícola, e para o efeito criou-se bancos específicos para o fomento da produção agrícola. Outra dificuldade que encontram os produtores nacionais é a falta de possibilidade (e acesso) ao crédito agrícola para financiamento de suas atividades.

Os bancos comerciais não dão muita credibilidade quando um produtor agrícola solicita um crédito. Falta, também, a sensibilização junto dos bancos para que apostem e financiem as atividades do setor agrícola. Realizar o cadastro dos empresários agrícolas nacionais, caso recebam o crédito possam ser monitorados para que o financiamento adquirido seja bem canalizado.

A. Dados da Entrevistada.

Sexo: () Masculino; (**X**) Feminino

Idade: () 14 – 17; () 18 - 25 ; () 26 – 35;

() 36 - 45; () acima de 55

(**X**) 46 - 55;

Função: Diretora da ADRA – Antena Huambo

Tempo de experiência na instituição: 18 anos

Grau de Escolaridade: Ensino Superior.

Interlocutora: **Diretora da ONG Ação para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA) - Antena Huambo**

Entrevista realizada no dia 21/09/2018.

B. PERGUNTAS

1. Quais as principais atividades desenvolvidas pela ADRA?

R: A ADRA baseia o seu trabalho num plano estratégico que prevê três programas principais, dois voltados para as comunidades (de camponeses e/ou agricultores) e um voltado para a capacidade interna da organização. No âmbito do primeiro programa trabalhamos quatro componentes: a primeira é a componente ligada ao apoio da produção agropecuária, segurança alimentar e nutricional das famílias camponesas; a segunda está ligada a questões do ambiente; uma terceira componente voltada ao poder local; e a quarta voltada ao saneamento básico.

No âmbito da produção agrícola, apoiamos os camponeses (e agricultores) organizados em associações e cooperativas no acesso aos meios de produção, construção de sistemas de irrigação, ao conhecimento sobre técnicas agrícolas para garantir que a sua atividade seja o mais rentável possível. Apoiamos, também, na vertente agrícola a componente de crédito, e adotamos uma metodologia de crédito semelhante de pequenos bancos na aldeia que chamamos de caixas comunitárias de crédito. É uma metodologia para que os camponeses e agricultores tenham acesso a recursos financeiros sem que tenham que enfrentar as excessivas burocracias que os bancos impõem. Infelizmente, em Angola, os bancos não são muito abertos a apoiar as atividades agrícolas, dados os riscos que essa atividade acarreta.

Com esses pequenos fundos, os camponeses e agricultores, conseguem desenvolver outras atividades como pequenos negócios (comércio) dado que as aldeias ficam distantes das grandes cidades, o que facilita o acesso aos produtos, industriais, básicos na aldeia, o que facilitaria a redução das distâncias que, principalmente mulheres, teriam de percorrer para adquirir esses produtos na cidade. A ADRA desenvolve as suas ações com financiamentos externos. Não temos apoio do governo. Conseguimos esses fundos no âmbito de um projeto financiado por uma petrolífera britânica, a BP.

Na linha da segunda componente, o ambiente, temos vindo a desenvolver ações de educação ambiental, ações concretas de plantação de árvores porque há áreas, como florestas, que durante o período da guerra ficaram bastante devastadas. Temos vindo a desenvolver ações no sentido de se fazer a reposição da cobertura vegetal de algumas áreas, principalmente as mais afetadas. Incentivamos, ainda, as famílias a adotarem a prática de culturas mais resistentes a seca, porque nos últimos tempos as chuvas têm sido muito irregulares, de tal modo que se dediquem as culturas mais resistentes, como a mandioca e a batata. No segundo programa, ligado à advocacia social, temos uma componente ligada a participação cívica; outra ligada a influência das políticas públicas. O terceiro programa é voltado para o desenvolvimento organizacional, onde trabalhamos as várias componentes do desenvolvimento do pessoal, gestão administrativa e financeira, do património e da vida associativa.

2. Dessas atividades, quais os municípios e comunas com que a ADRA tem trabalhado?

R: A nossa atividade, no Huambo, incide em três municípios: Caála, Bailundo e Longonjo. Na Caála e Longonjo fazemos a cobertura das quatro comunas, mas, no Bailundo das cinco comunas estamos apenas em três. Trabalhamos com 46 associações, e 12 cooperativas, isso perfaz um total de 2.595 membros, dos quais 998 mulheres. De forma indireta, apoiamos cerca de 12.205 famílias, porque o apoio prestado aos membros das associações e cooperativas em cada uma das comunidades os seus resultados refletem-se nas vidas dos demais membros dessas comunidades.

3. Com relação à Tchicala, quais as atividades, projetos ou planos de formação que tem realizado junto das comunidades rurais?

R: A ADRA não desenvolve ações no município ou comunas da Tchicala Choholhanga.

4. Tem conhecimento da existência da empresa chinesa, Jiangzhou Agriculture, Lda, no sambo? Caso sim conhece o modus operandi da empresa?

R: Temos conhecimento da existência da empresa, mas com muita pouca informação. Não temos informação sobre a essência do trabalho que esta empresa desenvolve. A percebemos, da existência, por causa deste conflito que surgiu. A ADRA faz parte do concerto das organizações da sociedade civil aqui do Huambo, no âmbito dos debates que temos vindo a realizar podemos nos aperceber da situação que essa empresa está a criar. Essa questão foi levantada por uma ONG nacional que, na altura, tinha intervenção no município da Tchicala, mas que infelizmente tiveram dificuldade de financiamento e pararam as ações no município.

5. Como a ADRA avalia o investimento chinês na agricultura angolana, e de modo particular, a presença destes na Tchicala?

R: Farei o meu comentário tendo em conta duas vertentes. Angola está num processo de desenvolvimento e para o efeito tem recorrido a parcerias com países como a China. Não fazemos somente uma avaliação negativa, essa parceria traz alguns benefícios para Angola, mas, por outro lado, se calhar, as estratégias que Angola tem vindo a adotar no processo de negociação com a China, cremos que, poderá também trazer alguns problemas para Angola. Tem se feito grandes investimentos, em quase todos os setores, e interessa falar do setor agrícola, mas a metodologia que tem sido adotada é que não tem sido a mais adequada. Não atribuo muito, se calhar, as falhas a China, mas sim, a nós os angolanos. Porque, nós angolanos, somos os donos da terra, e nós é que devemos ditar as regras ao negociarmos essas parcerias. Temos vindo a constatar que, ao longo desses anos, o governo angolano não optou muito pela via do diálogo com as comunidades, a tendência foi, sempre, enquanto governo impor-se e não ouvir a opinião da sociedade civil e das comunidades [rurais] fundamentalmente. Muitas das vezes os direitos dos cidadãos são violados por falta de conhecimento destes. Em alguns casos, atropelam-se as normas de convivência e a nossa própria legislação não respeitamos. Se por um lado a China traz um valor acrescido ao nosso país pelo investimento que está a fazer, por outro lado cria problemas, principalmente, para as zonas rurais. Estes, chineses, encontram maior facilidade nas zonas rurais devido à falta de conhecimento, acesso a informação que não têm essas comunidades para poderem defender os seus direitos e salvaguardar os seus interesses, principalmente. Precisamos neste contexto atual em que o país está a viver, é importante, que se dê volta a essa situação que haja maior diálogo. É importante que esses investimentos agrícolas aconteçam, mas é igualmente importante que este passe por via de um diálogo com as próprias comunidades locais, para que se tenha em conta as opiniões das comunidades rurais. A ADRA tem uma experiência, à nível do município da Caála, em que o governo da província havia contratado uma empresa brasileira para exploração de uma área vasta em que implicaria expropriação de terras de muitas famílias daquela região. Por ter sido numa região em que a ADRA tinha intervenção apercebemos da situação e apoiamos aquelas comunidades, de tal forma, a não perder as suas terras. Constituímos um advogado a favor das comunidades e este projeto fracassou, e até hoje somos conotados pelo governo do huambo por causa deste apoio que nós prestamos essas comunidades no sentido de preservar as suas terras. Muitas das vezes atropelam os interesses das comunidades em benefício de estrangeiros, por causa de algum proveito que retiram disso. Esta foi uma situação que vivemos ao longo desses anos todos, mas acreditamos que com a atual governação as coisas tendem a mudar, e esperamos que muitas coisas mudem em Angola, creio que vai se prestar mais atenção e valorizar-se o cidadão angolano.

6. Teriam dados referentes ao número de comunidades de camponeses com que trabalham e quais as principais culturas que estes produzem?

R: As culturas praticadas variam de região para região. Há culturas tradicionais que são praticadas em todas as regiões como as culturas do milho e do feijão.

Na parte sul do município da Caála, por exemplo, tem uma região que só se dedica as culturas de cereais e leguminosas, como o milho, feijão e soja. Na parte norte do município dedica-se mais as hortícolas, e produzem, atualmente, milho em pequena escala. Tal realidade é verificada também no município do Longonjo. Agora, o Bailundo dedica-se mais a cultura do milho e feijão, as hortícolas fazem em pequena escala.

7. Com relação à comunidade de camponeses da Tchicala, quais as principais dificuldades que estes apresentam?

R: A ADRA não desenvolve atividades no município em questão.

8. Como a ADRA avalia a pretensão da empresa chinesa de ampliar a área da fazenda até a zona dos moradores do Sachitemo, comuna do Sambo? Caso tenha conhecimento sobre a situação, qual tem sido o posicionamento da ADRA?

R: A DRA dentro do seu plano estratégico tem como o desafio trabalhar a componente terra, e prestaríamos a advocacia nessas comunidades. Não travaríamos as atividades da empresa, mas colocaríamos limites, de tal modo que pudessem preservar os direitos das próprias comunidades. A ADRA não está para colocar barreiras ao desenvolvimento, não está para travar as intenções dos grandes investidores, desde que respeitem também os interesses dos cidadãos. Temos vindo a constatar que as empresas estrangeiras que decidem investir em Angola, a par dos investimentos que fazem, têm sempre responsabilidades sociais para as comunidades da área em que estes pretendem intervir. Muitas das vezes não cumprem, no início, se comprometem, mas na prática não fazem nada. Esses investimentos abrem oportunidades de criação de mais empregos, no âmbito dessa responsabilidade social, podem criar condições de infraestruturas sociais, como construção de escolas, postos de saúde, em que se comprometem no período de negociação.

9. Faça um diagnóstico de produtividade sobre a situação atual do setor agrícola do município da Tchicala e/ou da província do Huambo.

R: A respeito das características dos solos nos três municípios da província, Caála, Bailundo e Longonjo, em que a ADRA está presente, são solos ferralíticos, ou seja, bastante cansados e isso tem implicado no uso de bastantes fertilizantes químicos, o que piora, ainda mais, a condição de fertilidade dos próprios solos. Nos últimos tempos, o Ministério da Agricultura tem vindo a apostar no processo de recuperação da fertilidade dos solos através da aplicação do calcário, embora ainda não tenha sido extensivo para todas as áreas. Um desafio que a ADRA tem tido nos últimos tempos, é do treinamento de técnicas que facilitem a recuperação dos solos usando produtos naturais. Temos vindo a desenvolver ações de reflexão sobre os efeitos negativos do uso excessivo dos fertilizantes químicos, de tal modo que os produtores comecem a ganhar consciência para se reverter o quadro. Temos feitos estudos de práticas de uso de compostagem e adubação fértil que são práticas que exigem tempo, e o camponês ou o pequeno agricultor não têm muita paciência, gostam de coisas rápidas, imediatas, daí que eles insistem que o adubo químico é o mais viável pela rapidez dos seus resultados. Já o adubo orgânico exige tempo e material suficiente para o efeito. Mas este é um processo cujos resultados poderemos obter a médio e longo prazo.

ANALISE SOCIOECONÔMICA DOS TRABALHADORES DA JIANGZHOU E DOS MORADORES DA ALDEIA DO SACHITEMO ATRAVÉS DO PERFIL DE EMPREGO E RENDA

①

PERFIL DE EMPREGO e RENDA

A. Dados do entrevistado

Sexo: Masculino; () Feminino

Idade: () 14 - 17; () 18 - 25; 26 - 35;

() 36 - 45; () acima de 55

() 46 - 55;

Função: campo e obra p/escala → Auxiliar de obra/obra

Tempo de experiência na instituição: 2 anos

Grau de Escolaridade:

Ensino primário (1.^a à 6.^a);

() I ciclo do ensino secundário (7.^a - 9.^a)

() II ciclo do ensino secundário (10.^a à 12.^a/13.^a)

() Bacharel (3.^o ano da licenciatura concluído)

() Ensino superior;

() Ensino superior incompleto

() Pós-graduação (mencionar): _____

B. PERGUNTAS

Entrevistados: Trabalhadores angolanos da Jiangzhou Agriculture, Lda.

- Qual a sua idade, e província de origem? 26 anos - Luchungo Huambo
- Como oriundo da província X, há quanto tempo vive na Tchicala? 14 anos -
- Vive com a sua família?
 - Sim
 - Não
- Quantas pessoas da sua família trabalham? Qual o tamanho da sua família? Apenas o entrevistado. Vive c/a esposa e a

5. Qual o valor mensal da renda familiar? (Valores expressos em kwanzas, no trabalho serão especificados o equivalente em USD.)
- Entre 10.000,00 e 30.000,00 ✓ (21000 Kz sendo 7 ganham f)
 - Entre 30.000,00 e 50.000,00
 - Entre 50.000,00 e 70.000,00
6. Quantas pessoas dependem do seu salário? 2
7. Antes de trabalhar com a empresa chinesa, trabalhava com o quê?
- Agropecuária ✓
 - Indústria
 - Construção
 - Comércio informal
 - Conta própria
 - Desempregado
8. Há quanto tempo está trabalhando com a empresa Jiangzhou? 2 anos
9. Quanto recebe de salário por mês? 21000 Kz
10. Do período em que está na empresa já teve algum aumento de salário?
- Sim
 - Não ✗
11. No caso de sim, quanto teve de aumento? não
12. Do salário que recebe, quais são as suas principais despesas? (em %, aproximadamente)
- Alimentação ✗
 - Aluguel
 - Saúde ✗
 - Educação
 - Vestuário
13. Como soube que a empresa estava precisando trabalhadores? Os amigos
- Anúncio na rádio, Tv ou jornal.
 - Era funcionário da empresa na província do Bié
 - Por um amigo ✗
 - Outro (qual?)

14. Sendo que trabalham sem contratos, e não durante o ano inteiro, em que altura são chamados? Obs: Perguntar os meses de cada período. *Ano inteiro*

- Cultivo
- Colheita (Safra)
- Entressafras

15. No momento em que a empresa não precisa do vosso trabalho, como tem conseguido dinheiro para sustentar a si e/ou a sua família?

- Biscato (Bico)
- Trabalha como auxiliar de obra
- Trabalha com agricultura ✓
- Venda de produtos agrícolas
- Fica desempregado

(Tempo livre para o sábado e domingo)

16. A casa onde mora é sua ou alugada? Para além de trabalhar com a Jiangzhou, tem terra onde produz alimentos para consumo ou venda? *Casei própria sim*

17. Trabalha quantas horas por dia?

- 6
- 8
- 10
- 12 ✓
- 14

18. Quais os dias da semana?

- De segunda a sexta-feira
- De segunda a sábado
- De domingo a domingo ✓

19. Dessas X horas em que trabalha, geralmente, quais as atividades que realiza e por quanto tempo? *auxiliar de obra / campo (limpar)*

20. Sendo que desempenha duas funções, de agricultor e auxiliar de obras, o salário que recebe é pelos dois serviços que realiza?

- Sim ✓
- Não

21. Resumidamente diz-nos, como tem sido a experiência de trabalhar com os chineses. Pretende continuar? Por quê? Haveria outra opção no município/província?

2

PERFIL DE EMPREGO e RENDA

A. Dados do entrevistado

Sexo: Masculino; () FemininoIdade: () 14 - 17; 18 - 25; () 26 - 35;

() 36 - 45; () acima de 55

() 46 - 55;

Função: auxiliar de obra/campo → agricultorTempo de experiência na instituição: 1 ano

Grau de Escolaridade:

() Ensino primário (1.^a à 6.^a); I ciclo do ensino secundário (7.^a - 9.^a)() II ciclo do ensino secundário (10.^a à 12.^a/13.^a)() Bacharel (3.^o ano da licenciatura concluído)

() Ensino superior;

() Ensino superior incompleto

() Pós-graduação (mencionar): _____

B. PERGUNTAS

Entrevistados: Trabalhadores angolanos da Jiangzhou Agriculture, Lda.

1. Qual a sua idade, e província de origem? 18 - Samba
2. Como oriundo da província X, há quanto tempo vive na Tchicala?
3. Vive com a sua família? (mãe/filho)
 - Sim
 - Não
4. Quantas pessoas da sua família trabalham? Qual o tamanho da sua família? apenas o trabalhador. Apenas 2.

5. Qual o valor mensal da renda familiar? (Valores expressos em kwanzas, no trabalho serão especificados o equivalente em USD.) *21.000 Kz*
- Entre 10.000,00 e 30.000,00 ✓
 - Entre 30.000,00 e 50.000,00
 - Entre 50.000,00 e 70.000,00
6. Quantas pessoas dependem do seu salário? *2*
7. Antes de trabalhar com a empresa chinesa, trabalhava com o quê?
- Agropecuária ✓ (*conta fró frua*)
 - Indústria
 - Construção
 - Comércio informal
 - Conta própria
 - Desempregado
8. Há quanto tempo está trabalhando com a empresa Jiangzhou? *1 ano*
9. Quanto recebe de salário por mês? *21.000 Kz*
10. Do período em que está na empresa já teve algum aumento de salário?
- Sim
 - Não ✗
11. No caso de sim, quanto teve de aumento? *não*
12. Do salário que recebe, quais são as suas principais despesas? (em %, aproximadamente)
- Alimentação ✗
 - Aluguel
 - Saúde ✗
 - Educação
 - Vestuário
13. Como soube que a empresa estava precisando trabalhadores?
- Anúncio na rádio, Tv ou jornal.
 - Era funcionário da empresa na província do Bié
 - Por um amigo ✗
 - Outro (qual?)

14. Sendo que trabalham sem contratos, e não durante o ano inteiro, em que altura são chamados? Obs: Perguntar os meses de cada período. *Ano inteiro.*

- Cultivo
- Colheita (Safra)
- Entressafras

15. No momento em que a empresa não precisa do vosso trabalho, como tem conseguido dinheiro para sustentar a si e/ou a sua família?

- Biscato (Bico)
- Trabalha como auxiliar de obra
- Trabalha com agricultura ✓
- Venda de produtos agrícolas ✓ (*pequena escala*)
- Fica desempregado

Casa própria
16. A casa onde mora é sua ou alugada? Para além de trabalhar com a Jiangzhou, tem terra onde produz alimentos para consumo ou venda? *Sim.*

17. Trabalha quantas horas por dia?

- 6
- 8
- 10
- 12 ✓
- 14

18. Quais os dias da semana?

- De segunda a sexta-feira
- De segunda a sábado
- De domingo a domingo ✓

19. Dessas X horas em que trabalha, geralmente, quais as atividades que realiza e por quanto tempo? *auxiliar de obra / limpeza do campo por dia.*

20. Sendo que desempenha duas funções, de agricultor e auxiliar de obras, o salário que recebe é pelos dois serviços que realiza?

- Sim X
- Não

21. Resumidamente diz-nos, como tem sido a experiência de trabalhar com os chineses. Pretende continuar? Por quê? Haveria outra opção no município/província?

3

PERFIL DE EMPREGO e RENDA

A. Dados do entrevistado

Sexo: Masculino; () Feminino

Idade: () 14 - 17; 18 - 25 ; () 26 - 35;

() 36 - 45; () acima de 55

() 46 - 55;

Função: auxiliar de chaf. campo

Tempo de experiência na instituição: 1 ano

Grau de Escolaridade:

() Ensino primário (1.^a à 6.^a);

I ciclo do ensino secundário (7.^a - 9.^a)

() II ciclo do ensino secundário (10.^a à 12.^a/13.^a)

() Bacharel (3.^o ano da licenciatura concluído)

() Ensino superior;

() Ensino superior incompleto

() Pós-graduação (mencionar): _____

B. PERGUNTAS

Entrevistados: Trabalhadores angolanos da Jiangzhou Agriculture, Lda.

1. Qual a sua idade, e província de origem? Huambo - Tchicala
2. Como oriundo da província X, há quanto tempo vive na Tchicala?
3. Vive com a sua família? (pais, irmãos e sobrinho)
 - Sim
 - Não
4. Quantas pessoas da sua família trabalham? Qual o tamanho da sua família?
2 pessoas; Total 8.

5. Qual o valor mensal da renda familiar? (Valores expressos em kwanzas, no trabalho serão especificados o equivalente em USD.)
- Entre 10.000,00 e 30.000,00 ✓
 - Entre 30.000,00 e 50.000,00
 - Entre 50.000,00 e 70.000,00
6. Quantas pessoas dependem do seu salário? *6 pessoas*
7. Antes de trabalhar com a empresa chinesa, trabalhava com o quê?
- Agropecuária ✓ (*Fazenda do Sr. Longo*)
 - Indústria
 - Construção
 - Comércio informal
 - Conta própria
 - Desempregado
8. Há quanto tempo está trabalhando com a empresa Jiangzhou? *1 ano*
9. Quanto recebe de salário por mês? *21.000 Kz*
10. Do período em que está na empresa já teve algum aumento de salário?
- Sim
 - Não ✗
11. No caso de sim, quanto teve de aumento? *não*
12. Do salário que recebe, quais são as suas principais despesas? (em %, aproximadamente)
- Alimentação ✗
 - Aluguel
 - Saúde ✗
 - Educação
 - Vestuário ✗
13. Como soube que a empresa estava precisando trabalhadores?
- Anúncio na rádio, Tv ou jornal.
 - Era funcionário da empresa na província do Bié
 - Por um amigo ✗
 - Outro (qual?)

14. Sendo que trabalham sem contratos, e não durante o ano inteiro, em que altura são chamados? Obs: Perguntar os meses de cada período. *Ano inteiro.*

- Cultivo
- Colheita (Safra)
- Entressafras

15. No momento em que a empresa não precisa do vosso trabalho, como tem conseguido dinheiro para sustentar a si e/ou a sua família?

- Biscato (Bico)
- Trabalha como auxiliar de obra
- Trabalha com agricultura ✓
- Venda de produtos agrícolas
- Fica desempregado

Casa dos pais

16. A casa onde mora é sua ou alugada? Para além de trabalhar com a Jiangzhou, tem terra onde produz alimentos para consumo ou venda? *Sim.*

17. Trabalha quantas horas por dia?

- 6
- 8
- 10
- 12 ✓
- 14

18. Quais os dias da semana?

- De segunda a sexta-feira
- De segunda a sábado
- De domingo a domingo ✓

19. Dessas X horas em que trabalha, geralmente, quais as atividades que realiza e por quanto tempo? *auxiliar de obra (fazendo blocos)*

20. Sendo que desempenha duas funções, de agricultor e auxiliar de obras, o salário que recebe é pelos dois serviços que realiza?

- Sim X
- Não

21. Resumidamente diz-nos, como tem sido a experiência de trabalhar com os chineses. Pretende continuar? Por quê? Haveria outra opção no município/província?

PERFIL DE EMPREGO e RENDA

A. Dados do entrevistado

Sexo: Masculino; () Feminino
 Idade: () 14 - 17; 18 - 25; () 26 - 35;
 () 36 - 45; () acima de 55
 () 46 - 55;

Função: auxiliar de obra/campo

Tempo de experiência na instituição: 1 ano

Grau de Escolaridade:

- () Ensino primário (1.^a à 6.^a);
 I ciclo do ensino secundário (7.^a - 9.^a)
 () II ciclo do ensino secundário (10.^a à 12.^a/13.^a)
 () Bacharel (3.^o ano da licenciatura concluído)
 () Ensino superior;
 () Ensino superior incompleto
 () Pós-graduação (mencionar): _____

B. PERGUNTAS

Entrevistados: Trabalhadores angolanos da Jiangzhou Agriculture, Lda.

1. Qual a sua idade, e província de origem? Huambo - Samba
2. Como oriundo da província X, há quanto tempo vive na Tchicala?
3. Vive com a sua família?
 - Sim (pais; irmãs)
 - Não
4. Quantas pessoas da sua família trabalham? Qual o tamanho da sua família?
8 pessoas. Trabalham 4 pessoas

5. Qual o valor mensal da renda familiar? (Valores expressos em kwanzas, no trabalho serão especificados o equivalente em USD.)
- Entre 10.000,00 e 30.000,00 ✓
 - Entre 30.000,00 e 50.000,00
 - Entre 50.000,00 e 70.000,00
6. Quantas pessoas dependem do seu salário? *4 pessoas.*
7. Antes de trabalhar com a empresa chinesa, trabalhava com o quê?
- Agropecuária ✓ *(lavna própria).*
 - Indústria
 - Construção
 - Comércio informal
 - Conta própria
 - Desempregado
8. Há quanto tempo está trabalhando com a empresa Jiangzhou? *1 ano*
9. Quanto recebe de salário por mês? *21.000 KZ*
10. Do período em que está na empresa já teve algum aumento de salário?
- Sim
 - Não ✓
11. No caso de sim, quanto teve de aumento? *não*
12. Do salário que recebe, quais são as suas principais despesas? (em %, aproximadamente)
- Alimentação ✓
 - Aluguel
 - Saúde
 - Educação
 - Vestuário ✓
13. Como soube que a empresa estava precisando trabalhadores?
- Anúncio na rádio, Tv ou jornal.
 - Era funcionário da empresa na província do Bié
 - Por um amigo
 - Outro (qual?) ✓ *veio até a fazenda.*

14. Sendo que trabalham sem contratos, e não durante o ano inteiro, em que altura são chamados? Obs: Perguntar os meses de cada período. *Ano inteiro*

- Cultivo
- Colheita (Safrá)
- Entressafras

15. No momento em que a empresa não precisa do vosso trabalho, como tem conseguido dinheiro para sustentar a si e/ou a sua família?

- Biscato (Bico)
- Trabalha como auxiliar de obra
- Trabalha com agricultura ✓
- Venda de produtos agrícolas
- Fica desempregado

16. A casa onde mora é sua ou alugada? Para além de trabalhar com a Jiangzhou, tem terra onde produz alimentos para consumo ou venda?

17. Trabalha quantas horas por dia?

- 6
- 8
- 10
- 12 ✓
- 14

18. Quais os dias da semana?

- De segunda a sexta-feira
- De segunda a sábado
- De domingo a domingo ✓

19. Dessas X horas em que trabalha, geralmente, quais as atividades que realiza e por quanto tempo? *Desacumagamento de material para obra; limpar o campo.*

20. Sendo que desempenha duas funções, de agricultor e auxiliar de obras, o salário que recebe é pelos dois serviços que realiza?

- Sim ✓
- Não

21. Resumidamente diz-nos, como tem sido a experiência de trabalhar com os chineses. Pretende continuar? Por quê? Haveria outra opção no município/província?

*Casa
dos
pais*

5

PERFIL DE EMPREGO e RENDA

A. Dados do entrevistado

Sexo: Masculino; () FemininoIdade: () 14 - 17; () 18 - 25; 26 - 35;

() 36 - 45; () acima de 55

() 46 - 55;

Função: auxiliar de obra/campoTempo de experiência na instituição: 1 ano

Grau de Escolaridade:

 Ensino primário (1.^a à 6.^a);() I ciclo do ensino secundário (7.^a - 9.^a)() II ciclo do ensino secundário (10.^a à 12.^a/13.^a)() Bacharel (3.^o ano da licenciatura concluído)

() Ensino superior;

() Ensino superior incompleto

() Pós-graduação (mencionar): _____

B. PERGUNTAS

Entrevistados: Trabalhadores angolanos da Jiangzhou Agriculture, Lda.

1. Qual a sua idade, e província de origem? Heambo-Sambe
2. Como oriundo da província X, há quanto tempo vive na Tchicala?
3. Vive com a sua família? (mulher; 5 filhos)
 - Sim
 - Não
4. Quantas pessoas da sua família trabalham? Qual o tamanho da sua família?

Apenas 1. 7.

5. Qual o valor mensal da renda familiar? (Valores expressos em kwanzas, no trabalho serão especificados o equivalente em USD.)

- Entre 10.000,00 e 30.000,00 ✓
- Entre 30.000,00 e 50.000,00
- Entre 50.000,00 e 70.000,00

6. Quantas pessoas dependem do seu salário? 6

7. Antes de trabalhar com a empresa chinesa, trabalhava com o quê?

- Agropecuária
- Indústria
- Construção
- Comércio informal
- Conta própria
- Desempregado (segurança) →

8. Há quanto tempo está trabalhando com a empresa Jiangzhou? 1 ano -

9. Quanto recebe de salário por mês? 2.000 KZ

10. Do período em que está na empresa já teve algum aumento de salário?

- Sim
- Não X

11. No caso de sim, quanto teve de aumento? não

12. Do salário que recebe, quais são as suas principais despesas? (em %, aproximadamente)

- Alimentação ✓
- Aluguel
- Saúde ✓
- Educação ✓
- Vestuário ✓

13. Como soube que a empresa estava precisando trabalhadores?

- Anúncio na rádio, Tv ou jornal.
- Era funcionário da empresa na província do Bié
- Por um amigo
- Outro (qual?) X

X Aviso do Soba

14. Sendo que trabalham sem contratos, e não durante o ano inteiro, em que altura são chamados? Obs: Perguntar os meses de cada período. *Ano inteiro*

- Cultivo
- Colheita (Safrá)
- Entressafras

15. No momento em que a empresa não precisa do vosso trabalho, como tem conseguido dinheiro para sustentar a si e/ou a sua família?

- Biscato (Bico)
- Trabalha como auxiliar de obra
- Trabalha com agricultura ✓ *(lavra própria)*
- Venda de produtos agrícolas
- Fica desempregado

base própria

16. A casa onde mora é sua ou alugada? Para além de trabalhar com a Jiangzhou, tem terra onde produz alimentos para consumo ou venda? *para consumo*

17. Trabalha quantas horas por dia?

- 6
- 8
- 10
- 12 ✓
- 14

18. Quais os dias da semana?

- De segunda a sexta-feira
- De segunda a sábado
- De domingo a domingo ✓

19. Dessas X horas em que trabalha, geralmente, quais as atividades que realiza e por quanto tempo? *Auxiliando no campo / e na construção*

20. Sendo que desempenha duas funções, de agricultor e auxiliar de obras, o salário que recebe é pelos dois serviços que realiza?

- Sim ✗
- Não

21. Resumidamente diz-nos, como tem sido a experiência de trabalhar com os chineses. Pretende continuar? Por quê? Haveria outra opção no município/província?



PERFIL DE EMPREGO e RENDA

A. Dados do entrevistado

Sexo: Masculino; () Feminino
 Idade: () 14 - 17; 18 - 25; () 26 - 35;
 () 36 - 45; () acima de 55
 () 46 - 55;

Função: auxiliar de campo

Tempo de experiência na instituição: _____

Grau de Escolaridade:

- Ensino primário (1.^a à 6.^a);
 () I ciclo do ensino secundário (7.^a - 9.^a)
 () II ciclo do ensino secundário (10.^a à 12.^a/13.^a)
 () Bacharel (3.^o ano da licenciatura concluído)
 () Ensino superior;
 () Ensino superior incompleto
 () Pós-graduação (mencionar): _____

B. PERGUNTAS

Entrevistados: Trabalhadores angolanos da Jiangzhou Agriculture, Lda.

1. Qual a sua idade, e província de origem? Huambo - Sotchiutemo
2. Como oriundo da província X, há quanto tempo vive na Tchicala?
3. Vive com a sua família? (mãe e cinco irmãs)
 - Sim
 - Não
4. Quantas pessoas da sua família trabalham? Qual o tamanho da sua família?
6. 7.

5. Qual o valor mensal da renda familiar? (Valores expressos em kwanzas, no trabalho serão especificados o equivalente em USD.)
- Entre 10.000,00 e 30.000,00 ✓
 - Entre 30.000,00 e 50.000,00
 - Entre 50.000,00 e 70.000,00
6. Quantas pessoas dependem do seu salário? *nenhum*
7. Antes de trabalhar com a empresa chinesa, trabalhava com o quê?
- Agropecuária ✓ *(campo da família)*
 - Indústria
 - Construção
 - Comércio informal
 - Conta própria
 - Desempregado
8. Há quanto tempo está trabalhando com a empresa Jiangzhou? *4 meses*
9. Quanto recebe de salário por mês? *21000 KZ*
10. Do período em que está na empresa já teve algum aumento de salário?
- Sim
 - Não ✓
11. No caso de sim, quanto teve de aumento? *não*
12. Do salário que recebe, quais são as suas principais despesas? (em %, aproximadamente)
- Alimentação ✓
 - Aluguel
 - Saúde ✓
 - Educação
 - Vestuário ✓
13. Como soube que a empresa estava precisando trabalhadores?
- Anúncio na rádio, Tv ou jornal.
 - Era funcionário da empresa na província do Bié
 - Por um amigo ✓
 - Outro (qual?)

14. Sendo que trabalham sem contratos, e não durante o ano inteiro, em que altura são chamados? Obs: Perguntar os meses de cada período. *Ano inteiro*

- Cultivo
- Colheita (Safra)
- Entressafras

15. No momento em que a empresa não precisa do vosso trabalho, como tem conseguido dinheiro para sustentar a si e/ou a sua família?

- Biscato (Bico)
- Trabalha como auxiliar de obra
- Trabalha com agricultura ✓
- Venda de produtos agrícolas
- Fica desempregado

16. A casa onde mora é sua ou alugada? Para além de trabalhar com a Jiangzhou, tem terra onde produz alimentos para consumo ou venda? *Comer.*

17. Trabalha quantas horas por dia?

- 6
- 8
- 10
- 12 ✓
- 14

18. Quais os dias da semana?

- De segunda a sexta-feira
- De segunda a sábado
- De domingo a domingo ✓

19. Dessas X horas em que trabalha, geralmente, quais as atividades que realiza e por quanto tempo? *Campo limpando; Obra Confecção de blocos*

20. Sendo que desempenha duas funções, de agricultor e auxiliar de obras, o salário que recebe é pelos dois serviços que realiza?

- Sim ✓
- Não

21. Resumidamente diz-nos, como tem sido a experiência de trabalhar com os chineses. Pretende continuar? Por quê? Haveria outra opção no município/província?

Casa do pai

5. Qual o valor mensal da renda familiar? (Valores expressos em kwanzas, no trabalho serão especificados o equivalente em USD.)
- Entre 10.000,00 e 30.000,00 ✓
 - Entre 30.000,00 e 50.000,00
 - Entre 50.000,00 e 70.000,00
6. Quantas pessoas dependem do seu salário? 2
7. Antes de trabalhar com a empresa chinesa, trabalhava com o quê?
- Agropecuária
 - Indústria
 - Construção ✓
 - Comércio informal
 - Conta própria
 - Desempregado
8. Há quanto tempo está trabalhando com a empresa Jiangzhou? 1 ano
9. Quanto recebe de salário por mês? 21.000 (700 Kz/dia)
10. Do período em que está na empresa já teve algum aumento de salário?
- Sim
 - Não ✓
11. No caso de sim, quanto teve de aumento? não
12. Do salário que recebe, quais são as suas principais despesas? (em %, aproximadamente)
- Alimentação ✓
 - Aluguel
 - Saúde
 - Educação ✓
 - Vestuário ✓
13. Como soube que a empresa estava precisando trabalhadores?
- Anúncio na rádio, Tv ou jornal.
 - Era funcionário da empresa na província do Bié
 - Por um amigo ✓
 - Outro (qual?)

14. Sendo que trabalham sem contratos, e não durante o ano inteiro, em que altura são chamados? Obs: Perguntar os meses de cada periodo. *Ano inteiro*
- Cultivo
 - Colheita (Safra)
 - Entressafras
15. No momento em que a empresa não precisa do vosso trabalho, como tem conseguido dinheiro para sustentar a si e/ou a sua família?
- Biscato (Bico)
 - Trabalha como auxiliar de obra
 - Trabalha com agricultura ✓ (*terreno própria*)
 - Venda de produtos agrícolas
 - Fica desempregado
16. A casa onde mora é sua ou alugada? Para além de trabalhar com a Jiangzhou, tem terra onde produz alimentos para consumo ou venda?
17. Trabalha quantas horas por dia?
- 6
 - 8
 - 10
 - 12 ✓
 - 14
18. Quais os dias da semana?
- De segunda a sexta-feira
 - De segunda a sábado
 - De domingo a domingo ✓
19. Dessas X horas em que trabalha, geralmente, quais as atividades que realiza e por quanto tempo? *confeção de bloco/limpeza do campo*
20. Sendo que desempenha duas funções, de agricultor e auxiliar de obras, o salário que recebe é pelos dois serviços que realiza?
- Sim ✓
 - Não
21. Resumidamente diz-nos, como tem sido a experiência de trabalhar com os chineses. Pretende continuar? Por quê? Haveria outra opção no município/província?



PERFIL DE EMPREGO e RENDA

A. Dados do entrevistado

Sexo: Masculino; () Feminino

Idade: () 14 - 17; () 18 - 25; () 26 - 35;

() 36 - 45; () acima de 55

() 46 - 55;

Função: _____

Tempo de experiência na instituição: 3 Semanas

Grau de Escolaridade:

() Ensino primário (1.^a à 6.^a);

I ciclo do ensino secundário (7.^a - 9.^a)

() II ciclo do ensino secundário (10.^a à 12.^a/13.^a)

() Bacharel (3.^o ano da licenciatura concluído)

() Ensino superior;

() Ensino superior incompleto

() Pós-graduação (mencionar): _____

B. PERGUNTAS

Entrevistados: Trabalhadores angolanos da Jiangzhou Agriculture, Lda.

1. Qual a sua idade, e província de origem? Huambo - Saitehute mo
2. Como oriundo da província X, há quanto tempo vive na Tchicala?
3. Vive com a sua família? (mulher; 1-filho)
 - Sim
 - Não
4. Quantas pessoas da sua família trabalham? Qual o tamanho da sua família?

1. 3.

5. Qual o valor mensal da renda familiar? (Valores expressos em kwanzas, no trabalho serão especificados o equivalente em USD.)
- Entre 10.000,00 e 30.000,00 ✓
 - Entre 30.000,00 e 50.000,00
 - Entre 50.000,00 e 70.000,00
6. Quantas pessoas dependem do seu salário? 2
7. Antes de trabalhar com a empresa chinesa, trabalhava com o quê?
- Agropecuária ✓ (empresa privada)
 - Indústria
 - Construção
 - Comércio informal
 - Conta própria
 - Desempregado
8. Há quanto tempo está trabalhando com a empresa Jiangzhou? 3 semanas
9. Quanto recebe de salário por mês? 21000 KZ
10. Do período em que está na empresa já teve algum aumento de salário?
- Sim
 - Não ✗
11. No caso de sim, quanto teve de aumento? nada
12. Do salário que recebe, quais são as suas principais despesas? (em % aproximadamente)
- Alimentação ✓
 - Aluguel
 - Saúde ✓
 - Educação
 - Vestuário
13. Como soube que a empresa estava precisando trabalhadores?
- Anúncio na rádio, Tv ou jornal.
 - Era funcionário da empresa na província do Bié
 - Por um amigo ✓
 - Outro (qual?)

14. Sendo que trabalham sem contratos, e não durante o ano inteiro, em que altura são chamados? Obs: Perguntar os meses de cada período.

- Cultivo
- Colheita (Safra)
- Entressafras

Ano inteiro

15. No momento em que a empresa não precisa do vosso trabalho, como tem conseguido dinheiro para sustentar a si e/ou a sua família?

- Biscato (Bico)
- Trabalha como auxiliar de obra
- Trabalha com agricultura ✓
- Venda de produtos agrícolas
- Fica desempregado

(-fl alimentação)

casa própria

16. A casa onde mora é sua ou alugada? Para além de trabalhar com a Jiangzhou, tem terra onde produz alimentos para consumo ou venda? *sim, consumo.*

17. Trabalha quantas horas por dia?

- 6
- 8
- 10
- 12 ✓
- 14

18. Quais os dias da semana?

- De segunda a sexta-feira
- De segunda a sábado
- De domingo a domingo ✓

19. Dessas X horas em que trabalha, geralmente, quais as atividades que realiza e por quanto tempo? *(campo/obra)*

20. Sendo que desempenha duas funções, de agricultor e auxiliar de obras, o salário que recebe é pelos dois serviços que realiza?

- Sim ✓
- Não

21. Resumidamente diz-nos, como tem sido a experiência de trabalhar com os chineses. Pretende continuar? Por quê? Haveria outra opção no município/provincia?

9

PERFIL DE EMPREGO e RENDA

A. Dados do entrevistado

Sexo: Masculino; () Feminino

Idade: () 14 - 17; () 18 - 25; 26 - 35;

() 36 - 45; () acima de 55

() 46 - 55;

Função: _____

Tempo de experiência na instituição: 3 semanas

Grau de Escolaridade:

() Ensino primário (1.^a à 6.^a);

() I ciclo do ensino secundário (7.^a - 9.^a)

II ciclo do ensino secundário (10.^a à 12.^a/13.^a)

() Bacharel (3.^o ano da licenciatura concluído)

() Ensino superior;

() Ensino superior incompleto

() Pós-graduação (mencionar): _____

B. PERGUNTAS

Entrevistados: Trabalhadores angolanos da Jiangzhou Agriculture, Lda.

1. Qual a sua idade, e província de origem? Huambo - Sete e meio
2. Como oriundo da província X, há quanto tempo vive na Tchicala?
3. Vive com a sua família? (mulher; 1 filho)
 - Sim
 - Não
4. Quantas pessoas da sua família trabalham? Qual o tamanho da sua família?
2 pessoas 3 pessoas

5. Qual o valor mensal da renda familiar? (Valores expressos em kwanzas, no trabalho serão especificados o equivalente em USD.)
- Entre 10.000,00 e 30.000,00 ✓
 - Entre 30.000,00 e 50.000,00
 - Entre 50.000,00 e 70.000,00
6. Quantas pessoas dependem do seu salário? 1
7. Antes de trabalhar com a empresa chinesa, trabalhava com o quê?
- Agropecuária
 - Indústria
 - Construção
 - Comércio informal
 - Conta própria
 - Desempregado
8. Há quanto tempo está trabalhando com a empresa Jiangzhou? 3 semanas
* *Padaria* ✓
9. Quanto recebe de salário por mês? 21000 KZ (700 KZ/dia)
10. Do período em que está na empresa já teve algum aumento de salário?
- Sim
 - Não ✓
11. No caso de sim, quanto teve de aumento? *nao*
12. Do salário que recebe, quais são as suas principais despesas? (em %, aproximadamente)
- Alimentação ✓
 - Aluguel
 - Saúde
 - Educação
 - Vestuário
13. Como soube que a empresa estava precisando trabalhadores?
- Anúncio na rádio, Tv ou jornal.
 - Era funcionário da empresa na província do Bié
 - Por um amigo ✓
 - Outro (qual?)

14. Sendo que trabalham sem contratos, e não durante o ano inteiro, em que altura são chamados? Obs: Perguntar os meses de cada período. *Ano inteiro*

- Cultivo
- Colheita (Safra)
- Entressafras

15. No momento em que a empresa não precisa do vosso trabalho, como tem conseguido dinheiro para sustentar a si e/ou a sua família?

- Biscato (Bico)
- Trabalha como auxiliar de obra
- Trabalha com agricultura ✓ (*para venda e consumo*)
- Venda de produtos agrícolas
- Fica desempregado

casa própria

16. A casa onde mora é sua ou alugada? Para além de trabalhar com a Jiangzhou, tem terra onde produz alimentos para consumo ou venda? *Ambas*

17. Trabalha quantas horas por dia?

- 6
- 8
- 10
- 12 ✓
- 14

18. Quais os dias da semana?

- De segunda a sexta-feira
- De segunda a sábado
- De domingo a domingo ✓

19. Dessas X horas em que trabalha, geralmente, quais as atividades que realiza e por quanto tempo? *campo/limpeza e auxiliar de obra*

20. Sendo que desempenha duas funções, de agricultor e auxiliar de obras, o salário que recebe é pelos dois serviços que realiza?

- Sim ✓
- Não

21. Resumidamente diz-nos, como tem sido a experiência de trabalhar com os chineses. Pretende continuar? Por quê? Haveria outra opção no município/província?

10

PERFIL DE EMPREGO e RENDA**A. Dados do entrevistado**

Sexo: () Masculino; Feminino
 Idade: () 14 - 17; 18 - 25; () 26 - 35;
 () 36 - 45; () acima de 55
 () 46 - 55;

Função: Camponesa

Tempo de experiência na instituição: 9 meses

Grau de Escolaridade:

- Ensino primário (1.^a à 6.^a);
 () I ciclo do ensino secundário (7.^a - 9.^a)
 () II ciclo do ensino secundário (10.^a à 12.^a/13.^a)
 () Bacharel (3.^o ano da licenciatura concluído)
 () Ensino superior;
 () Ensino superior incompleto
 () Pós-graduação (mencionar): _____

B. PERGUNTAS

Entrevistados: Trabalhadores angolanos da Jiangzhou Agriculture, Lda.

- Qual a sua idade, e província de origem? Hbo - Soe Chitemo
- Como oriundo da província X, há quanto tempo vive na Tchicala?
- Vive com a sua família?
 - Sim (pais; 7 irmãos)
 - Não
- Quantas pessoas da sua família trabalham? Qual o tamanho da sua família?
1. 70.

5. Qual o valor mensal da renda familiar? (Valores expressos em kwanzas, no trabalho serão especificados o equivalente em USD.)
- Entre 10.000,00 e 30.000,00 ✓
 - Entre 30.000,00 e 50.000,00
 - Entre 50.000,00 e 70.000,00
6. Quantas pessoas dependem do seu salário? 9.
7. Antes de trabalhar com a empresa chinesa, trabalhava com o quê?
- Agropecuária ✓ (faz)
 - Indústria
 - Construção
 - Comércio informal
 - Conta própria
 - Desempregado
8. Há quanto tempo está trabalhando com a empresa Jiangzhou? 9 meses
9. Quanto recebe de salário por mês? 21.000 KZ
10. Do período em que está na empresa já teve algum aumento de salário?
- Sim
 - Não X
11. No caso de sim, quanto teve de aumento? não
12. Do salário que recebe, quais são as suas principais despesas? (em %, aproximadamente)
- Alimentação ✓
 - Aluguel
 - Saúde
 - Educação
 - Vestuário
13. Como soube que a empresa estava precisando trabalhadores? * Beleza (cabelo postizo / aflique)
- Anúncio na rádio, Tv ou jornal.
 - Era funcionário da empresa na província do Bié
 - Por um amigo X
 - Outro (qual?)

14. Sendo que trabalham sem contratos, e não durante o ano inteiro, em que altura são chamados? Obs: Perguntar os meses de cada período.

- Cultivo
- Colheita (Safra)
- Entressafras

Ano inteiro

15. No momento em que a empresa não precisa do vosso trabalho, como tem conseguido dinheiro para sustentar a si e/ou a sua família?

- Biscato (Bico)
- Trabalha como auxiliar de obra
- Trabalha com agricultura ✓
- Venda de produtos agrícolas
- Fica desempregado

(p/ alimentação)

casa própria

16. A casa onde mora é sua ou alugada? Para além de trabalhar com a Jiangzhou, tem terra onde produz alimentos para consumo ou venda? *sim, consumo*

17. Trabalha quantas horas por dia?

- 6
- 8
- 10
- 12 ✓
- 14

18. Quais os dias da semana?

- De segunda a sexta-feira
- De segunda a sábado
- De domingo a domingo ✓

19. Dessas X horas em que trabalha, geralmente, quais as atividades que realiza e por quanto tempo? *(campo/obra)*

20. Sendo que desempenha duas funções, de agricultor e auxiliar de obras, o salário que recebe é pelos dois serviços que realiza?

- Sim ✓
- Não

21. Resumidamente diz-nos, como tem sido a experiência de trabalhar com os chineses. Pretende continuar? Por quê? Haveria outra opção no município/provincia?

Interlocutores: Trabalhadores angolanos da Jiangzhou Agriculture, Lda.

Entrevistas realizadas no dia 22/09/2018.

Resumidamente diz-nos, como tem sido a experiência de trabalhar com os chineses. Pretende continuar? Por quê? Haveria outra opção no município/província?

Trabalhador 1: Quero que trabalhemos bem com eles (chineses), então, não nos façam mal porque nós chegamos aqui para trabalhar e não roubar. Queremos que diminuam o horário do almoço e aumentem o salário, de 700 AKZ por dia (o equivalente a 2, 32 USD) para 1300 AKZ por dia (o equivalente a 4, 30 USD) porque o trabalho é muito pesado, chegamos a casa e dormimos mal com o corpo bem cansado. Se falhas um trabalho aí para te ensinarem, levas uma chapada (tapa). Se não queres levar uma chapada, tens de ter força, você mede com ele. Pretendo continuar a trabalhar aqui porque não tenho mais aonde ir.

Trabalhador 2: Não tenho gostado de trabalhar aqui, mas pretendo continuar, se houvesse outro lugar sairia.

Trabalhador 3: Aqui é quase negativo, coisa negativa, porque os chineses são muitos complicados. Uma pequena coisa pode ser errada ou certa, só mandam ir para casa, e também, obrigam a pessoa a fazer uma coisa que não quer. O trabalho é muito forçado e o dinheiro é pouco, estamos a depender deles, aqui é só fazer por fazer, não é intenção de a pessoa ficar tanto tempo a trabalhar aqui, também, se tivesse outra opção mudaria, mas é só já se remediar.

Trabalhador 4: Tem sido normal, mas eles nos tratam tipo somos escravos deles. A pessoa não pode mais descansar te mandam logo trabalhar, pelo menos uns 5 minutos eles nem permitem isso. Sim pretendo, a pessoa tem que trabalhar se tivesse outra opção deixaria. O salário também é muito baixo, uns 1300 AKZ (cerca de 4, 30 USD) por dia já seria normal.

Trabalhador 5: Trabalhar aqui tem sido mais ou menos, porque conforme trabalhamos, a comida trouxemos de nossas casas. Se descontarmos a comida estamos a ganhar 400 AKZ/dia (o equivalente a 1,32 USD), e uma das nossas principais dificuldades é a comida. Se o salário aumentar um pouco a gente vai aguentar. No Huambo, município sede, o trabalho também está difícil, só encontramos trabalho de segurança (vigilante) e não queremos por causa dos perigos.

Trabalhador 6: Trabalhar com os chineses, é normal. Vou continuar, mas a comida é nossa e o próprio trabalho é para entrar 6h e sair às 18h, pelo menos até 16h.

Trabalhador 7: Aqui o trabalho às vezes nós bazamos (vamos) no campo, às vezes ficamos aqui na obra a fazer blocos, descarregar os materiais dos caminhões e o salário é pouco. Entramos às 6h e saímos às 18h. Pretendo ficar, mas se aparecer outro trabalho vou sair.

Trabalhador 8: O trabalho estamos a levar, o que tem sido difícil é o horário, entramos às 6h e terminamos às 11:30 para repouso do almoço, voltamos às 13h para sair às 18h, pelo menos regressarmos (no trabalho) às 14h e sairmos às 17:30, seria normal. O valor do salário depende de si, se trabalhas todos os dias da semana podes receber 21.000 AKZ (equivalente a 69 USD) no final do mês, se trabalhas uma vez ou outra na semana consegue tirar 13 a 14.000

AKZ no mês (cerca de 45 a 46 USD). Se mudassem o salário continuaria, mas se for o mesmo acho que não vou conseguir porque o trabalho é muito pesado.

Trabalhador 9: A experiência de primeira é complicada. O idioma já é diferente, depois aqui é Umbundu e a língua oficial o português, a dificuldade é de ambas as partes.

Trabalhadora 10: Sou nova a trabalhar aqui, mas nós, mulheres, trabalhamos das 6h às 16h30min. Também recebemos 700 AKZ por dia. Trabalho para ajudar os meus pais e comprar as minhas coisas como postigo (cabelo para aplique). Vou continuar é o único trabalho que temos aqui.

①

ANALISE SOCIOECONÔMICA DOS MUNICÍPIOS DA TCHICALA

A. Dados do entrevistado

Sexo: () Masculino; (X) Feminino

Idade: () 14 - 17; () 18 - 25; () 26 - 35;

(X) 36 - 45; () acima de 55

() 46 - 55;

Função: Agricultora

Tempo de experiência na instituição: 10 anos

Grau de Escolaridade:

(X) Ensino primário (1.^a à 6.^a);

() I ciclo do ensino secundário (7.^a - 9.^a)

() II ciclo do ensino secundário (10.^a à 12.^a/13.^a)

() Bacharel (3.^o ano da licenciatura concluído)

() Ensino superior;

() Ensino superior incompleto

() Pós-graduação (mencionar): _____

B. PERGUNTAS

Interlocutores: Agricultores individuais; moradores da Tchicala e do Sambo.

1. Quantos são os membros da sua família que moram nesta casa? 9.
2. A sua casa é própria?
 - Sim ✓
 - Não
3. Caso não seja agricultor, trabalha com o quê?
4. Quanto ganha por mês? varia entre 5000 e 7000 KZ.
5. Qual o valor da renda familiar? (Especificar em USD no trabalho)
 - Entre 10.000,00 e 30.000,00 AKZ ✓
 - Entre 30.000,00 e 50.000,00 AKZ

- Entre 50.000,00 e 70.000,00 AKZ

6. No caso de ser agricultor, há quanto tempo trabalha com a agricultura?

7. Quais são as culturas que produz? *mandioca, milho, soja*

8. Quantas toneladas produzem mensal ou anualmente com relação a grãos?

9. Como são adquiridos os insumos, como sementes e fertilizantes, utilizados na produção? Caso sejam importados, de que países provêm?

10. Para além da sua fonte de subsistência (alimentação), a agricultura é também a sua fonte de renda? *sim.*

11. Como agricultor independente, tem acesso ao crédito agrícola do governo?

- Sim
- Não

12. Sem acesso ao crédito agrícola, como consegue dinheiro para financiar as suas atividades? Que dificuldades que enfrenta? *Dinheiro consegue das vendas.*

13. Com acesso ao crédito agrícola, que benefícios foram alcançados? *sem*

14. Da venda de grãos quanto, em média, consegue fechar em um mês?

- 5.000,00
- 7.000,00
- 10.000,00
- Acima de 10.000,00
- Acima de 20.000,00

15. Esse valor cobre todas as suas despesas?

- Sim
- Não

16. Se não, quais as despesas em que tem maior dificuldade em suprir?

17. Conhece a fazenda da empresa chinesa Jiangzhou Agriculture, Lda?

- Sim
- Não

*Alimentação
vestiário*

*Não utiliza
fertilizante*

*tem boa
quantidade
mas tem
dificuldade
de escoar
mercado*

*Sem
acesso*

18. Como o senhor vê a presença dos chineses na agricultura do município?

- Muito bom
- Bom
- Razoável
- Ruim
- Muito ruim

19. O porquê dessa classificação? Comentário breve. *Angarmento nos aúdos*

20. Houve aumento do comércio de grãos, no município, com a chegada da empresa chinesa? *Não, os produtos da fazenda dos chun não são comercializáveis.*

21. A atuação da empresa chinesa tem trazido retorno monetário para a comunidade?

- Sim
- Não
- Muito baixo
- Muito alto

22. A empresa pretende ampliar a fazenda, o que atingirá as lavras (lavouras) e casas do Sambo. Como agricultor e morador do Sambo, qual a sua opinião sobre isso? *Ruins.*

23. Acredita que as gerações futuras continuarão a usar a agricultura como fonte de renda?

- Sim
- Não
- Talvez

24. Que razões apontam como ameaças ao desenvolvimento da agricultura no município?

** Não chegam, ao limite da fazenda.*

2

ANALISE SOCIOECONÔMICA DOS MUNICÍPIES DA TCHICALA

A. Dados do entrevistado

Sexo: () Masculino; (X) Feminino

Idade: () 14 - 17; () 18 - 25; () 26 - 35;

() 36 - 45; (X) acima de 55

() 46 - 55;

Função: AgricultorTempo de experiência na instituição: 32 anos

Grau de Escolaridade:

(X) Ensino primário (1.^a à 6.^a);() I ciclo do ensino secundário (7.^a - 9.^a)() II ciclo do ensino secundário (10.^a à 12.^a/13.^a)() Bacharel (3.^o ano da licenciatura concluído)

() Ensino superior;

() Ensino superior incompleto

() Pós-graduação (mencionar): _____

B. PERGUNTAS

Interlocutores: Agricultores individuais; moradores da Tchicala e do Sambo.

1. Quantos são os membros da sua família que moram nesta casa? 5
2. A sua casa é própria?
 - Sim ✓
 - Não
3. Caso não seja agricultor, trabalha com o quê? _____
4. Quanto ganha por mês? 4000 Kz
5. Qual o valor da renda familiar? (Especificar em USD no trabalho)
 - Entre 10.000,00 e 30.000,00 AKZ ✓
 - Entre 30.000,00 e 50.000,00 AKZ

- Entre 50.000,00 e 70.000,00 AKZ
6. No caso de ser agricultor, há quanto tempo trabalha com a agricultura?
 7. Quais são as culturas que produz?
 8. Quantas toneladas produzem mensal ou anualmente com relação a grãos?
 9. Como são adquiridos os insumos, como sementes e fertilizantes, utilizados na produção? Caso sejam importados, de que países provêm?
 10. Para além da sua fonte de subsistência (alimentação), a agricultura é também a sua fonte de renda?
 11. Como agricultor independente, tem acesso ao crédito agrícola do governo?
 - Sim
 - Não
 12. Sem acesso ao crédito agrícola, como consegue dinheiro para financiar as suas atividades? Que dificuldades que enfrenta?
 13. Com acesso ao crédito agrícola, que benefícios foram alcançados?
 14. Da venda de grãos quanto, em média, consegue fechar em um mês?
 - 5.000,00
 - 7.000,00
 - 10.000,00
 - Acima de 10.000,00
 - Acima de 20.000,00
 15. Esse valor cobre todas as suas despesas?
 - Sim
 - Não ✗
 16. Se não, quais as despesas em que tem maior dificuldade em suprir?
 17. Conhece a fazenda da empresa chinesa Jiangzhou Agriculture, Lda?
 - Sim ✗
 - Não

18. Como o senhor vê a presença dos chineses na agricultura do município?
- Muito bom
 - Bom
 - Razoável
 - Ruim
 - Muito ruim
19. O porquê dessa classificação? Comentário breve.
20. Houve aumento do comércio de grãos, no município, com a chegada da empresa chinesa? *não*
21. A atuação da empresa chinesa tem trazido retorno monetário para a comunidade?
- Sim
 - Não
 - Muito baixo
 - Muito alto
22. A empresa pretende ampliar a fazenda, o que atingirá as lavras (lavouras) e casas do Sambo. Como agricultor e morador do Sambo, qual a sua opinião sobre isso?
23. Acredita que as gerações futuras continuarão a usar a agricultura como fonte de renda?
- Sim
 - Não
 - Talvez
24. Que razões apontam como ameaças ao desenvolvimento da agricultura no município? *Áudio*

1
③

ANALISE SOCIOECONÔMICA DOS MUNÍCIPES DA TCHICALA

A. Dados do entrevistado

Sexo: () Masculino; Feminino

Idade: () 14 – 17; () 18 - 25 ; 26 – 35;

() 36 - 45; () acima de 55

() 46 - 55;

Função: Agricultora

Tempo de experiência na instituição: 48 anos

Grau de Escolaridade:

Ensino primário (1.^a à 6.^a);

() I ciclo do ensino secundário (7.^a – 9.^a)

() II ciclo do ensino secundário (10.^a à 12.^a/13.^a)

() Bacharel (3.^o ano da licenciatura concluído)

() Ensino superior;

() Ensino superior incompleto

() Pós-graduação (mencionar): _____

B. PERGUNTAS

Interlocutores: Agricultores individuais; moradores da Tchicala e do Sambo.

1. Quantos são os membros da sua família que moram nesta casa? 4
2. A sua casa é própria?
 - Sim
 - Não
3. Caso não seja agricultor, trabalha com o quê? _____
4. Quanto ganha por mês? 5000AKZ
5. Qual o valor da renda familiar? (Especificar em USD no trabalho)
 - Entre 10.000,00 e 30.000,00 AKZ
 - Entre 30.000,00 e 50.000,00 AKZ

- Entre 50.000,00 e 70.000,00 AKZ
6. No caso de ser agricultor, há quanto tempo trabalha com a agricultura? *18 anos*
7. Quais são as culturas que produz? *arroz, milho, mandioca, batata*
8. Quantas toneladas produzem mensal ou anualmente com relação a grãos? *não sabe*
9. Como são adquiridos os insumos, como sementes e fertilizantes, utilizados na produção? Caso sejam importados, de que países provêm? *não utiliza fertilizantes*
10. Para além da sua fonte de subsistência (alimentação), a agricultura é também a sua fonte de renda? *sim*
11. Como agricultor independente, tem acesso ao crédito agrícola do governo?
- Sim
 - Não ✓
12. Sem acesso ao crédito agrícola, como consegue dinheiro para financiar as suas atividades? Que dificuldades que enfrenta? *falta de instrumento para comprar (máquina, fiação, tractor)*
13. Com acesso ao crédito agrícola, que benefícios foram alcançados?
14. Da venda de grãos quanto, em média, consegue fechar em um mês?
- 5.000,00 ✓
 - 7.000,00
 - 10.000,00
 - Acima de 10.000,00
 - Acima de 20.000,00
15. Esse valor cobre todas as suas despesas?
- Sim
 - Não ✓
16. Se não, quais as despesas em que tem maior dificuldade em suprir? *alimentação, vestuário*
17. Conhece a fazenda da empresa chinesa Jiangzhou Agriculture, Lda?
- Sim ✓
 - Não

18. Como o senhor vê a presença dos chineses na agricultura do município?

- Muito bom
- Bom
- Razoável
- Ruim ✓
- Muito ruim

19. O porquê dessa classificação? Comentário breve. ✓

20. Houve aumento do comércio de grãos, no município, com a chegada da empresa chinesa? *não, os produtos são mandados para Keanda.*

21. A atuação da empresa chinesa tem trazido retorno monetário para a comunidade?

- Sim
- Não ✗
- Muito baixo
- Muito alto

22. A empresa pretende ampliar a fazenda, o que atingirá as lavras (lavouras) e casas do Sambo. Como agricultor e morador do Sambo, qual a sua opinião sobre isso? ✓

23. Acredita que as gerações futuras continuarão a usar a agricultura como fonte de renda?

- Sim ✓
- Não
- Talvez

24. Que razões apontam como ameaças ao desenvolvimento da agricultura no município?

4

ANALISE SOCIOECONÔMICA DOS MUNICÍPIOS DA TCHICALA

A. Dados do entrevistado

Sexo: Masculino; () FemininoIdade: () 14 - 17; 18 - 25; () 26 - 35;

() 36 - 45; () acima de 55

() 46 - 55;

Função: AgricultorTempo de experiência na instituição: 8 meses (Trabalhando na Jang Zhou)

Grau de Escolaridade:

() Ensino primário (1.ª à 6.ª);

 I ciclo do ensino secundário (7.ª - 9.ª)

() II ciclo do ensino secundário (10.ª à 12.ª/13.ª)

() Bacharel (3.º ano da licenciatura concluído)

() Ensino superior;

() Ensino superior incompleto

() Pós-graduação (mencionar): _____

B. PERGUNTAS

Interlocutores: Agricultores individuais; moradores da Tchicala e do Sambo.

1. Quantos são os membros da sua família que moram nesta casa? 5.
2. A sua casa é própria?
 - Sim
 - Não
3. Caso não seja agricultor, trabalha com o quê? _____
4. Quanto ganha por mês? 8000 KZ
5. Qual o valor da renda familiar? (Especificar em USD no trabalho)
 - Entre 10.000,00 e 30.000,00 AKZ
 - Entre 30.000,00 e 50.000,00 AKZ

- Entre 50.000,00 e 70.000,00 AKZ
6. No caso de ser agricultor, há quanto tempo trabalha com a agricultura?
 7. Quais são as culturas que produz? *milho, soja.*
 8. Quantas toneladas produzem mensal ou anualmente com relação a grãos?
 9. Como são adquiridos os insumos, como sementes e fertilizantes utilizados na produção? Caso sejam importados, de que países provêm?
 10. Para além da sua fonte de subsistência (alimentação), a agricultura é também a sua fonte de renda? *sim.*
 11. Como agricultor independente, tem acesso ao crédito agrícola do governo?
 - Sim
 - Não ✓
 12. Sem acesso ao crédito agrícola, como consegue dinheiro para financiar as suas atividades? Que dificuldades que enfrenta? *bom o dinheiro mas a moagem (sic)*
 13. Com acesso ao crédito agrícola, que benefícios foram alcançados? —
 14. Da venda de grãos quanto, em média, consegue fechar em um mês?
 - 5.000,00
 - 7.000,00 ✓
 - 10.000,00
 - Acima de 10.000,00
 - Acima de 20.000,00
 15. Esse valor cobre todas as suas despesas?
 - Sim ✓ *(às vezes), mas a maior dificuldade talvez.*
 - Não
 16. Se não, quais as despesas em que tem maior dificuldade em suprir? —
 17. Conhece a fazenda da empresa chinesa Jiangzhou Agriculture, Lda?
 - Sim ✓
 - Não

18. Como o senhor vê a presença dos chineses na agricultura do município?

- Muito bom
- Bom
- Razoável
- Ruim
- Muito ruim ✓

19. O porquê dessa classificação? Comentário breve.

20. Houve aumento do comércio de grãos, no município, com a chegada da empresa chinesa? Não.

21. A atuação da empresa chinesa tem trazido retorno monetário para a comunidade?

- Sim
- Não ✓
- Muito baixo
- Muito alto

22. A empresa pretende ampliar a fazenda, o que atingirá as lavras (lavouras) e casas do Sambo. Como agricultor e morador do Sambo, qual a sua opinião sobre isso?

23. Acredita que as gerações futuras continuarão a usar a agricultura como fonte de renda?

- Sim ✓
- Não
- Talvez

24. Que razões apontam como ameaças ao desenvolvimento da agricultura no município?

- falta de diálogo entre a fazenda e a comunidade; a falta de conhecimento por parte dos chineses do solo da área

11
5

ANALISE SOCIOECONÔMICA DOS MUNICÍPIOS DA TCHICALA

A. Dados do entrevistado

Sexo: Masculino; () Feminino

Idade: () 14 - 17; (x) 18 - 25; () 26 - 35;

() 36 - 45; () acima de 55

() 46 - 55;

Função: Agricultor

Tempo de experiência na instituição: 3 meses (na Jangzhou)
 Grau de Escolaridade: Saiu por falta de alimentos

() Ensino primário (1.ª a 6.ª);

I ciclo do ensino secundário (7.ª - 9.ª)

() II ciclo do ensino secundário (10.ª à 12.ª/13.ª)

() Bacharel (3.º ano da licenciatura concluído)

() Ensino superior;

() Ensino superior incompleto

() Pós-graduação (mencionar): _____

B. PERGUNTAS

Interlocutores: Agricultores individuais; moradores da Tchicala e do Sambo.

1. Quantos são os membros da sua família que moram nesta casa? 1 mulher/1 fil

2. A sua casa é própria?

- Sim ✓
- Não

3. Caso não seja agricultor, trabalha com o quê? venda de vacas.

4. Quanto ganha por mês? 9000 KZ

5. Qual o valor da renda familiar? (Especificar em USD no trabalho)

- Entre 10.000,00 e 30.000,00 AKZ
- Entre 30.000,00 e 50.000,00 AKZ

Mais de 10.000 KZ

- Entre 50.000,00 e 70.000,00 AKZ
6. No caso de ser agricultor, há quanto tempo trabalha com a agricultura? *12 anos*
 7. Quais são as culturas que produz? *milho, mandioca, jenguba, soja*
 8. Quantas toneladas produzem mensal ou anualmente com relação a grãos? *2000 à 2019*
 9. Como são adquiridos os insumos, como sementes e fertilizantes, utilizados na produção? Caso sejam importados, de que países provêm? *não tem acesso*
 10. Para além da sua fonte de subsistência (alimentação), a agricultura é também a sua fonte de renda? *sim*
 11. Como agricultor independente, tem acesso ao crédito agrícola do governo?
 - Sim
 - Não ✓
 12. Sem acesso ao crédito agrícola, como consegue dinheiro para financiar as suas atividades? Que dificuldades que enfrenta? *venda de cacato*
 13. Com acesso ao crédito agrícola, que benefícios foram alcançados? ✓
 14. Da venda de grãos quanto, em média, consegue fechar em um mês?
 - 5.000,00
 - 7.000,00 ✓
 - 10.000,00
 - Acima de 10.000,00
 - Acima de 20.000,00
 15. Esse valor cobre todas as suas despesas?
 - Sim
 - Não ✗
 16. Se não, quais as despesas em que tem maior dificuldade em suprir? *alimentação*
 17. Conhece a fazenda da empresa chinesa Jiangzhou Agriculture, Lda?
 - Sim ✓
 - Não

18. Como o senhor vê a presença dos chineses na agricultura do município?

- Muito bom
- Bom
- Razoável
- Ruim
- Muito ruim ✓

19. O porquê dessa classificação? Comentário breve.

20. Houve aumento do comércio de grãos, no município, com a chegada da empresa chinesa? *não*

21. A atuação da empresa chinesa tem trazido retorno monetário para a comunidade?

- Sim
- Não ✓
- Muito baixo
- Muito alto

22. A empresa pretende ampliar a fazenda, o que atingirá as lavras (lavouras) e casas do Sambo. Como agricultor e morador do Sambo, qual a sua opinião sobre isso? *Negativo*

23. Acredita que as gerações futuras continuarão a usar a agricultura como fonte de renda? *Não há outros setores viables no bairro*

- Sim ✓
- Não
- Talvez

24. Que razões apontam como ameaças ao desenvolvimento da agricultura no município?

11
⑥

ANALISE SOCIOECONÔMICA DOS MUNICÍPIOS DA TCHICALA

A. Dados do entrevistado

Sexo: Masculino; () Feminino

Idade: () 14 - 17; () 18 - 25; () 26 - 35;

() 36 - 45; acima de 55

() 46 - 55;

Função: Agricultor

Tempo de experiência na instituição: mais de 30 anos

Grau de Escolaridade:

Ensino primário (1.^a à 6.^a);

() I ciclo do ensino secundário (7.^a - 9.^a)

() II ciclo do ensino secundário (10.^a à 12.^a/13.^a)

() Bacharel (3.^o ano da licenciatura concluído)

() Ensino superior;

() Ensino superior incompleto

() Pós-graduação (mencionar): _____

B. PERGUNTAS

Interlocutores: Agricultores individuais; moradores da Tchicala e do Sambo.

1. Quantos são os membros da sua família que moram nesta casa? 10
2. A sua casa é própria?
 - Sim
 - Não
3. Caso não seja agricultor, trabalha com o quê? —
4. Quanto ganha por mês? 18.500 AKZ
5. Qual o valor da renda familiar? (Especificar em USD no trabalho)
 - Entre 10.000,00 e 30.000,00 AKZ
 - Entre 30.000,00 e 50.000,00 AKZ

Trabalho feito à mão, sem charrua/ensada.

- Entre 50.000,00 e 70.000,00 AKZ
6. No caso de ser agricultor, há quanto tempo trabalha com a agricultura? *130 anos*
 7. Quais são as culturas que produz? *milho, feijão, mandioca, soja*
 8. Quantas toneladas produzem mensal ou anualmente com relação a grãos? *1 tonelada*
 9. Como são adquiridos os insumos, como sementes e fertilizantes, utilizados na produção? Caso sejam importados, de que países provêm? *não*
 10. Para além da sua fonte de subsistência (alimentação), a agricultura é também a sua fonte de renda? *sim.*
 11. Como agricultor independente, tem acesso ao crédito agrícola do governo?
 - Sim
 - Não
 12. Sem acesso ao crédito agrícola, como consegue dinheiro para financiar as suas atividades? Que dificuldades que enfrenta? *venda de grãos*
 13. Com acesso ao crédito agrícola, que benefícios foram alcançados? *—*
 14. Da venda de grãos quanto, em média, consegue fechar em um mês?
 - 5.000,00
 - 7.000,00
 - 10.000,00
 - Acima de 10.000,00
 - Acima de 20.000,00
 15. Esse valor cobre todas as suas despesas?
 - Sim
 - Não
 16. Se não, quais as despesas em que tem maior dificuldade em suprir? *alimentação e saúde*
 17. Conhece a fazenda da empresa chinesa Jiangzhou Agriculture, Lda?
 - Sim
 - Não

18. Como o senhor vê a presença dos chineses na agricultura do município?

- Muito bom
- Bom
- Razoável
- Ruim
- Muito ruim

19. O porquê dessa classificação? Comentário breve.

20. Houve aumento do comércio de grãos, no município, com a chegada da empresa chinesa? *Mão*

21. A atuação da empresa chinesa tem trazido retorno monetário para a comunidade?

- Sim
- Não
- Muito baixo
- Muito alto

22. A empresa pretende ampliar a fazenda, o que atingirá as lavras (lavouras) e casas do Sambo. Como agricultor e morador do Sambo, qual a sua opinião sobre isso? *Audios.*

23. Acredita que as gerações futuras continuarão a usar a agricultura como fonte de renda?

- Sim
- Não
- Talvez

24. Que razões apontam como ameaças ao desenvolvimento da agricultura no município?

ANALISE SOCIOECONÔMICA DOS MUNÍCIPES DA TCHICALA

A. Dados do entrevistado

Sexo: Masculino; () Feminino

Idade: () 14 - 17; () 18 - 25; () 26 - 35;

() 36 - 45; () acima de 55

46 - 55;

Função: Agricultor

Tempo de experiência ~~na instituição~~: 30 anos

Grau de Escolaridade:

Ensino primário (1.^a à 6.^a);

() I ciclo do ensino secundário (7.^a - 9.^a)

() II ciclo do ensino secundário (10.^a à 12.^a/13.^a)

() Bacharel (3.^o ano da licenciatura concluído)

() Ensino superior;

() Ensino superior incompleto

() Pós-graduação (mencionar): _____

B. PERGUNTAS

Interlocutores: Agricultores individuais; moradores da Tchicala e do Sambo.

1. Quantos são os membros da sua família que moram nesta casa? 6
2. A sua casa é própria?
 - Sim
 - Não
3. Caso não seja agricultor, trabalha com o quê?
4. Quanto ganha por mês? 5000 KZ
5. Qual o valor da renda familiar? (Especificar em USD no trabalho)
 - Entre 10.000,00 e 30.000,00 AKZ
 - Entre 30.000,00 e 50.000,00 AKZ

- Entre 50.000,00 e 70.000,00 AKZ
6. No caso de ser agricultor, há quanto tempo trabalha com a agricultura? *130 anos*
 7. Quais são as culturas que produz? *milho, feijão, mandioca, soja*
 8. Quantas toneladas produzem mensal ou anualmente com relação a grãos? *1 tonelada*
 9. Como são adquiridos os insumos, como sementes e fertilizantes, utilizados na produção? Caso sejam importados, de que países provêm? *não*
 10. Para além da sua fonte de subsistência (alimentação), a agricultura é também a sua fonte de renda? *sim*
 11. Como agricultor independente, tem acesso ao crédito agrícola do governo?
 - Sim
 - Não
 12. Sem acesso ao crédito agrícola, como consegue dinheiro para financiar as suas atividades? Que dificuldades que enfrenta? *venda de grãos*
 13. Com acesso ao crédito agrícola, que benefícios foram alcançados? *—*
 14. Da venda de grãos quanto, em média, consegue fechar em um mês?
 - 5.000,00
 - 7.000,00
 - 10.000,00
 - Acima de 10.000,00
 - Acima de 20.000,00
 15. Esse valor cobre todas as suas despesas?
 - Sim
 - Não
 16. Se não, quais as despesas em que tem maior dificuldade em suprir? *alimentação restrita*
 17. Conhece a fazenda da empresa chinesa Jiangzhou Agriculture, Lda?
 - Sim
 - Não

18. Como o senhor vê a presença dos chineses na agricultura do município?

- Muito bom
- Bom
- Razoável
- Ruim
- Muito ruim ✓

19. O porquê dessa classificação? Comentário breve. *áudio*

20. Houve aumento do comércio de grãos, no município, com a chegada da empresa chinesa? *nao*

21. A atuação da empresa chinesa tem trazido retorno monetário para a comunidade?

- Sim
- Não ✗
- Muito baixo
- Muito alto

22. A empresa pretende ampliar a fazenda, o que atingirá as lavras (lavouras) e casas do Sambo. Como agricultor e morador do Sambo, qual a sua opinião sobre isso? *áudios*

23. Acredita que as gerações futuras continuarão a usar a agricultura como fonte de renda?

- Sim ✓
- Não
- Talvez

24. Que razões apontam como ameaças ao desenvolvimento da agricultura no município?

← 8

ANALISE SOCIOECONÔMICA DOS MUNICÍPIOS DA TCHICALA

A. Dados do entrevistado

Sexo: () Masculino; (X) Feminino

Idade: () 14 - 17; () 18 - 25; () 26 - 35;

() 36 - 45; () acima de 55

(X) 46 - 55;

Função: agricultora

Tempo de experiência na instituição: _____

Grau de Escolaridade: analfabeta

() Ensino primário (1.ª a 6.ª);

() I ciclo do ensino secundário (7.ª - 9.ª)

() II ciclo do ensino secundário (10.ª a 12.ª/13.ª)

() Bacharel (3.º ano da licenciatura concluído)

() Ensino superior;

() Ensino superior incompleto

() Pós-graduação (mencionar): _____

B. PERGUNTAS

Interlocutores: Agricultores individuais; moradores da Tchicala e do Sambo.

1. Quantos são os membros da sua família que moram nesta casa? 9

2. A sua casa é própria?

- Sim X
- Não

3. Caso não seja agricultor, trabalha com o quê? _____

4. Quanto ganha por mês? não sabe informar (mas, mens. de 10.000)

5. Qual o valor da renda familiar? (Especificar em USD no trabalho) sem estimar

- Entre 10.000,00 e 30.000,00 AKZ
- Entre 30.000,00 e 50.000,00 AKZ

- Entre 50.000,00 e 70.000,00 AKZ
6. No caso de ser agricultor, há quanto tempo trabalha com a agricultura? *desde 12/13 com*
 7. Quais são as culturas que produz? *milho, mandioca.*
 8. Quantas toneladas produzem mensal ou anualmente com relação a grãos? *si informe*
 9. Como são adquiridos os insumos, como sementes e fertilizantes, utilizados na produção? Caso sejam importados, de que países provêm? *sem acesso*
 10. Para além da sua fonte de subsistência (alimentação), a agricultura é também a sua fonte de renda? *não*
 11. Como agricultor independente, tem acesso ao crédito agrícola do governo?
 - Sim
 - Não
 12. Sem acesso ao crédito agrícola, como consegue dinheiro para financiar as suas atividades? Que dificuldades que enfrenta? *Dificuldade para adquirir sementes, mão*
 13. Com acesso ao crédito agrícola, que benefícios foram alcançados? *como entrada*
 14. Da venda de grãos quanto, em média, consegue fechar em um mês?
 - 5.000,00 *(talvez 6000)*
 - 7.000,00
 - 10.000,00
 - Acima de 10.000,00
 - Acima de 20.000,00
 15. Esse valor cobre todas as suas despesas?
 - Sim
 - Não
 16. Se não, quais as despesas em que tem maior dificuldade em suprir? *alimentação vestuário*
 17. Conhece a fazenda da empresa chinesa Jiangzhou Agriculture, Lda?
 - Sim
 - Não

18. Como o senhor vê a presença dos chineses na agricultura do município?

- Muito bom
- Bom
- Razoável
- Ruim
- Muito ruim

19. O porquê dessa classificação? Comentário breve.

20. Houve aumento do comércio de grãos, no município, com a chegada da empresa chinesa? *não*

21. A atuação da empresa chinesa tem trazido retorno monetário para a comunidade?

- Sim
- Não
- Muito baixo
- Muito alto

22. A empresa pretende ampliar a fazenda, o que atingirá as lavras (lavouras) e casas do Sambo. Como agricultor e morador do Sambo, qual a sua opinião sobre isso? *ruim*

23. Acredita que as gerações futuras continuarão a usar a agricultura como fonte de renda?

- Sim
- Não
- Talvez

24. Que razões apontam como ameaças ao desenvolvimento da agricultura no município? *ruim*

ANALISE SOCIOECONÔMICA DOS MUNICÍPIES DA TCHICALA

A. Dados do entrevistado

Sexo: () Masculino; (X) Feminino
 Idade: () 14 - 17; (X) 18 - 25; () 26 - 35;
 () 36 - 45; () acima de 55
 () 46 - 55;

Função: Estudante

Tempo de experiência na instituição: _____

Grau de Escolaridade:

- (X) Ensino primário (1.ª à 6.ª);
 () I ciclo do ensino secundário (7.ª - 9.ª)
 () II ciclo do ensino secundário (10.ª à 12.ª/13.ª)
 () Bacharel (3.º ano da licenciatura concluído)
 () Ensino superior;
 () Ensino superior incompleto
 () Pós-graduação (mencionar): _____

B. PERGUNTAS

Interlocutores: Agricultores individuais; moradores da Tchicala e do Sambo.

1. Quantos são os membros da sua família que moram nesta casa? 6
2. A sua casa é própria?
 - Sim ✓ (pertence aos pais)
 - Não
3. Caso não seja agricultor, trabalha com o quê? estuda, e ajuda a mãe re vendas.
4. Quanto ganha por mês? sem estimativa.
5. Qual o valor da renda familiar? (Especificar em USD no trabalho) _____
 - Entre 10.000,00 e 30.000,00 AKZ
 - Entre 30.000,00 e 50.000,00 AKZ

- Entre 50.000,00 e 70.000,00 AKZ
6. No caso de ser agricultor, há quanto tempo trabalha com a agricultura? *130 anos*
 7. Quais são as culturas que produz? *milho, feijão, mandioca, soja*
 8. Quantas toneladas produzem mensal ou anualmente com relação a grãos? *1 tonelada*
 9. Como são adquiridos os insumos, como sementes e fertilizantes, utilizados na produção? Caso sejam importados, de que países provêm? *não*
 10. Para além da sua fonte de subsistência (alimentação), a agricultura é também a sua fonte de renda? *sim*
 11. Como agricultor independente, tem acesso ao crédito agrícola do governo?
 - Sim
 - Não
 12. Sem acesso ao crédito agrícola, como consegue dinheiro para financiar as suas atividades? Que dificuldades que enfrenta? *venda de grãos*
 13. Com acesso ao crédito agrícola, que benefícios foram alcançados? *—*
 14. Da venda de grãos quanto, em média, consegue fechar em um mês?
 - 5.000,00
 - 7.000,00
 - 10.000,00
 - Acima de 10.000,00
 - Acima de 20.000,00
 15. Esse valor cobre todas as suas despesas?
 - Sim
 - Não
 16. Se não, quais as despesas em que tem maior dificuldade em suprir? *alimentação restrita*
 17. Conhece a fazenda da empresa chinesa Jiangzhou Agriculture, Lda?
 - Sim
 - Não

18. Como o senhor vê a presença dos chineses na agricultura do município?

- Muito bom
- Bom
- Razoável
- Ruim
- Muito ruim

19. O porquê dessa classificação? Comentário breve. ✓

20. Houve aumento do comércio de grãos, no município, com a chegada da empresa chinesa? não

21. A atuação da empresa chinesa tem trazido retorno monetário para a comunidade?

- Sim
- Não
- Muito baixo
- Muito alto

22. A empresa pretende ampliar a fazenda, o que atingirá as lavras (lavouras) e casas do Sambo. Como agricultor e morador do Sambo, qual a sua opinião sobre isso? audios

23. Acredita que as gerações futuras continuarão a usar a agricultura como fonte de renda?

- Sim
- Não
- Talvez

24. Que razões apontam como ameaças ao desenvolvimento da agricultura no município? ✓

ANALISE SOCIOECONÔMICA DOS MUNÍCIPIES DA TCHICALA

A. Dados do entrevistado

Sexo: Masculino; () Feminino

Idade: () 14 - 17; () 18 - 25; () 26 - 35;

() 36 - 45; acima de 55

() 46 - 55;

Função: agricultor

Tempo de experiência na instituição: mais de 30 anos

Grau de Escolaridade:

Ensino primário (1.^a à 6.^a);

() I ciclo do ensino secundário (7.^a - 9.^a)

() II ciclo do ensino secundário (10.^a à 12.^a/13.^a)

() Bacharel (3.^o ano da licenciatura concluído)

() Ensino superior;

() Ensino superior incompleto

() Pós-graduação (mencionar): _____

B. PERGUNTAS

Interlocutores: Agricultores individuais; moradores da Tchicala e do Sambo.

1. Quantos são os membros da sua família que moram nesta casa? 7
2. A sua casa é própria?
 - Sim
 - Não
3. Caso não seja agricultor, trabalha com o quê? —
4. Quanto ganha por mês? 7000KZ
5. Qual o valor da renda familiar? (Especificar em USD no trabalho)
 - Entre 10.000,00 e 30.000,00 AKZ
 - Entre 30.000,00 e 50.000,00 AKZ

- Entre 50.000,00 e 70.000,00 AKZ

6. No caso de ser agricultor, há quanto tempo trabalha com a agricultura? —
7. Quais são as culturas que produz? — *milho, batata doce e mandioca*
8. Quantas toneladas produzem mensal ou anualmente com relação a grãos? —
9. Como são adquiridos os insumos, como sementes e fertilizantes, utilizados na produção? Caso sejam importados, de que países provêm?
10. Para além da sua fonte de subsistência (alimentação), a agricultura é também a sua fonte de renda? *sim*
11. Como agricultor independente, tem acesso ao crédito agrícola do governo?
- Sim
 - Não
12. Sem acesso ao crédito agrícola, como consegue dinheiro para financiar as suas atividades? Que dificuldades que enfrenta?
13. Com acesso ao crédito agrícola, que benefícios foram alcançados?
14. Da venda de grãos quanto, em média, consegue fechar em um mês?
- 5.000,00 — *(Talvez)*
 - 7.000,00
 - 10.000,00
 - Acima de 10.000,00
 - Acima de 20.000,00
15. Esse valor cobre todas as suas despesas?
- Sim
 - Não
16. Se não, quais as despesas em que tem maior dificuldade em suprir? *alimentação, vestuário, material escolar*
17. Conhece a fazenda da empresa chinesa Jiangzhou Agriculture, Lda?
- Sim
 - Não

18. Como o senhor vê a presença dos chineses na agricultura do município?

- Muito bom
- Bom
- Razoável
- Ruim
- Muito ruim

19. O porquê dessa classificação? Comentário breve. ✓

20. Houve aumento do comércio de grãos, no município, com a chegada da empresa chinesa? não

21. A atuação da empresa chinesa tem trazido retorno monetário para a comunidade?

- Sim
- Não
- Muito baixo
- Muito alto

22. A empresa pretende ampliar a fazenda, o que atingirá as lavras (lavouras) e casas do Sambo. Como agricultor e morador do Sambo, qual a sua opinião sobre isso? *audios*

23. Acredita que as gerações futuras continuarão a usar a agricultura como fonte de renda?

- Sim ✓
- Não
- Talvez

24. Que razões apontam como ameaças ao desenvolvimento da agricultura no município? ✓

ANALISE SOCIOECONÔMICA DOS MUNICÍPIOS DA TCHICALA

A. Dados do entrevistado

Sexo: Masculino; () Feminino

Idade: () 14 - 17; () 18 - 25; () 26 - 35;

() 36 - 45; () acima de 55

46 - 55;

Função: agricultor

Tempo de experiência na instituição: mais de 20 anos

Grau de Escolaridade:

Ensino primário (1.^a à 6.^a);

() I ciclo do ensino secundário (7.^a - 9.^a)

() II ciclo do ensino secundário (10.^a à 12.^a/13.^a)

() Bacharel (3.^o ano da licenciatura concluído)

() Ensino superior;

() Ensino superior incompleto

() Pós-graduação (mencionar): _____

B. PERGUNTAS

Interlocutores: Agricultores individuais; moradores da Tchicala e do Sambo.

1. Quantos são os membros da sua família que moram nesta casa? 10
2. A sua casa é própria?
 - Sim
 - Não
3. Caso não seja agricultor, trabalha com o quê?
4. Quanto ganha por mês? por volta de 7000KZ
5. Qual o valor da renda familiar? (Especificar em USD no trabalho)
 - Entre 10.000,00 e 30.000,00 AKZ
 - Entre 30.000,00 e 50.000,00 AKZ

- Entre 50.000,00 e 70.000,00 AKZ
6. No caso de ser agricultor, há quanto tempo trabalha com a agricultura? *30 anos*
 7. Quais são as culturas que produz? *milho, feijão, mandioca, soja*
 8. Quantas toneladas produzem mensal ou anualmente com relação a grãos? *1 tonelada*
 9. Como são adquiridos os insumos, como sementes e fertilizantes, utilizados na produção? Caso sejam importados, de que países provêm? *não*
 10. Para além da sua fonte de subsistência (alimentação), a agricultura é também a sua fonte de renda? *sim*
 11. Como agricultor independente, tem acesso ao crédito agrícola do governo?
 - Sim
 - Não
 12. Sem acesso ao crédito agrícola, como consegue dinheiro para financiar as suas atividades? Que dificuldades que enfrenta? *venda de grãos*
 13. Com acesso ao crédito agrícola, que benefícios foram alcançados? *—*
 14. Da venda de grãos quanto, em média, consegue fechar em um mês?
 - 5.000,00
 - 7.000,00
 - 10.000,00
 - Acima de 10.000,00
 - Acima de 20.000,00
 15. Esse valor cobre todas as suas despesas?
 - Sim
 - Não
 16. Se não, quais as despesas em que tem maior dificuldade em suprir? *alimentação e vestuário*
 17. Conhece a fazenda da empresa chinesa Jiangzhou Agriculture, Lda?
 - Sim
 - Não

18. Como o senhor vê a presença dos chineses na agricultura do município?

- Muito bom
- Bom
- Razoável
- Ruim
- Muito ruim

19. O porquê dessa classificação? Comentário breve. _____

20. Houve aumento do comércio de grãos, no município, com a chegada da empresa chinesa? *nao*

21. A atuação da empresa chinesa tem trazido retorno monetário para a comunidade?

- Sim
- Não
- Muito baixo
- Muito alto

22. A empresa pretende ampliar a fazenda, o que atingirá as lavras (lavouras) e casas do Sambo. Como agricultor e morador do Sambo, qual a sua opinião sobre isso? *audes*

23. Acredita que as gerações futuras continuarão a usar a agricultura como fonte de renda?

- Sim
- Não
- Talvez

24. Que razões apontam como ameaças ao desenvolvimento da agricultura no município? _____

← 12

ANALISE SOCIOECONÔMICA DOS MUNICÍPIES DA TCHICALA

A. Dados do entrevistado

Sexo: () Masculino; (X) Feminino

Idade: () 14 - 17; () 18 - 25; () 26 - 35;

(X) 36 - 45; () acima de 55

() 46 - 55;

Função: agricultora

Tempo de experiência na instituição: 7 de 20 anos

Grau de Escolaridade: analfabeta

() Ensino primário (1.^a à 6.^a);

() I ciclo do ensino secundário (7.^a - 9.^a)

() II ciclo do ensino secundário (10.^a à 12.^a/13.^a)

() Bacharel (3.^o ano da licenciatura concluído)

() Ensino superior;

() Ensino superior incompleto

() Pós-graduação (mencionar): _____

B. PERGUNTAS

Interlocutores: Agricultores individuais; moradores da Tchicala e do Sambo.

1. Quantos são os membros da sua família que moram nesta casa? 7

2. A sua casa é própria?

- Sim ✓
- Não

3. Caso não seja agricultor, trabalha com o quê? ✓

4. Quanto ganha por mês? 4000 à 6000 KZ

5. Qual o valor da renda familiar? (Especificar em USD no trabalho)

- Entre 10.000,00 e 30.000,00 AKZ ✓
- Entre 30.000,00 e 50.000,00 AKZ

- Entre 50.000,00 e 70.000,00 AKZ
6. No caso de ser agricultor, há quanto tempo trabalha com a agricultura? *+30 anos*
 7. Quais são as culturas que produz? *melão, mandarina, soja, betã*
 8. Quantas toneladas produzem mensal ou anualmente com relação a grãos?
 9. Como são adquiridos os insumos, como sementes e fertilizantes, utilizados na produção? Caso sejam importados, de que países provêm?
 10. Para além da sua fonte de subsistência (alimentação), a agricultura é também a sua fonte de renda?
 11. Como agricultor independente, tem acesso ao crédito agrícola do governo?
 - Sim
 - Não
 12. Sem acesso ao crédito agrícola, como consegue dinheiro para financiar as suas atividades? Que dificuldades que enfrenta?
 13. Com acesso ao crédito agrícola, que benefícios foram alcançados?
 14. Da venda de grãos quanto, em média, consegue fechar em um mês?
 - 5.000,00
 - 7.000,00
 - 10.000,00
 - Acima de 10.000,00
 - Acima de 20.000,00
 15. Esse valor cobre todas as suas despesas?
 - Sim
 - Não
 16. Se não, quais as despesas em que tem maior dificuldade em suprir? *saúde, alimentação*
 17. Conhece a fazenda da empresa chinesa Jiangzhou Agriculture, Lda? *tiago*
 - Sim
 - Não

18. Como o senhor vê a presença dos chineses na agricultura do município?

- Muito bom
- Bom
- Razoável
- Ruim
- Muito ruim

19. O porquê dessa classificação? Comentário breve. _____

20. Houve aumento do comércio de grãos, no município, com a chegada da empresa chinesa? *Muito*

21. A atuação da empresa chinesa tem trazido retorno monetário para a comunidade?

- Sim
- Não
- Muito baixo
- Muito alto

22. A empresa pretende ampliar a fazenda, o que atingirá as lavras (lavouras) e casas do Sambo. Como agricultor e morador do Sambo, qual a sua opinião sobre isso? *ruim*

23. Acredita que as gerações futuras continuarão a usar a agricultura como fonte de renda?

- Sim
- Não
- Talvez

24. Que razões apontam como ameaças ao desenvolvimento da agricultura no município? _____

13
ANALISE SOCIOECONÔMICA DOS MUNICÍPIES DA TCHICALA

A. Dados do entrevistado

Sexo: Masculino; () Feminino

Idade: () 14 - 17; () 18 - 25; () 26 - 35;

() 36 - 45; acima de 55

() 46 - 55;

Função: Agricultor

Tempo de experiência na instituição: mais de 20 anos

Grau de Escolaridade:

Ensino primário (1.ª à 6.ª);

() I ciclo do ensino secundário (7.ª - 9.ª)

() II ciclo do ensino secundário (10.ª à 12.ª/13.ª)

() Bacharel (3.º ano da licenciatura concluído)

() Ensino superior;

() Ensino superior incompleto

() Pós-graduação (mencionar): _____

B. PERGUNTAS

Interlocutores: Agricultores individuais; moradores da Tchicala e do Sambo.

1. Quantos são os membros da sua família que moram nesta casa? 8

2. A sua casa é própria?

• Sim

• Não

3. Caso não seja agricultor, trabalha com o quê? _____

4. Quanto ganha por mês? A entre 6000 e 8000 KZ

5. Qual o valor da renda familiar? (Especificar em USD no trabalho)

• Entre 10.000,00 e 30.000,00 AKZ

• Entre 30.000,00 e 50.000,00 AKZ

- Entre 50.000,00 e 70.000,00 AKZ

6. No caso de ser agricultor, há quanto tempo trabalha com a agricultura? *120 anos*
7. Quais são as culturas que produz? *mandioca, milho,*
8. Quantas toneladas produzem mensal ou anualmente com relação a grãos?
9. Como são adquiridos os insumos, como sementes e fertilizantes, utilizados na produção? Caso sejam importados, de que países provêm? *mercado financeiro*
10. Para além da sua fonte de subsistência (alimentação), a agricultura é também a sua fonte de renda? *sim.*
11. Como agricultor independente, tem acesso ao crédito agrícola do governo?
- Sim
 - Não *X*
12. Sem acesso ao crédito agrícola, como consegue dinheiro para financiar as suas atividades? Que dificuldades que enfrenta? *materiais p/ produção*
13. Com acesso ao crédito agrícola, que benefícios foram alcançados? *—*
14. Da venda de grãos quanto, em média, consegue fechar em um mês?
- 5.000,00
 - 7.000,00 *—*
 - 10.000,00
 - Acima de 10.000,00
 - Acima de 20.000,00
15. Esse valor cobre todas as suas despesas?
- Sim
 - Não *X*
16. Se não, quais as despesas em que tem maior dificuldade em suprir? *alimentação saúde*
17. Conhece a fazenda da empresa chinesa Jiangzhou Agriculture, Lda?
- Sim *✓*
 - Não

18. Como o senhor vê a presença dos chineses na agricultura do município?

- Muito bom
- Bom
- Razoável
- Ruim
- Muito ruim

19. O porquê dessa classificação? Comentário breve. ✓

20. Houve aumento do comércio de grãos, no município, com a chegada da empresa chinesa? *nao*

21. A atuação da empresa chinesa tem trazido retorno monetário para a comunidade?

- Sim
- Não
- Muito baixo
- Muito alto

22. A empresa pretende ampliar a fazenda, o que atingirá as lavras (lavouras) e casas do Sambo. Como agricultor e morador do Sambo, qual a sua opinião sobre isso? *audes*

23. Acredita que as gerações futuras continuarão a usar a agricultura como fonte de renda?

- Sim
- Não
- Talvez

24. Que razões apontam como ameaças ao desenvolvimento da agricultura no município? ✓

DEPOIMENTOS RECOLHIDOS SOBRE O CONFLITO DE TERRAS NA ALDEIA DO SACHITEMO – SAMBO

Diálogo realizado no dia 22/09/2018.

Enfermeiro do posto de saúde do Sachitemo: Receberam as lavras do povo, depois não estão a dar nada, mas prometeram escola e centro (de saúde) e até agora nada. São eles [os chineses] que mandaram capinar aqui, porque vamos já marcar isso. Depois vinham falar, no mês de abril de 2018, que o governador (na altura, Baptista Kussumua) ainda não deu o aval. Ano antepassado via que as senhoras, que perderam suas terras, andavam a colocar algumas coisas na pracinha para vender, mas desde que receberam essas terras não estão a conseguir vender nada e só agora é que estão a vender mechas de frutas que estão a apanhar na mata. Isso para mim demonstra que por causa de terem recebido as lavras deles, há uma falha ou um prejuízo para o povo. Não deram nada ao povo até houve grande confusão, passaram um ano a discutir, é quando surge a promessa de darem centro de saúde e a escola só assim a confusão parou.

Soba Francisco Malengue: Não estamos a ver nada. Quando iniciaram a trabalhar prometiam algumas coisas disseram que trabalhariam e que os nossos filhos trabalhariam também para ganhar dinheiro. Assim que começaram a trabalhar só mesmo o horário (de trabalho) deles não dá, mesmo aqueles que estão na Comarca (no presídio) não trabalham das 6h às 18h. Nós trabalhamos com os colonos [portugueses], nos escravizaram, mas o trabalho do colono era melhor porque entrávamos às 7h e logo às 12h parávamos para o almoço e às 17h voltávamos para as nossas casas. Mas, esses nossos brancos [chineses] que vieram para aqui é uma coisa que a gente não compreende, é para esses pequenos (jovens) que não sabem como nós vivíamos aqui no tempo colonial. Quem viveu no tempo do colono [português] não trabalha para ganhar 700 AKZ/dia e sem comida, isto é uma coisa muito má, não temos aonde vamos falar. Além disso, todas as lavras foram derrubadas e só para deixarem essa metade tivemos que lutar. Eu havia dito: vocês vieram para trabalhar assim o vosso pão, não é por mal, não podem deixar uma pequena coisa (de terra)? Foi quando aceitaram e responderam: ó Soba essa palavra é boa.

Nós demos os limites, mas eles (da empresa Jiangzhou) não param nos limites estabelecidos, derrubam mais o resto do povo não temos aonde falar, não temos aonde vamos falar (queixar). Essa é uma coisa que a gente não sabe nada, quem sabe é o governo se o povo vai servir mais para ele, não sabemos, mas estamos a obedecer. Ouvei dizer que alguns recebiam dinheiro, uns 10.000 AKZ (o equivalente a 30 USD), e as pessoas abandonavam as suas lavras e tinham procurar onde trabalhar.. Nós, isso de nos dar dinheiro não queremos, queremos que nos façam um hospital e uma escola, mas desde o início até hoje nada está a parecer. O povo que vivia lá em baixo lhes prometia, também, fazer casas à beira da estrada. Tem um lugar que está limpo que era para construírem as casas daquele povo que vivia lá, e outros aqui também, mas nada feito. Nós parecemos que estamos a ignorar tudo, mas o povo está cansado.

Regedor Teodoro: No município do Huambo, passamos no tribunal abrimos processo e temos advogado. Mas, parece que o tal advogado não está a conseguir, porque no tribunal, sempre, o processo não está a sair, mesmo o advogado sempre a exigir que o processo venha acima. Só temos o processo, ainda não nos chamaram, na altura a chuva ainda estava a cair, acho que era entre janeiro ou fevereiro de 2017 que abrimos o processo.

O projeto quando veio nesta área já encontrou lavras, esta é uma área em que o Sachitemo, o fundador da aldeia, desde meados de 1800 já estava aqui, porque em 1912 os colonos [portugueses] já lhe encontraram aqui. O terreno é mesmo do povo, aqui não há reserva do governo. Há reserva, talvez, do governo na área de entrada da aldeia, onde estivemos, até ao posto de saúde. Eles disseram o seguinte: isso é mata agora temos lavras aqui dentro. O nosso cultivo é aquele de se remediar com a charrua ou com a enxada [algumas vezes, até, com as próprias mãos], tudo é atrasado. Eles na primeira hora derrubaram tudo que era lavra de mandioca e milho, sem falar com ninguém, e quando vimos isso começamos a reclamar é quando deixaram algumas parcelas de terra. Você aqui, com os limites, já não tem onde avançar está bloqueado. A área do projeto termina no rio Cunene, é uma lavra grande, não sei dizer se tem quantos quilômetros. É vasta, e depois é a principal área de cultivo de mandioca, batata-doce e o milho. Já esse bocado que nos deixaram quando chove fica cheio de água, estamos tristes com isso. Quando derrubaram essa área e viram que só ficaram algumas lavras, disseram para as pessoas que derrubariam as lavras restantes, e dar dinheiro em troca. Alguns aceitaram, outros não aceitaram como eu que tenho lavra dentro do projeto. Não me interessa receber dinheiro nesse terreno para consumir sozinho, então, se construírem uma escola ou um centro de saúde isso já será uma lembrança para uma outra geração. Se a gente receber dinheiro, a estória vai morrer por aqui. Eu tenho a certeza que não vou permanecer aí, com tempo vou sair, não estou seguro.

Querem que todas as lavras que se encontram dentro do projeto desapareçam, mas o povo como reclama e alguns aceitaram e outros não aceitam, estamos, por enquanto, lá. Temos remediado em outras lavras particulares (vizinhas), porque dentro do projeto já não estamos a cultivar. E, todos nós, estamos previstos para sair, não estamos permanentes, fomos expulsos do nosso próprio espaço. O Administrador do Sambo que assistiu a vinda do projeto é outro, agora está na comuna do Mbave. O Kata (atual administrador do município da Caála), no princípio, é quem sensibilizou o povo com muitas mentiras, mas como somos povo “simples”, onde podemos nos queixar se o governo nos faz essas coisas, aonde mais iremos? Estamos como um chip bloqueado, estamos parados.

Soba Francisco Malengue: Os próprios chineses diziam que queriam construir já, a escola e hospital que prometeram, mas o governo não estava a lhes dar o aval para construção, não sei se falaram a verdade ou mentira. Essa mata (terreno), por exemplo, é dividida entre as famílias das comunas do Calima (município do Huambo) e do Sambo (município da Tchicala). São muitas famílias que estão nessa situação de conflito.

Regedor Teodoro: Esse projeto só veio prejudicar o povo, beneficiar não. Não há benefício com os chineses, na verdade. Se alguém fala que estamos a beneficiar talvez aqueles grandes (referindo-se a entidades governamentais locais) que ganham muito, mas não os nossos filhos. Quando alguém pergunta sobre o projeto, eles mentem, não falam de acordo com a verdade. Por isso não sabemos onde vamos parar. No início, quando reclamamos, o ex-administrador municipal, Kata, havia dito que a terra é do governo conforme a lei. Mas, nós sabemos que a terra é do governo sim, mas este tem as suas parcelas. Apesar disso, nós aceitando ou não, o projeto não para estão sempre a derrubar as lavras (e ampliando a área de produção).

Agricultor 1: Trabalhei nesse projeto, Jiangzhou Agriculture, Lda, fiquei lá 8 meses. Saí porque vi que o próprio trabalho, a pessoa sai de casa às 5h e chega tarde, às vezes sem força para banhar (tomar banho) e vi que era melhor descansar um pouco. De momento, tenho remediado aqui na moagem (explicar em nota de rodapé). A presença dos chineses aqui é muita má, eles só maltratam os angolanos. Os produtos deles não vendem aqui, enviam para Luanda. Perdi meu terreno dentro do projeto, uma vez me encontraram a cortar os paus, vieram com as máquinas deles e abriram uma estrada perto do meu terreno e só deixaram um bocadinho, não me deram nada. É mesmo sofrimento, o governo tem que fazer qualquer coisa. Isso só está assim por falta de falar com a população.

DEPOIMENTO DO ADVOGADO DE DEFESA DA COMUNIDADE DO SACHITEMO

Realizado no dia 24/09/2018.

Advogado: Soube do conflito através da ONG Fórum Regional para o Desenvolvimento Universitário (FORDU) que havia movido uma ação de providência cautelar contra a empresa que, infelizmente, decaíu. Este fato deu lugar a ação de restituição de posse com processo sumário movida pelas comunidades das aldeias do Sachitemo, Capunda e Pungua, cujo processo em tribunal é o número 187/17 – C. O governador da província, na altura Kundi Paihama, havia emitido uma circular aos administradores municipais para emissão do projeto. O administrador da Tchicala Cholohanga, na altura Francisco Kata, havia mostrado interesse para implementação do projeto no município. O Soba havia sido avisado, da implementação do projeto, para sensibilizar o povo. No dia seguinte, as máquinas dos investidores chineses começaram a destruir as lavras e começava o conflito. O administrador, de princípio, não se mostrava disponível para diálogo. Tivemos boas, fases de negociação em que estiveram membros da empresa e representantes do governo provincial, na altura o vice-governador para os Serviços Técnicos e Infraestruturas, Kalunga Quissanga. Durante as negociações apuramos que a empresa não tinha nenhum documento, como título de propriedade, para exploração da área. Um dos representantes, angolanos, da empresa começou a dar algum dinheiro as pessoas da comunidade, por trás das negociações. As comunidades rurais têm uma proteção especial nos termos da constituição e da lei de terras.

ANEXO D – TRECHOS DAS REPORTAGENS FEITAS PELA RÁDIO MAIS – HUAMBO / FEVEREIRO DE 2017

Agricultor Vasco Kalusimba: Se o Senhor ou a empresa querem fazer escola que façam, mas em outro sítio. Agora não é fazerem escola, hospitais e prejudicarem os demais. Isso é complicado! Nós temos filhos, daqui a nada vamos ter netos. Agora, como faremos? Nós não podemos somente culpar o governo, porque tem que nos dar emprego, nós também temos que fazer qualquer coisa. O Senhor governador Kundi Paihama, tinha falado que aqui todos têm que trabalhar. Quem não tem cão, tem que caçar com o gato. O tal gato que a pessoa tem estão a lhe receber, então assim como é que fica? Eles estão a falar que: “nós estamos a seguir a fazenda que era do colono”, mas o colono aqui em Angola não vinha com terra, aquilo é sempre nosso. No primeiro dia quando chegou, o tal dirigente que é a cabeça da administração disse: nós viemos cá trabalhar mais não vamos receber a terra de ninguém. Se não é terra de ninguém, aquilo lá é de quem? [...] se o dirigente é que está a falar quem quer vender faça uma lista nominal e a frente do nome dele mete lá vende-se. Isso é falar de um dirigente? Essa parte é complicada. A administração da Tchicala Cholohanga é a mesma que está a quedar a terra das pessoas. Vão resolver o quê? Não conseguem resolver nada! Há certos dirigentes que trabalham muito mal. Porque é complicado você é o dono da terra, tenta legalizar a terra e quem está à frente numa administração não aceita, porque é assim-assado, cru. Agora não sei se a própria Angola é só para os dirigentes, ou se é para a maioria. Aquela passagem [da lei da terra, que diz que a terra é [propriedade originária] do governo aquilo é só para beneficiar os dirigentes, agora nós povo, estamos a sair de lá com camisa sem botão, quem está numa administração faz e desfaz, você povo fica aí sem nada].

Agricultor José Mwangana: O administrador havia dito que meteriam uma escola, um hospital, reabilitar a estrada, mas não estamos a ver nada.

Agricultora Elisa Chilombo: As nossas terras receberam, não temos mais o que fazer. Receberam do Pungúa, Kangalo, Kasseque e Sachitemo. Estão a arrancar tudo, a partir da Fátima, nos chineses.

Agricultora Rosária Sungo: Esses terrenos antes eram dos nossos mais velhos aí deixaram para os nossos pais e estes deixaram para nós, é muito tempo. Nós vamos nascendo e depois nossos filhos vão cultivar onde? Não tem.

Agricultor Fernando Chipaca: Receberam nossas terras não temos mais o que fazer. O Governador deve só fazer tudo só para nos ajudar, nos deixarem alguma parcela só para trabalharmos. Quando vamos nas terras dos outros começam a nos chotar: aqui não é vossa terra, aqui não é vossa terra. Esses terrenos eram dos nossos bisavôs e nos ajudavam com a agricultura. A chuva não está a cair, os milheiros secaram. Não sei se vamos morrer com fome, alguns não trabalham.

Regedor Teodoro: Nós aqui nas aldeias ou quimbo sobrevivemos através de terra, conforme eu na minha idade estive nove anos na tropa das FAPLA, somos três irmãos desmobilizados de guerra, se não chego aqui no terreno dos meus bisavôs a trabalhar, eu não sei o que seria de bem para mim. Não sei o futuro, mas na idade em que estou quase 60 anos, o problema será desses ndengues. O problema é que a outra geração vai passar mal aqui no Sachitemo. Estiveram aqui os administradores comunais, municipais, e o governador, mas ainda não há consenso com os nossos governantes. Os que estão a trabalhar aí, são da aldeia de Sassoma; Sacauno; Calenga; e Camacupa. O que nós queríamos desde a nossa discussão com os nossos dirigentes era que tirassem este projeto para outro sítio. É verdade que não conheço Angola completa, mas é, (também), verdade que os terrenos ainda temos em Angola. Não quero dizer que Sachitemo não quer o projeto, mas as lavras ficarem dentro do projeto fica muito mal.

Susana Vissapa: Os nossos terrenos receberam, não tenho marido, tenho de trabalhar para as crianças comerem, não tenho quem me ajude, está mal, estamos mesmo a chorar. Vou morrer mesmo, bá, Pai. O governo tem que fazer mesmo algo só para cultivarmos.

APÊNDICES

APÊNDICE A – ESCOLA DA ALDEIA DO SACHITEMO



APÊNDICE B – POSTO DE SAÚDE DA ALDEIA DO SACHITEMO

